

Antonio Luigi Negro

# COISA DE BRANCO

**A queixa e a mágoa da falta de aviso  
e de indenização; ou socorro e auxílio.**

---

**A contrariedade senhorial ante a revolução ou golpe  
fatal do 13 de maio de 1888; e suas complicações  
(Bahia, Brasil, e um pouco além)**

Tese acadêmica inédita para progressão vertical à Classe E (denominação professor titular), na carreira do magistério superior da Universidade Federal da Bahia

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em     /     /

## **Banca Examinadora**

Professora Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso (UFBa)

Prof. Dr. Aldrin Castellucci (Universidade do Estado da Bahia)

Prof. Dr. Paulo Santos Silva (Universidade do Estado da Bahia)

Professora Dra. Regina Horta Duarte (Universidade Federal de Minas Gerais)

Professora Dra. Rita de Cássia Mendes Pereira (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

## **Suplência**

Professora dra. Lina Aras (UFBa)

Prof. Dr. José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Luiz Otávio de Magalhães (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

Salvador, 2018

“Slavery no longer exists, but the slave-holder does exist, impatient  
of the independence of free labor and thirsting  
for a new regime of enforced servitude”

*The Rio news*, 15/11/1888

“Somos vítimas das mais torpes e brutais perseguições, porque a família privilegiada da nossa terra, que não quer trabalhar, nem quer se obrigar a um ofício qualquer, quer nos confundir com os seus ex-escravos, de cujo sangue viviam e se banqueteavam.

A República, companheiros, é o regime do fraco contra a prepotência do forte;  
é a igualdade dos povos; é a condenação da aristocracia, em favor da democracia;  
é o aniquilamento do feudalismo, é o desmoronamento das oligarquias e predomínios;  
é o símbolo da liberdade, da razão e do direito”

“Manifesto aos dignos artistas, operários e proletários do estado da Bahia”, 18 de junho de 1893<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Citado em Castellucci, Aldrin, *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador, Editora da Uneb, 2015, p. 132. Escrito por Domingos Silva, pedreiro baiano afrodescendente, capitão da Guarda Nacional e presidente fundador de uma das mais importantes organizações operárias do Brasil à sua época, o Centro Operário da Bahia.

#### NOTA DE ESCLARECIMENTO

Eu, Antonio Luigi Negro, Professor associado 4, Siape 134816, para fins de progressão funcional vertical, em conformidade com o artigo 5º da Resolução nº 04/2014, da UFBA, que estabelece normas procedimentais para a promoção à Classe E – denominação professor titular –, indico minha escolha pela substituição do memorial em favor da tese acadêmica inédita, de minha autoria, na área de conhecimento à qual me encontro vinculado (História Social).

## AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer a Michael Hall, mestre na vida inteligente após o doutorado.

E também a Angela de Castro Gomes e Paulo Fontes. A professora Angela e o colega Fontes me receberam no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Cpdoc, para a realização de pós-doutorado (2011-2012 e 2017-2018, respectivamente). No Laboratório de Estudos sobre os Mundos do Trabalho (LEMT), encontrei na camaradagem de Deivison Amaral um profissional valioso. Flávio Gomes comentou, generosamente, uma palestra que dei sobre os *coolies*, como parte da programação do LEMT. Antes de sair para o pós-doc, Aldrin Castellucci convidou-me para uma aula no mestrado em História da Uneb (Alagoinhas) e, depois dela, gostei ainda mais da viagem de Calmon à Ásia. Um questionamento do mestrando Henrique Silva em aula noturna de Bahia II, mais do que passageiro, também influenciou a respostas que tive de dar.

Antes e depois desta tese, me vinculo à pesquisa na boa companhia de Fernando Teixeira da Silva, Alexandre Fortes, Paulo Fontes e Hélio da Costa.

No GT Mundos do Trabalho da Anpuh encontro debate e qualidade de pesquisa.

Em contato com os professores do Projeto Estudo Terras Indígenas (PPGAS-UFRJ), desenrolou-se parte da minha formação, que aqui retomo e desdobro. E também aqui me lembro da inteligência compartilhada a simples alunos, por Márcio Goldman, no grupo de estudos sobre Lévi-Strauss, quando tudo era anos 80 e Ciências Sociais na UFF.

Walter Silva, no Centro de Memória da Bahia, e Daniella Gomes, no Museu Histórico Nacional, desempenham excelente trabalho de arquivo. O mesmo digo do Museu do Índio e do Museu da República.

Efusivos reconhecimentos ao Departamento de História da UFBA, pelo ambiente em favor da pesquisa e da sala de aula, na universidade pública e gratuita, com qualidade. Agradecimentos à linha de Cultura e Sociedade do PPGH. Em especial, gravo meu elogio à coordenação de Wlamyra Albuquerque no PPGH.

Verônica Secreto e Norberto Ferreras, José Roberto Franco Reis, Larissa Rosa Corrêa, Julia O'Donnell e Leonardo Pereira, Lars Hofvander, Cristiana Schettini, Álvaro Pereira, Adriana Barreto, Fabiane Popinigis, Lielva Aguiar, Alan Passos, Itan Cruz, Mariangela Nogueira, Daniel Rebouças, Goulart Gomes, Jonas Brito, Lucas Porto, Darlan Gomes, conviveram e colaboraram. As reuniões não-acadêmicas do ECSAS foram tão instrutivas quanto animadas, sempre mantendo o ritmo das sessões no CIEDS, embora eu destas só veja o brinde. Anna Negro e minha mãe Thereza Negro são afeto e sabedoria. Iara, Flor de Vida, me traz paz e felicidade.

Fapesb e CNPq apoiaram decisivamente.

## SUMÁRIO

Introdução ... .. 6
A pesquisa e suas hipóteses ... .. 11
Sábio homens brancos ... .. 18
Trabalho desorganizado ... .. 39
Tempero forte de Bahia, no Rio de Janeiro ... .. 47
Miguel Calmon viaja à Ásia ... .. 56
“Afora grande número de trabalhadores livres” ... .. 64
Burburinho da culisada ... .. 69
Árvores e troncos, sementes, e fertilidade ... .. 71
As qualidades viris de uma raça e os degenerados criminosos ... .. 74
Coolie is the new índio? ... .. 81
Localizar trabalhadores nacionais é dever do Estado ... .. 86
Nos centenários: dia da Independência, Exposição Nacional, salesianos ... .. 95
A missão dos salesianos e os Bororo ... .. 99
O bando livre e a exploração da banda ... .. 109
A lavoura é um cercamento ... .. 114
Conclusão ... .. 120
Fontes ... .. 131
Bibliografia ... .. 133

## INTRODUÇÃO

Esta tese acadêmica inédita provém das entranhas de um cotidiano que teve seu início datado a partir de janeiro de 2002, quando vivi a oportunidade de ser aprovado em concurso público para provimento de vaga no magistério superior, estando integrado, com grande satisfação (e motivação, até hoje), ao Departamento de História da Universidade Federal da Bahia, o que me faz ser habitante de Salvador. De lá para cá, esse cotidiano foi composto – para usar expressão de Gilberto Freyre – de aventura e rotina; talvez mais rotina do que aventura, embora, seja dito, aventura, menos ou mais, teve e foi boa. Como, apesar disso, não ser façanha nem proeza, não me cabe estender.

Esta tese segue o formato de ensaio. Seu tamanho é consequência tanto de muitas hesitações de como proceder – (a) memorial ou tese? (b) tese? Que tese? – quanto do tempo fugidio, sempre engastado nas mais diversas tarefas do ofício. Nem de longe se equipara à cumeeira das 588 páginas da tese de doutorado – *Linhas de montagem* – defendida em 2001.<sup>2</sup> Esta, por sua vez, nem de perto sentiu o *élan* da sala de aula, que aqui está destilado, dia-a-dia, em 16 anos de professorado, e, óbvio, de contínuo aprendizado decorrente do relacionamento direto com alunas e alunos, de graduação e pós-graduação. Foi no estudo e preparação das aulas, depois dadas de forma presencial, olho no olho, que desfieei este ensaio, o qual se nutre, é claro, da prática de orientação, monografias, iniciação científica, mestrado e doutorado. Este ensaio é, pois, uma tentativa de deixar por escrito aquela aula que, vez por outra, me foi solicitada em papel, ou que mandasse por e-mail.

Ambas as minhas teses são entusiastas da História Social de E. J. Hobsbawm, Edward e Dorothy Thompson. Em acréscimo, a microhistória italiana segue sendo forte inspiração.<sup>3</sup> E, igualmente, estão iluminadas por meu orientador Michael Hall, cuja influente pesquisa sobre imigração cá está refletida.<sup>4</sup> Após constatar que o sucesso da maciça imigração européia subsidiada para as fazendas de café do Oeste paulista tinha tornado viável o fim da escravidão (o êxito dessa imigração permitiu a renúncia à escravidão), o país, anos depois, operou outra substituição: parou de reconhecer nos negros a rebeldia do antagonismo de classe – os africanos, em particular, haviam

---

<sup>2</sup> Negro, Antonio Luigi, *Linhas de montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. Campinas, tese de doutorado em História (Unicamp), 2001.

<sup>3</sup> Para a influência da microhistória sobre a pesquisa desenvolvida com vistas à tese de doutorado defendida em 2001, ver: Macedo, Francisco B. de, *O (re) fazer-se da historiografia: a obra de E. P. Thompson na produção discente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (1982-2002)*. São Paulo, tese de doutorado em História (USP), 2017. p. 397, 441. Ver também: Negro, Antonio L., “Microstorie. Com o pouco fareis muito”. Relatório de monitoria do curso Historiografia: movimentos sociais (Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp), apresentado ao professor Michael Hall. Campinas, Serviço de Apoio Didático, 1993.

<sup>4</sup> Hall, Michael, *The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914*. N.Iorque, doutorado em História (Columbia University), 1969.

sido alvo de sistemática e neurótica suspeição – e consagrou o mito do imigrante radical, dando aos italianos a improcedente paternidade do movimento operário.<sup>5</sup>

Um certo autor se impôs e me foi acrescentado. Li *A força da tradição*, de Arno Mayer, com a avidez de um neófito. Sua demorada ocupação com o “problema da inércia histórica” – o passado que não passa – me faz aderir a uma “história marxista de cima para baixo”. Embora eu seja adepto da concepção de que as classes sociais se relacionam (não havendo portanto uma História a partir de baixo, assim como não há uma História de cima para baixo), “o foco”, de qualquer modo, recai “sobre as classes superiores”. Quer dizer, meu enfoque recai sobre como, no Brasil do fim do XIX e do início do XX, a classe dominante pensou o fim da escravidão e viveu a sua própria pós-abolição, com destaque para o que deixou registrado, tanto sobre os *coolies* (trabalhadores asiáticos imigrantes teoricamente “livres”),<sup>6</sup> quanto a respeito dos índios; afora o dia seguinte ao 13 de maio. Em outras palavras, meu desejo é analisar os sujeitos que vivem a História com uma perspectiva hierárquica, de cima para baixo, os atores que enxergam a desigualdade a partir de cima. Assim como Mayer, valho-me de títulos e autores de excelente qualidade, “tendo-os pilhados de maneira impiedosa”.<sup>7</sup> Sob o ímpeto da cafeína.

Visto que as classes existem apenas em relação, as classes superiores – elas mesmo o dizem – vivem às turras com as “classes perigosas”. Conseqüentemente, desejo investigar a experiência de subalternização da força de trabalho nos registros produzidos por quem ocupa a posição hegemônica, por quem exerce a dominação, ou por quem tem o domínio das letras cultivadas e impressas, buscando perceber o trabalhador na fala do outro.<sup>8</sup> Continuamente, sábios homens brancos, de olho no seu passado, avaliaram sua situação presente e seu futuro, tendo a certeza de que os subalternos contavam para o seu próprio cálculo estratégico na *haute polique*, até porque – inclusive – os trabalhadores conseguem ingressar e interferir nessa seleta arena. Mesmo assim, no

---

<sup>5</sup> Sobre a crítica ao mito do imigrante radical, ver: Hall, Michael, “Immigration and the early São Paulo working class”. In: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, band 12, 1975, p. 393.

<sup>6</sup> Homens ou mulheres, *coolies* são trabalhadores livres apenas no nome. Provenientes da Ásia, podem ser chineses ou indianos, dentre outros grupos. Sua proletarização é obtida por intermédio de variadas coações (legal, penal, social, endividamento, etc.). Embora não sejam vendidos, comumente, foram transportados em longas travessias marítimas, sendo isolados em lugares distantes de seu país de origem. Um contrato dito livremente firmado entre as partes convivia com a imobilização dos *coolies*. Ver: Balachandran, Gopalan, “Making coolies, (un)making workers: ‘globalizing’ labour in the late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries”. In: *Journal of historical Sociology*, v. 24, nº 3, 2011, p. 267.

<sup>7</sup> Mayer, Arno, *A Força da tradição. A persistência do Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 9, 10.

Não uma determinação da estrutura nem tampouco um conceito categórico, classe social “traz consigo a noção de relação histórica”, posiciona Thompson. “Não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses”. Thompson, E. P., *A Formação da classe operária inglesa*, v. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 10.

mais das vezes, sentindo-se inseguras quanto ao presente e incertas quanto ao seu futuro, as classes superiores se referem às classes perigosas com adjetivos que variam entre o impropério, o desprezo e o preconceito. Apenas exercem sua posição de classe, já que, enquanto pretextam não ser o caso de prestar atenção nos de baixo, prestam toda atenção se os de baixo estão a lhe dar a devida atenção, ouvidos, deferência, etc. E. P. Thompson, por isto mesmo, relatou haver nas fontes disponíveis falta de discernimento, da parte dos de cima, em relação aos de baixo. Thompson também advertiu que, em réplica, os mundos do trabalho constituem seus costumes em comum e assim preservam “seus traços mais robustos e desordeiros”, conservando “certos valores – espontaneidade, capacidade para a diversão e lealdade mútua –, apesar das pressões inibidoras”, vindas de cima. Em vista disso, quando senhores brasileiros são, pela força das circunstâncias, levados a escrever que “crioulos” são “ladinos e espertos”, eles, os senhores, bem do seu jeito, constataam “a cultura política dos trabalhadores escravos”.<sup>9</sup>

Devo agora fazer o apontamento de ter sequiosamente lido *Negros estrangeiros*, de Manuela Carneiro da Cunha, obra a que recorro para extrair questões em prol de uma via de abordagem alternativa para a pesquisa e o ensino da História brasileira sem a proeminente – e artilosa, talvez falsificadora – influência do abolicionismo.<sup>10</sup> Ainda que, mais adiante, isto esteja retomado e desenvolvido, o será após, aqui e agora, explicitar que não endosso uma perspectiva embranquecedora do processo histórico não só elogiosa da imigração europeia e da civilização burguesa como também adepta da narrativa que afirma a evolução do Estado nacional. Em acréscimo, a pesquisa e a obra de Consuelo Novais Sampaio consistiram em ressaltado ponto de partida de onde busco retomar e renovar a pesquisa sobre a História da Bahia.<sup>11</sup>

Além de querer declarar desde já o alto relevo, para esta tese, dos livros e artigos nas notas citados, não gostaria de deixar as novas gerações em branco. Robério Souza, em seu segundo livro (numa citação a Joseli Mendonça), escreveu: “foram os abolicionistas”, nas últimas décadas do século XIX, “os responsáveis por levar às últimas conseqüências a suposta oposição entre escravidão e liberdade”, antinomia que a historiografia brasileira, por muito tempo, reproduziu e

---

<sup>8</sup> Paoli, Maria C., “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros”. In: Leite Lopes, José S. (org.), *Cultura & identidade operária*. São Paulo, Marco Zero, 1987.

<sup>9</sup> Carvalho, Marcus de, “Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. In: *Revista Brasileira de História*, nº 45, 2003, p. 209. Thompson, E. P., “Folclore, antropologia e história social”. In: Negro, A., Silva, S. (org.), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p. 250. Thompson, E. P., *A Formação da*, op. cit., p. 61, 62. Chalhoub, Sidney, *Machado de Assis: historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 259.

<sup>10</sup> Cunha, Manuela C. da, *Negros estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012. (A primeira edição é de 1985.)

Outro livro marcante cuja leitura atenta fiz após o doutorado é o de Ilmar Mattos, *Tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987.

<sup>11</sup> Sampaio, Consuelo, *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: Uma política de acomodação*. Salvador, Editora da UFBA, 1998.

reiterou.<sup>12</sup> Se já é sabido que, da parte dos escravizados, havia invenção da liberdade no regime do cativo, a pesquisa tem, cada vez mais, revelado que o trabalho, na ordem mundial da livre iniciativa, é, ontem e hoje, uma experiência freqüentemente degradante e, portanto, em condições muitas vezes miseráveis de ausência de liberdade. “Escravos e assalariados ‘livres’ são mais semelhantes do que em geral se reconhece”, publicou recentemente Marcel van der Linden. “Mais que isto”, ele acrescenta, “escravos e trabalhadores assalariados ‘livres’ executaram em muitos casos o mesmo trabalho para o mesmo capitalista (por exemplo, nas plantações brasileiras de café ou nas fábricas do sul dos EUA)”.<sup>13</sup> Em sua crítica ao conceito marxiano de proletariado, van der Linden aponta profundos problemas na sua formulação. Dentre esses, estava a consideração de Marx de ser a escravidão “um modo de exploração historicamente atrasado destinado à desapareição”. Ao mesmo tempo, o “trabalho assalariado ‘livre’” encarnaria maciçamente o futuro do capitalismo (previsão, a propósito, desmentida pelos fatos). Ainda assim, junto com a expectativa tão brasileira de diluição das diferenças raciais pela mestiçagem, o escravo ou o negro – duas criaturas paridas pelo atraso – seriam portanto substituídos pelo proletário livre branco; este sim seria a espécie adequada para prosperar no decorrer da evolução do progresso capitalista, até hoje simbolizado pelo ícone da fábrica têxtil, seja em Manchester, Lowell ou Bangladesh.

Sob pena de nos reaproximarmos da tese da substituição da escravidão pela liberdade, não me parece adequado reiterar que a luta pela liberdade – “valor fundamental, construído no contexto da luta entre escravos e senhores” – foi incorporada “à nova consciência da classe trabalhadora assalariada em formação”.<sup>14</sup> Em primeiro lugar, alimentar o entendimento segundo o qual um certo fenômeno – anterior e antigo – é anexado a um acontecimento novo, adquirindo assim a condição de continuidade histórica, não é caminho atraente. A ancestralidade da rebeldia escrava, encontrando ou não vazão no movimento operário, pôde continuar – e continuou – seus caminhos por meios particulares, inclusive à distância do movimento operário. Não foi algo que, ao contribuir para a formação de um processo novo, se fusionou à novidade. Foi antes um processo *sui generis*, relevante nos seus próprios termos que, no lugar de passar a fazer parte de algo novo, era forte o bastante para combinar influxos, ou não, estabelecendo conexões, ou não. Além disso, se é sabido que escravizados e livres – homens, mulheres, crianças – dividiam o mesmo espaço de trabalho e que eram explorados pelo mesmo patrão, se é sabido que escravizados podiam abrir brechas de sua

---

<sup>12</sup> Souza, Robério, *Trabalhadores dos trilhos. Imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2015, p. 30.

Mendonça, Joseli, “Liberdade em tempos de escravidão”. In: Chaves, Cláudia; Silveira, Marco (org.), *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte, Argumentum, 2007, p. 92.

<sup>13</sup> Van der Linden, Marcel, “O conceito marxiano de proletariado: uma crítica”. In: *Sociologia & antropologia*, v. 6, nº 1, 2016, p. 98, 95.

<sup>14</sup> Mattos, Marcelo B., “Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro”. In: *Mundos do Trabalho*, v.1, nº 1, 2009, p. 63.

liberdade inclusive alugando sua força de trabalho (e recebendo pagamento em dinheiro por isso), se é sabido que trabalhadores denominados livres eram subtraídos em sua liberdade em virtude da superexploração a que estavam submetidos, sendo privados dos mais básicos direitos (a mobilidade ou a sobrevivência, por exemplo, ou o devido pagamento), se é sabido que um líder abolicionista podia ser também líder operário, não é adequado vincular experiências tão complexas a uma nova consciência de uma classe trabalhadora referida ao assalariamento dos trabalhadores. Assentar o perfil de uma classe trabalhadora em formação na sua condição de assalariamento é, como afirmou van der Linden (dentre outros), insistir em expectativa frustrante. Talvez então a invenção da liberdade não seja um valor recolhido à construção de um arsenal de lutas novas, mas sim uma experiência decisiva para a confecção das lutas dos trabalhadores. “A causa política dos negros”, apontou Chalhoub em mesa redonda sobre E. P. Thompson, “era a liberdade”. Posteriormente, em livro, o autor adentrou ser tal causa: “capítulo crucial na história da formação da classe operária”.<sup>15</sup> “Nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista; mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícita no ser humano”.<sup>16</sup>

No cerne da crescente constatação de os trabalhadores assalariados não serem a tendência ascendente, hegemônica e universalizante da História do capitalismo, eu desejo localizar o pioneiro raciocínio que Manuela C. da Cunha fez, em 1985, da prática das alforrias no Brasil. Longe de ocupar a dianteira da promoção do trabalho livre, os senhores, ao libertarem seus escravos, pensavam mesmo era em sua segurança de classe. Queriam dar à luz seres cujo trabalho “livre” jamais seria suficiente para sua própria autonomia, exercendo sua liberdade de escolha e movimento defronte aos seus antigos pretensos donos. A sua pobreza seria no mínimo usada para afiançar seu fracasso atávico na ordem competitiva da modernidade, derrotando-os moralmente pela sua falta de brios e méritos. É nesse sentido que a autora nomeia essa situação de “trabalho dependente”, um

---

<sup>15</sup> Sobre os oradores populares do abolicionismo, ver: Albuquerque, Wlamyra, *O Jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p. 83 e ss. Ver também: Santos, Thiago A. A. dos, *A liberdade e outras ilusões: a militância de Ismael Ribeiro dos Santos (1880-1912)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2015. A relação entre abolicionismo e movimento operário na Bahia é tratada no segundo livro de Castellucci, que também aborda a vida de Ismael R. dos Santos. Ver: *Trabalhadores e política*, op. cit., p. 133, 138, 94 e ss.

Hobsbawm ensina que há uma tensão entre a análise histórica do capitalismo e a filosofia da história do *Manifesto Comunista*: “a tendência do desenvolvimento capitalista de gerar um proletariado essencialmente revolucionário não poderia ser deduzida da análise da natureza do desenvolvimento capitalista”. Ver: Negro, Antonio L., “Rodando a Baiana e Interrogando um Princípio Básico do Comunismo e da História Social: o Sentido Marxista Tradicional de Classe Operária”. In: *Revista Crítica Histórica*, nº 5, 2012, p. 15, 17. Ver também: Negro, Antonio L., “Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa”. In: *Revista brasileira de História*, v. 16, nº 31/32, 1996.

Chalhoub, Sidney, “A enxada e o guarda-chuva: a luta pela libertação dos escravos e a formação da classe trabalhadora no Brasil”. Palestra apresentada no XXI Simpósio Nacional da Anpuh. Niterói, 2001. Chalhoub, *Machado de Assis*, op. cit., p. 248.

contraste com a – teórica ou ideológica – liberdade que uma alforria deveria inaugurar. Argutamente, Cunha ensina: “formas de sujeição ideológica, em que o paternalismo desempenhou papel essencial e formas de coerção política foram postas em uso”.<sup>17</sup>

#### A PESQUISA E SUAS HIPÓTESES

Foi enfim ao encarar de frente os relatos de viagem de Miguel Calmon à Ásia que vi na água a âncora de botar paradeiro à deriva na qual estava ([a] memorial ou tese? [b] Tese, que tese?). Tal definição – somada aos cursos de Brasil III, Bahia II e Bahia Visual, turno matutino ou noturno, às orientações, mais as pesquisas quer no Museu Histórico Nacional, quer, remotamente, nas anglófonas páginas de *The Rio news*, afora horas e horas consumidas com milhares de cartões postais (onde busco hierarquias sociais) –, tudo isso me conduziu a este ponto daqui e dagora, que é o de escrever esta tese em formato de ensaio. O título é grande, chistoso e *démodé*; poderia igualmente ser dito oitocentista, solene e impublicável, estando eu ciente de seus problemas mas a ele aferrado, dado que isto é uma tese; não é livro, tampouco artigo; não tem pretensão alguma de ser impressa *ipsis litteris*. Pode vir a ser usada em sala de aula, por mim mesmo. Pode ser desdobrada ou desenvolvida, em pesquisas, se vierem a acontecer. Pode ser engavetada. Não foi pensada nos termos do assim chamado “produtivismo” de nossa época. (Na verdade, muito mais do que em artigos ou congressos, partes polpudas desta tese foram apresentadas e reapresentadas em sala de aula de cursos da graduação, não da pós-graduação.) Tudo somado, o que aqui vai redigido é elaborado tendo em mente uma banca examinadora e não um público maior, haja vista tratar-se de um texto experimental destinado a avaliação por pares.

Coisa de branco, se for preciso explicar, é uma alusão à presente conjuntura brasileira de golpe de Estado promotor da derrubada da presidenta Dilma Rousseff e ao famigerado vídeo em que o jornalista William Waack deixa claro ser quem ele de fato é. A queixa e a mágoa da falta de aviso ou indenização; ou socorro e auxílio ante a lei do fim da escravatura no Brasil, em 13 de maio

---

<sup>16</sup> Thompson, E. P., “Introdução. Costumes e cultura”. In: *Costumes em Comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 24.

<sup>17</sup> Cunha, *Negros estrangeiros*, op. cit., p. 126.

A pesquisa de mestrado em História de Adriano Souza na UFBA mostra como trabalhadores livres, até mesmo imigrantes europeus, na Salvador do fim do XIX, eram submetidos a uma política de domínio paternalista que restringia suas escolhas e tolhia sua liberdade. Esses caixeiros eram abrigados nas lojas dada a sua pobreza. A alimentação fornecida, junto com a concessão da moradia, eram descontadas de um salário que não era integralmente pago no final do mês, pois ficava retido até uma possível ruptura contratual. Uma nova colocação como caixeiro, no entanto, era difícil, pois dependia das boas recomendações sobre a lealdade do empregado, o que estava submetido à perspectiva particular do empregador. Um contrato feito entre particulares era, em paralelo, comentado publicamente na imprensa pelo patrão, que podia, em anúncio de jornal detratar o desempenho profissional de seu empregado. Laços de parentesco podiam aumentar a exploração de sua força de trabalho. A inexistência de direitos legalmente reconhecidos, regularmente impedida pela preferência patronal por acordos pessoais e possivelmente orais, ratificava a desproteção da mão-de-obra. Trabalhavam de sol a sol e aos domingos.

de 1888, é coisa de branco; é a marca profunda e indelével (não só nas fontes) da contrariedade de classe ante a revolução, ou golpe fatal da abolição (o que será retomado mais adiante). Pois é desta maneira que a classe senhorial sentiu, fez, e fazia, referência ao último dia em que o derradeiro país do continente americano encerrou com o escravismo de negros e negras (africanos ou “crioulos”). Pelo fato de ser professor na UFBA, por ensinar História da Bahia, a Bahia – apenas por isso – ocupa lugar central (poderia bem ser Pernambuco, mas não é). Óbvio, o fato de ter existido um Recôncavo açucareiro, tendo na cidadela de Santo Amaro (ou São Francisco do Conde) um burgo preto de jacarandá, não pode ser ignorado. Mas bem poderia ser um lugar dito marginal, sem posição nevrálgica para fazer girar a economia de uma sociedade inteira.

Desde a publicação de “A formação de uma cultura operária” – artigo que antecipa resultados de *A tecelagem dos conflitos de classe* –,<sup>18</sup> não é incômodo saber se tal planta fabril é, ou uma pequena usina, ou uma engenhoca, sem nada a ver com Ford ou Volkswagen. Em segundo lugar, o estudo, o ensino, a pesquisa e a comunicação da História não cabem nos confins territoriais – sempre uma invenção humana e histórica – de uma província ou estado. Assim para entender a queixa e a mágoa da açucarocracia<sup>19</sup> – (a) ela foi olvidada pelo imperador Pedro II (que não avisou nem indenizou), (b) foi desertada pelos negros (que, também sem aviso prévio, foram embora “fazer sei lá eu o quê”) –, eu me beneficieei, seja das aulas dadas sobre o sucesso da imigração européia em massa para as fazendas de café do Oeste paulista, seja sobre a – suposta – indiferença da República proclamada em 1889, perante a triste sorte da lavoura quebrada pelo 13 de maio, sem socorro ou auxílio, enquanto ex-escravos insolentes tinham, portanto, de ser “adulados” a fim de o senhorio não ver suas propriedades desertadas pela ingrata mão-de-obra (não só temiam o esvaziamento do excruciante eito – onde a expectativa de vida do trabalhador era o sofrimento –, mas também da casa-grande, onde demonstravam toda sua fidalguia e candura).<sup>20</sup> A depressão que recaiu sobre os proprietários da lavoura foi hipertrofiada pela memória que seus perceptíveis, mas pouco criticamente analisados, lamentos choramingaram, e que sua prole educada, elegante, e instruída, consagrou nos fóruns de ciência – ciência histórica –, a começar pela imprensa ou pelos institutos de Geografia e História em todo o Brasil.

---

<sup>18</sup> Leite Lopes, José S., “A Formação de uma Cultura Operária”. In: *Tempo & Presença*, nº 220, 1987. Leite Lopes, José S., *A Tecelagem dos Conflitos de Classe*. São Paulo, Marco Zero, 1988.

<sup>19</sup> Sobre a açucarocracia, ver: Faria, Sheila de Castro, “Açucarocracia”. In: Vainfas, Ronaldo (org.), *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, p. 24. A autora cita Evaldo Melo, mas Eisenberg também recorre a esse termo.

<sup>20</sup> Pinho menciona os “mimos” com que mestres de açúcar eram adulados por seus senhores, já que eram, segundo seus pretensos donos, os efetivos senhores do engenho onde trabalhavam. Também atesta a “brandura a mais cordial e amiga”, do visconde de Pedra Branca, por deixar “de viajar à Europa para não faltar a seus cativos com a assistência e a proteção de verdadeiro pai”. Pinho, Wanderley, *História de um Engenho do Recôncavo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982, p. 267, 255.

À guisa de provocação, sublinho meu pressuposto de o financiamento público à imigração européia para o Brasil ter sido uma generosa cota racial privada desembolsada pelo tesouro para o benefício e enriquecimento particular dos cafeicultores do Oeste paulista, que era um patronato essencialmente branco, em termos raciais. Tendo sido o sucesso dessa experiência tão peculiar que permitiu tais fazendeiros a finalmente renunciarem à escravidão, deixando, ao mesmo tempo, de para eles ser um profundo problema a não-indenização do 13 de maio, os *coolies* bem poderiam ter sido uma solução substitutiva para quem não ganhava os seus italianos, assim sanando a queixa constante quanto à “falta” de braços na lavoura brasileira. É aqui que então chego à parte das complicações a que o título deste texto alude.

Em *Interpretação do Brasil*, Freyre atém-se na “forte reação do sentimento público [urbano] contra os grandes fazendeiros ou senhores de terras” a fim de elucidar o insucesso das iniciativas visando arregimentar *coolies* para “para as plantações onde ocupariam o lugar dos escravos negros”. Sendo Freyre inequívoco quanto ao seu significado – pois também ele era humanitário e assim se opunha à “nova forma de escravidão” –, o autor contenta-se em ver tal desumanidade embargada por uma “enérgica” opinião pública. “Não inspirada inteiramente em motivos humanitários”, ele contrastou, era a “intervenção do império britânico”, cuja razão de ser era interesseira, e não altruísta. Suas razões para desaconselhar *coolies* no Brasil eram devidas ao seu intuito de prejudicar a competitividade do açúcar e do café brasileiros, o que não sucederia caso fossem atraídos os *coolies* sob a tratativa da livre contratação e em seguida virtualmente reduzidos à condição análoga a de escravos. Logicamente, Freyre percebeu e quis de resolver o enigma de os “estritos hábitos feudais” dos fazendeiros serem um empecilho à resolução dos “problemas de maior amplitude nacional”, justo eles que invariavelmente eram – e são – hegemônicos na hora de dar nitidez e solução aos ditos problemas do país (justamente eles cujas fortunas movimentavam nossa economia, dizia-se). Derrubando a competitividade do açúcar e do café brasileiros, e, assim, querendo ou não, indo ao encontro das segundas intenções do império britânico, valia a pena desistir dos *coolies chins* por ser da mais alta importância um “tipo melhor de imigrantes”.<sup>21</sup>

De sua parte, um vigilante comitê da British and Foreign Anti-Slavery Society percebeu no jovem deputado Joaquim Nabuco não só “as idéias mais sonoras e o melhor dos sentimentos” mas também a mente mais aberta, de melhor instrução, entre os “estadistas” em ascensão no Brasil de 1880. Ele teve a “coragem e a macheza” de seguir o brilho de suas elevadas convicções, não se deixando conduzir por uma linha partidária. Por um lado, Nabuco prestou serviços à cauda da liberdade dos negros ao se bater contra a “escravidão ilegal” vigente na São João d’El Rey Mining Company. Por causa dele, os negros de Catta Branca haviam sido declarados livres a partir de 1860,

---

<sup>21</sup> Freyre, Gilberto, *Interpretação do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 211.

havendo de por isso receber os correspondentes salários (liberdade e salários, termos de mãos dadas segundo a macronarrativa aqui criticada). Os vigorosos ataques do moço pernambucano, por outro lado, contra o governo brasileiro e seus esforços de “introduzir mão-de-obra *coolie* chinesa contratada” – isto é, livremente – selaram este homem nas boas graças do comitê, pois *indentured labour* (mão-de-obra alugada sob contrato) nada mais era o que “um outro nome para escravidão”.<sup>22</sup> Tratou-se de um encontro humanitário bilateral cujos interesses não-humanitários foram dissimulados.

Tal qual Peter Eisenberg depois revelou, se o *Diário de Pernambuco* (jornal onde Freyre trabalhou) condenava, no mesmo ano de 1880, a “nova escravidão (...) disfarçada sob o manto de contratos de locação de serviços” (*indentured labour*), o *Jornal do Recife* receava (no mesmo ano de 1880) o provável “monopólio” que os imigrantes chineses conquistariam nos ramos do comércio, das pequenas indústrias e dos serviços domésticos. Um senhor de engenho e importante economista, em 1876, já insistia em não haver “fusão possível” entre as “raças” asiáticas e a “nossa”, já estando, segundo suas previsões, seriamente comprometido o futuro da Califórnia (e de estados limítrofes) ante a chegada de cem ou 200 mil *coolies*.<sup>23</sup> Como se verá, mesmo apreciando a maleabilidade com que os *coolies* eram moldados como coisa inanimada nas mãos de seus patrões holandeses, também o baiano Miguel Calmon julgou não serem solução adequada à abstinência que a falta de braços fazia a lavoura sentir.

No vozerio das públicas e altruístas manifestações em favor da humanidade dos negros e dos asiáticos, e contra toda e qualquer forma de cativo, sábios homens brancos acabaram por não avançar com os planos de mandar buscar os *chins* e, ao se deter, se comportaram segundo seus costumes de classe, costumes em comum dos de cima. Com a crueza característica de episódios em que a escravatura estava em jogo, “deputados, senadores, ministros, magistrados, fazendeiros” – acompanhados de perto por coevos e argutos observadores – extrapolavam o autocontrole e nos deixam ver sua “política de dominação de classe”. Eram proprietários “tão autoconscientes disso” que logo salta aos olhos o “antagonismo político cotidiano, às vezes ameaçadoramente articulado, quem sabe, dos escravos”.<sup>24</sup>

É uma hipótese minha elaborar algo semelhante para o caso dos *coolies*, trabalhadores a serem livremente contratados, pelo patronato, para seu emprego na lavoura ou em obras como

---

<sup>22</sup> *The Rio news*, v. 7, nº 8, 15/3/1880.

<sup>23</sup> Eisenberg, Peter, “Falta de imigrantes. Um aspecto do atraso nordestino”. In: *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989, p. 67.

Para uma análise da presença dos de baixo em contratos de locação de serviços, ver: Lima, Henrique E., “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. In: *Topoi*, v. 6, nº 11, 2005, p. 289-326.

<sup>24</sup> Chalhoub, Sidney, *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 139.

abertura e construção de estradas, barragens, açudes. Nos cálculos feitos sobre a adequação de desembarcarem em massa no Brasil, desnuda-se uma política de dominação de classe tão certa da existência da alteridade de outras classes sociais que os *coolies* eram percebidos como um grupo socialmente ameaçador, em particular porque era amedrontadora a sua capacidade de liquidar com a habilidade de preservação étnica da classe dominante brasileira (em meio a intenso comitão racial), o que neste caso levaria, não ao abatimento moral (conforme foi a abolição sem indenização aos senhores), mas à sua aniquilação genética, ao sumiço demográfico da elite branca (ou quase branca) brasileira. Antevendo a possibilidade de os *coolies* serem importados em massa, aqueles sábios homens brancos – brasileiros ou estrangeiros – previram que a mestiçagem luso-brasileira sairia fatalmente derrotada, desfazendo-se a o tirocínio luso-tropical brasileiro de misturar o sangue sem perder a posição hierárquica de classe, racialmente garantida. Coetânea ou sucedânea ao 13 de maio, esta complicação foi julgada incontrolável e, por conseguinte, deixaram-na lado.<sup>25</sup>

A questão, porém, não era ser ou não ser humanitário.

Aqueles que de fato introduziram o trabalho livre no mercado de trabalho não tinham isto em tela. Os mais destacados próceres da introdução do trabalho livre na fronteira então a mais dinâmica ou lucrativa da economia brasileira – a cafeicultura do Oeste paulista – não estavam interessados em promover a independência de seus colonos ou empregados. Nauseado com as repetidas desculpas que ouvia, o estadunidense Andrew Jackson Lamoureux se indispunha com o ponto de vista dos fazendeiros, que lhe reiteravam ser “o serviço” dos imigrantes europeus “na lavoura uma vantagem para eles mesmos, como uma espécie de familiarização com os mistérios da agricultura brasileira”. Isto significava aviltar um homem europeu adulto livre tratando-o como “criança que carece de plantar café antes de aprender como cultivar cereais”. O resultado desse estágio tutelar – *apprenticeship* (indefectível perspectiva escravocrata sobre a liberdade dada a escravizados) – era o pior de todos em termos civilizacionais: “europeus aqui desembarcados são virtualmente *coolies*”.<sup>26</sup> Em outras palavras, os imigrantes europeus, subtraídos em sua liberdade, assemelhavam-se a *coolies*, e isto com certeza perturbava aqueles problemas de maior amplitude nacional que Freyre, acima, pincelou. Um tipo melhor de imigrante, os europeus, não devia ser tratado como escravo, haja vista que, se fosse para isto ocorrer, os *coolies* teriam sido contratados livremente. Recentemente, em entrevista, Michael Hall respondeu que os fazendeiros não se concerniam com a cor de seus, pois o decisivo, para eles, era comprar força de trabalho pelo menor

---

<sup>25</sup> A pesquisa de Marcelo Mac Cord sobre os trabalhadores chineses no Rio de Janeiro oitocentista certamente dá nitidez ao antagonismo de classe que encarnaram. Ver: “Mão-de-obra chinesa em terras brasileiras nos tempos joaninos: experiências, estranhamentos, contratos, expectativas e lutas”. In: *Afro-Ásia*, nº 57, 2018.

<sup>26</sup> *The Rio news*, v. 15, nº 31, 5/11/1888. Tablóide publicado no Rio de Janeiro, originalmente três vezes por mês e posteriormente semanalmente, entre 5 de janeiro de 1874 e 3 de dezembro de 1901, sua orientação era liberal. Era propriedade de A. J. Lamoureux.

preço possível. Ao mesmo tempo em que cediam aos colonos pedaços de terra impróprios para o café, mas adequados para roças de milho e feijão, os fazendeiros separavam a propriedade da terra como um sonho inacessível. Imigrantes encontravam tempo e eram autorizados a cuidar com suas mãos o seu sustento alimentar, mas não nas suas próprias terras. Na hora de vender a si e aos filhos como uma força de trabalho, as condições eram tão desfavoráveis que os resultados, quando conferidos com o que se pensa corriqueiramente do capitalismo, pareciam “anomalias”. Enquanto isto alimentou todo um debate sobre ser ou não ser capitalismo, para Michael Hall, a superexploração decorria, antes de mais nada, da fraqueza dos italianos, e não do caráter pré-capitalista, proto-capitalista ou não-capitalista do fenômeno.<sup>27</sup>

Em contraste, a escravidão urbana era, nas palavras de João Reis, o pano de fundo para ganhadores movimentarem-se “livremente” pelas ruas de Salvador. Era normal, embora não fosse generalizado, o costume de os senhores permitirem seus escravos viverem de si, vendendo sua força de trabalho na praça pública conforme seu ofício – carregar – ou conforme o produto do seu ofício, cestaria ou reparos de calçados por exemplo. Uma greve que paralisou a Bahia deixou claro que “os ganhadores não tinham fábrica, mas tinham cidade”. Eram “trabalhadores informais”, ou seja, não contraíam relações regulares de contratação nem recebiam salários mas mesmo assim lograram feitos como: (a) podiam prosperar economicamente, a ponto de, até mesmo, se tornar senhores de escravos, (b) sua profissão mesmo assim coesionava escravizados e libertos e (c) eram “admiravelmente” organizados, em particular os africanos, tanto para ganhar o dia, quanto para ser rebelde. E por rebeldia entenda-se também não trabalhar como um calvinista, ou beber no trabalho (hábito que tanoeiros na Itália igualmente exercitavam). Seu tirocínio para atuar num “mercado de trabalho monetarizado” era reflexo também de tradições africanas, redefinidas na diáspora do cativo, mas mesmo assim herdadas de práticas comerciais conhecidas anteriormente à escravização. Não sendo operários fabris, estavam distantes, por exemplo, do sistema de dominação da fábrica com vila operária. Sua força veio de seu poder sobre a cidade, onde no seu dia-a-dia se sobressaíam com sua circulação sem embaraços, não obstante os olhos e ouvidos atentos de senhores e autoridades. Sendo os ganhadores que eram, podiam ter endereço em casas de pasto ou aluguel (similares aos zungus que Carlos Eugênio L. Soares estudou), às vezes geridas por forros, apertados nós da trama da “cidade negra”, espaço não só de pouso e sociabilidade, como também de encontros sediciosos; lugar, portanto, de uma “classe perigosa”. Não sendo operários fabris nem por isso estavam absolutamente desligados das ferramentas de luta que caracterizaram o movimento operário no Brasil e no mundo. Quando os ganhadores que eram escravos começaram a ceder em virtude da pressão de seus senhores desejosos do fim da paralisação, os africanos libertos reagiram

---

<sup>27</sup> Hall, Michael, “Trabalhadores imigrantes”. In: *Trabalhadores*, nº 3, 1989, p. 7. Fontes, Paulo; Macedo, Francisco, “Entrevista com Michael Hall”. In: *Estudos históricos*, v. 29, nº 59, 2016, p. 833.

como “modernos” piqueteiros. Senhores que haviam conseguido dispor seus escravizados de volta ao ganho, viram suas pretensões revertidas pelos “companheiros” de seus escravos, que passaram a destrata os fura-greves. Moleques e negras faziam roda em volta e, “com ditos e sarcasmos”, os forçavam a não largar a parece.<sup>28</sup>

Integrante do grupo branco e masculino de sábios, A. J. Lamoureux pronunciou-se em sua folha, cerca de um ano antes da República ser proclamada, sobre o caráter inadequado dos planos de imigração asiática para o Brasil. “A intenção manifesta dos agricultores da província do Rio de Janeiro de pressionar o governo em favor do caráter de necessidade atribuído à importação de *coolies* chineses” – os *chins* – levara o senador Prado, então ministro da Agricultura, a deixar claro que “esta classe não seria considerada elegível às mesmas condições legais garantidoras de certos favores a imigrantes estrangeiros”. Se por um lado havia difuso desgosto pelos chineses da parte dos brasileiros – a simples menção aos miseráveis *chins* talvez excitasse ardorosas defesas em prol do trabalho “livre” –, tal contrariedade parecia inexistir, por outro lado, entre os então recém-nascidos ex-senhores de escravos fluminenses. Estes, segundo Lamoureux, estavam “decididos a garantir algum tipo de mão-de-obra a mais próxima possível dos escravos”. Sem pretender “seres humanos como seus empregados; requerem máquinas que permitam gozar do *dolce far niente*”, privilégio ao qual eles e sua descendência estavam “tão longamente habituados”.<sup>29</sup> (E a isto eu chamaria de dependência dos de cima.) A deliberação de Prado de negar aos trabalhadores imigrantes chineses “os mesmos favores a exemplo do dinheiro para a passagem” como acontecia com os europeus aliviava o estadunidense, pois, para ele – tal qual para Miguel Calmon (como será visto) –, do ponto de vista dos brasileiros, era desvantajoso trazer *coolies*.

Dito isto, arrisco mais uma hipótese, para a qual a pesquisa é ainda rarefeita. Sem *coolies* para compensar a preguiça ou a vadiagem do “trabalhador nacional” – eufemismo usado pra nomear a classe operária brasileira não misturada ao sangue da imigração europeia aqui desembarcada no final do XIX (que era, lógico, afrodescendente) –, o patronato agrícola e o Estado brasileiro podiam apelar a outra política de dominação de classe, esta bem mais experimentada, porque dirigida, fazia séculos, aos povos nativos do Brasil. Nos finais do século XIX e no início do XX, os territórios dos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia eram verdadeiras reservas de terras, por um lado, para apropriação e colonização; e para recrutamento de mão-de-obra, por outro lado. Para cogitá-la, reconheço seguir apenas vestígios cujos traços noto em fontes depositadas no Museu

---

<sup>28</sup> Reis, João, “A greve negra de 1857 na Bahia”. In: *Revista USP*, nº 18, 1993, p. 18, 10, 23, 29, 24, 25.

Ver também: Castellucci, Aldrin, *Industriais e Operários Baianos numa Conjuntura de Crise (1914-1921)*. Salvador, Fieb, 2004. Rebouças, Daniel, *Indústria na Bahia: um olhar sobre sua História*. Salvador, Caramurê, 2016.

Sobre os zungus, ver: Soares, Carlos E. L., *Zungu: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro, Aperj, 1998. Sobre a cidade negra ver o capítulo “Cenas da cidade negra”, de Chalhoub, Sidney, *Visões da liberdade. Uma História das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

Histórico Nacional.<sup>30</sup> A documentação visual das obras de abertura das linhas telegráficas, em cuja vanguarda Rondon ia responsável de comandar a operação de atrair e (este era o termo usado) pacificar os nativos ameríndios, e o álbum, em segundo lugar, de registro da missão salesiana em Mato Grosso trazem pistas sobre novos tipos cercamentos (*enclosures*) a que eram constrangidos homens e mulheres, antes livres em suas terras comunais. Outrossim, uma incipiente pesquisa feita no Museu do Índio dá reforço a essa mesma hipótese. Como demonstrou Maria Hilda B. Paraíso, no início e nos meados do século XIX, em Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, os povos nativos haviam sido sitiados, visando a conversão de sua força física em mão-de-obra proletária.<sup>31</sup>

Em síntese, bíblia, balas e bois são ícones de fronteiras móveis, são *fronts* de assédio a povos indígenas, cuja missão estratégica, na prática, era localizar e atrair, para em seguida privá-los do controle de seus territórios, coibindo a sua mobilidade (com repressão religiosa, coronelística ou pacificadora), reduzindo-os em missões ou aldeamentos. Na última instância, índios eram transformados em peões ou caboclos, proletários sem terras e aferrados – coagidos – a algum tipo de contratação montada para deter e explorar a sua força de trabalho.<sup>32</sup> De modo indiciário, as fontes supracitadas induzem à seguinte pergunta: para que *coolies* se o Brasil possuía os “silvícolas”, os índios (que aliás tinham por “destino” a extinção como raça ou a integração verde-amarela no seio do Estado-nação)? O conteúdo da resposta a essa pergunta, ainda estabelecido sobre pesquisa em andamento (e, como disse, em estágio inicial) me convenceu a dar a esta tese a feição de um ensaio.

É o que segue.

#### SÁBIOS HOMENS BRANCOS

Seguidora de Giovanni Levi, a pesquisa aqui desenvolvida não adota certas dicotomias – centro/periferia, sudeste/nordeste, imigração européia/escravidão, civilização/barbárie,

---

<sup>29</sup> *The Rio news*, v. 15, nº 31, 5/11/1888.

<sup>30</sup> Museu Histórico Nacional (MHN), Construção das linhas telegráficas no estado de Mato Grosso. MCab3. MHN, Missão em Mato Grosso, 1908. MCab10.

<sup>31</sup> Paraíso, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho. A conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste*. Salvador, Edufba, 2014.

Ver também: Secreto, Verónica, *Fronteiras em movimento : o sudeste bonaerense e o oeste paulista na segunda metade do século XIX*. Campinas, tese de doutorado em História econômica (Unicamp), 2001.

<sup>32</sup> Guillen, Isabel, “O trabalho de Sísifo. ‘Escravidão por dívida’ na indústria extrativa da erva-mate (Mato Grosso, 1890-1945)”. In: *Varia Historia*, v. 23, nº 38, 2007.

Para outro tempo e lugar, ver: Paz, Adalberto, “Free and Unfree Labor in the Nineteenth-Century Brazilian Amazon”. In: *International review of Social History*, v. 61, 2017, p. 1. Tratando de trabalho livre e não-livre, o autor investiga mudanças na política colonial portuguesa na Amazônia. Dado seu insucesso em bancar a escravidão em massa de africanos, a legislação sucessivamente reconheceu a legalidade do trabalho forçado, admitindo o recurso à imobilização da população subalterna, visando com isso coagir ao trabalho. Primeiramente restritas aos nativos, as alterações foram estendidas à população não-branca também.

capital/sertão, industrial/pré-industrial, urbano/rural, moderno/arcaico, consciência/espontaneidade, erudito/popular –, efetivas molduras que enquadram o levantamento das fontes e sua análise, impondo-se ao conhecimento com transições prescritivas e teleológicas. “O primeiro termo prevalece” porque em tese “deriva do progresso e da direção da história”. Desdenhado o segundo pólo, são perdidas a contingência, a circunstância, a situação, a experiência, a prática e a ação. “A consideração da pequena escala se propõe”, então, a investigar “o funcionamento real de mecanismos que, em nível ‘macro’, deixam muitas coisas inexplicadas”.<sup>33</sup> A resultante almejada é exatamente o contrário da “destituição da análise pela condenação”.<sup>34</sup>

Já em 1985, na primeira edição de *Negros, estrangeiros*, Manuela Carneiro da Cunha lançou luz sobre um fenômeno que, no seu quantitativo, jamais foi abundante; *mas que mesmo assim contribui decisivamente para a crítica à transição da escravidão à liberdade*. Ela resgatou do desconhecimento inauditas trajetórias de ex-escravos – africanos forros – que aqui desembarcaram e daqui foram embora como estrangeiros, reconstituindo suas vidas ao redor dos portos do golfo do Benin, na África. Duvidando da existência de “um corte total e maniqueísta que enfatiza o contraste entre o trabalho escravo e o trabalho livre”, a autora qualifica esse corte como uma ideologia e estabelece distância da macronarrativa que reproduz “fielmente a pregação dos abolicionistas do século XIX”. “É muito mais esclarecedor”, ela prossegue, “entender a escravidão como uma das formas – extrema, sem dúvida – do trabalho dependente do que como uma forma aberrante que, uma vez abolida, deixa a todos com boa consciência”.<sup>35</sup> Na narcisística auto-imagem de libertadores modernos de criaturas brutas, é projetado no pano de fundo o cenário idílico de uma civilização superior e próspera sem vínculo com seu passado escravagista, o que significa, também, não ter de indenizar os negros. Além de acomodar o maniqueísmo dualista do abolicionismo em zona de conforto – canta o hino da República brasileira que mal dá para acreditar ter havido cativo em tão nobre país (exatamente, a última nação a abolir a escravatura) –, pôr fim ao trabalho escravo, afirmou a autora, não dava fim à dependência de classe dos de baixo. Não promovia autonomia alguma. No lugar disso, ao pesquisar a prática das alforrias, Cunha afirma, como já foi dito, que proprietários de escravos libertavam ao mesmo tempo em que se empenhavam em conservar a mão-de-obra forra em condição de vulnerabilidade e, assim, na dependência de sua vontade senhorial. Era um costume em proveito próprio; por um lado, queriam continuar sendo servidos. Haveria, por outro lado, um contingente operário liberto presumivelmente grato e

---

<sup>33</sup> Levi, Giovanni, “Un problema di scala”. In: VVAA, *Dieci interventi sulla storia sociale*. Turim, Rosenberg & Sellier, 1981, p. 75-81. Do mesmo autor, ver: “O pequeno, o grande e o pequeno. Entrevista com Giovanni Levi”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 37, nº 74, 2017, p. 157-182.

<sup>34</sup> Thompson, E. P., “As peculiaridades dos ingleses”. In: Negro, A., Silva, S. (org.), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p. 78.

<sup>35</sup> Cunha, *Negros estrangeiros*, op. cit.. p. 87, 88.

obediente, interposto entre bons senhores e escravos animais. Com o objetivo de salvaguardar a segurança da classe senhorial, aplacava-se não só sua consciência mas também mitigava-se sua paranóia ante uma eventual sedição africana.

Não havia economia e sociedade sem trabalho dependente, quer *slave labour* (trabalho escravo) ou *freed labour* (trabalho liberto), quer *indentured labour* (trabalho compulsório, servidão por contrato), *hired labour* (trabalho sob empreitada, de aluguel); ou *bonded labour* (trabalho forçado), ou ainda *unfree labour* (trabalho não-livre); afora *unpaid labour* (trabalho não-pago). Seja qual fosse o idioma ou o lugar, *free labour* (trabalho livre), ou *wage earner* (trabalhador assalariado), era apenas mais um arranjo da política de dominação da mão-de-obra pelo capital. Comumente, podia resultar em dependência extrema e superexploração, pouco tendo de liberdade de escolhas e de circulação. Conforme comentário de Flávio dos Santos Gomes, estamos simplesmente falando de trabalho, dos trabalhadores e seus mundos. Nessa variedade de situações, liberdade podia ser uma bandeira de luta.<sup>36</sup>

Ou dignidade, ou igualdade, ou mobilidade.

Ao elaborar o conceito de economia moral, Thompson – de uma vez por todas – faz ver quanto, aos trabalhadores, importam lutas que não são salariais, distantes da “moderna” confrontação da luta de classes, aquela que produz uma vanguarda, uma dita direção consciente (esclarecida, clarividente), a ser encaixada à espontaneidade das massas (sobre a qual Marx e o marxismo ergueram o monumento da classe com consciência de classe). As necessidades da vida humana, E. P. Thompson argumentou, não cabiam integralmente na economia política, já que a “esfera econômica” não era, não é, uma base apriorística “desligada de todo o resto”. Para exasperação de seus patrões, os mineiros que Rolande Treppe estudou, por exemplo, se alternavam entre picaretas recebidas das minas de carvão e as suas enxadas em suas terras, onde eram, vamos dizer assim, atrasados camponeses e se dedicavam, com certeza, a ofícios vários, taxados de pré-industriais. Esta liberdade de ser e não ser empregado numa empresa, sem perder o vínculo contratual, era de alto valor à experiência da classe operária, mas tem sido usada para criticá-la, como volubilidade, pelos empregadores, ou como falta de identificação com a condição operária, por intelectuais ou partidos de esquerda. Indiferentes a isto, o gosto simultâneo pelo plantio de mandioca e outros gêneros, e pela lida na usina têxtil, era apreciado entre operárias e operários de Paulista, subúrbio industrial de Recife, o que, por sua vez, era usado pelos patrões na tentativa de

---

<sup>36</sup> Sobre a modernização sem mudança na produção do açúcar em Pernambuco, ver: Eisenberg, Peter, *The sugar industry of Pernambuco, 1850-1889*. N.Iorque, doutorado em História (Columbia University), 1969. Sobre o fracasso do sistema de parceria, dada a política de endividar imigrantes e forçá-los ao cultivo do café, ver: Witter, José S., “Um estabelecimento agrícola da província de São Paulo nos meados do século XIX”. In: *Revista de História*, nº 98, 1974. Na lavoura açucareira, a mobilidade pode ter sido uma das poucas armas à disposição das famílias operárias defronte ao poderio dos senhores de engenho. Santos, Maria E. V. dos, *Os significados do 13 de maio: a Abolição e o*

aqueles reduzidos ou pacificados em aldeamentos – eram subtraídos em sua liberdade de movimento e sua situação era, precisamente, extremamente outra. Coagidos à permanência em lugares onde eram explorados, sua causa podia ser a liberdade, ao mesmo tempo em que, numa pequena cidade interiorana, trabalhadores podiam ao mesmo tempo lutar por melhores salários.

Uma tal desenvoltura – isto é, o costume de não se prender a uma autoridade, escapando de sua dependência, a despeito da pobreza – era alvo na mira das práticas das classes subalternas muito antes da industrialização capitalista. Os escravizados a buscavam ao máximo, inventando a liberdade com fugas, barganhas, lutas e, lógico, trabalhando duro. No pós-abolição dos de baixo, Maria C. Wissenbach encontra a continuação dessa experiência naquilo que, com constante desprezo e preconceito, a sociologia de Fernando Henrique Cardoso chamou de desvãos da História. “Em todo este processo, de ‘passagem’, os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os ‘camponeses’, são os testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história”, escreveu o sociólogo F. H. Cardoso. Quando conseguiu lutar, sua confrontação “nada teve em comum sequer com os ‘rebeldes primitivos’ da Europa. Pertencem às páginas dramáticas da história dos que não têm história possível”. “Não eram embriões de uma luta social maior”, garantiu. “Sem destino histórico”, eram “negatividade pura”, naufraga em “desvãos da história”.<sup>38</sup> Em contraste, Maria C. Wissenbach, com pesquisa e análise originais, é historiadora (também da USP) que encontra na “retaguarda” da economia, nas “bordas das grandes propriedades”, proletários e proletárias esbulhados “em contínuo deslocamento”, vivendo de serviço esporádicos, de roçados e poucas criações de animais pequenos, se valendo de habitações “cuja qualidade maior era a possibilidade de ser abandonadas”. Evidentemente o golfo de classe existente entre a classe trabalhadora e olhares altaneiros, nas fontes ou na bibliografia, faz do negro no pós-abolição “um ser vindo do nada, do vazio deixado pela escravidão”, recôndito que seria preenchido pela não

---

*imediate pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco, 1884-1893*. Campinas, tese de doutorado em História (Unicamp), 2014.

<sup>37</sup> Estrella, Alejandro, *E. P. Thompson, democracia y socialismo*. México, UAM, 2017, p. 149.

Rolande Treppe foi divulgada no Brasil por José S. L. Lopes e Rosilene Alvim. Ver: Treppe, Rolande, *Les mineurs de Carmaux*. Paris, Editions Ouvrières, 1971, 189-253. Alvim, Rosilene, *A Sedução da Cidade. Os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro, Graphia, 1997, p. 101 e ss. Leite Lopes, *A Tecelagem*, op. cit., p. 93 e ss.

Alexandre Fortes, Paulo Fonte, e eu, fizemos debate que aqui desdobro sobre esse desprezo dos intelectuais perante a História dos de baixo em “Peculiaridades de E. P. Thompson”. In: Negro, A., Silva, S. (org.), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

<sup>38</sup> Cardoso, Fernando H., *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1975, p. 112, 113.

menos preconceituosa suspeição da “marginalidade social”.<sup>39</sup> Do “buraco da pobreza”, ao contrário do que declara Raquel Varela em textão de internet, vêm sujeitos que sabem falar e escrever, que sabem meter medo, e que sabem não só se expressar entre esquerda e direita, mas também agir, com eficácia.

Quando a Segunda Guerra Mundial acabou e o Brasil enfim conseguiu impor-se à agenda global do desenvolvimento econômico perante os EEUU e a Europa, um forte receio figurou no que batizaram de operação mão-de-obra. “Seja onde ou quando for”, generalizou o autor de *US business performance abroad*, toda vez que

“populações rurais vivem pela primeira vez a ignorada experiência da disciplina do sistema de produção moderna e as oportunidades inéditas do mundo urbano, há geralmente uma alta taxa de rotatividade entre os trabalhadores desqualificados”.<sup>40</sup>

Segundo a fonte, essas diferenças culturais dos trabalhadores – parte delas referentes a “atitudes diante do trabalho e da fábrica moderna”, aos “valores vinculados a compensações monetárias e não-monetárias e ao consumo material quando comparados a outros tipos de satisfação” – podiam ser de tal monta a ponto de, temia-se, ser incompatíveis com a empresa industrial. Exatamente por isso, a Willys-Overland do Brasil seguiu o exemplo da General Electric e ofereceu aos peões de obra da construção de sua fábrica a oportunidade de um novo serviço, desta vez na linha de montagem, abrindo vagas para o início da produção de veículos. Em outras palavras, receava-se que os operários tivessem o hábito de trabalhar por empreitada: plantio e colheita do roçado, seguida de festa religiosa com comilança e bebedeira, ao mesmo tempo em que refestelo e outros vícios levariam a uma malthusiana reprodução proletária. Somente o medo da fome, neste raciocínio, ocasionaria a de volta ao trabalho.

Em vista disso, é aqui abraçada a crítica ao “cientificismo enganador” embutido junto com a ideologia da “modernização”, consoante Thompson em *Costumes em comum*. Isto significa continuar com o abandono da pregação abolicionista. Usados como se não tivessem juízo de valor, ambos os termos, liberdade e modernidade (ou civilização), são as marcas dessa ideologia que alardeia a ultrapassagem do bárbaro escravismo e outras formas de exploração do trabalho convenientemente designadas de “primitivas” ou “pré-industriais”. Mesmo no seu próprio tempo e lugar, aliás, toda e qualquer crueldade ou injustiça cometida contra os escravos foi, aos seus olhos, certamente debelada pela candura e amparo do bom coração senhorial. Nos ombros de “ufanismos nacionalistas, ilusões científicas e disposição autoconfiante para o imperialismo predador”, essa

---

<sup>39</sup> Wissenbach, Maria Cristina, “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”. In: Sevcenko, Nicolau; Novais, Fernando A. (org.), *História da vida privada no Brasil*, v. 3. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 59, 97, 99.

Varela, Raquel, “Marielle está morta”, rede social, 15/3/2018. Acesso em 8/4/2018.

<sup>40</sup> Geiger, Theodore, *US business performance abroad. The case study of General Electric Company in Brazil*. Washington, National Planning Association, 1961, p. 83, 85. Doe Library, University of California (Berkeley).

ideologia de classe deseja emular a imagem de seu falso bem-estar retratando-se em “instituições financeiras, expansão de mercados, mobilidade voluntária de trabalhadores, aquisição de direitos civis e políticos, urbanização”. Ao invés disso, a pesquisa histórica já comprovou a intensificação, com evidências abundantes, do escravismo no vale do Paraíba brasileiro, ou em Cuba, ou no sul dos Estados, em íntima resposta à demanda por matéria prima (algodão) ou produtos agrícolas (açúcar, café), bens avidamente consumidos em sítios urbanos ou usinas industriais, por europeus ou pelos EUA. Em síntese, a mão invisível da iniciativa privada, no lugar de promover a liberdade, apelou (a) à escravidão bem como (b) à ilegal reescravização e (c) à ilegal continuidade do tráfico transatlântico de escravos. Apenas para dar um dado sobre isto, foi a cafeicultura brasileira grande responsável por comprar parcela expressiva dos 42% de escravizados (em 300 anos de escravatura) que o tráfico (quer legalmente, quer ilegalmente) trouxe ao Brasil durante a primeira metade do século XIX.<sup>41</sup>

Devido às exigências de lucro e expansão do mercado global, enquanto o hemisfério americano traficante e dependente da escravatura mergulhava mais fundo na sua adição, a Grã-Bretanha amealhava excepcionais condições para conjugar liberalismo econômico e fim do tráfico negreiro, com posterior abolição nas suas possessões caribenhas (a liberdade chegaria mais tarde para os escravizados da Índia). Como não poderia deixar de ser, cumpre lembrar que, para esses sábios homens brancos, a “transição” da escravidão à liberdade havia de ocorrer tendo no meio uma etapa denominada “aprendizagem” – aprendizagem do liberto –, durante a qual o forro deveria obrigações aos senhores, até poder ser, por esses mesmos senhores, declarado dono do seu nariz, apto a viver em liberdade. Ao contrário dos outros países que viviam dos seus negócios com o tráfico negreiro e com a escravidão africana e negra, o extraordinário poder britânico – imperialista, militar, administrativo, comunicações, comercial e naval – viabilizou uma saída sua própria, bem pouco progressista. Diferentemente do resto do mundo, os bretões tinham, em primeiro lugar, a faculdade de ser hipócritas e fazer vistas grossas para o seu próprio trabalho sujo. Sem existir quem pudesse julgá-los, eles avaliavam a si mesmos. Também dispunham do inaudito poder de contratar *coolies* livremente, sem ter de pagar por sua escravização, seja em termos financeiros, seja ferir sua imagem abolicionista. Em acréscimo, mesmo reduzindo os *coolies* à situação degradante do cativo (confinamento no local de trabalho, isolamento, privação de direitos básicos, superexploração, burlas, multas, castigos, abusos, desrespeito da dignidade humana), o domínio imperialista britânico arrogou para si o papel principal de paladino da liberdade da raça humana.

---

<sup>41</sup> Thompson, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 27. Ver também: Marquese, Rafael, “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. In: *Revista de História*, nº 169, 2013, p. 230-231.

Logo, quem quisesse importar *coolies*, assim como quem traficava africanos, teria de lidar com a proeminência da Grã-Bretanha.<sup>42</sup>

Feita acima, a menção a algodão, café e açúcar não deve confundir essa tese com os pressupostos de um ciclo econômico centralizador de toda a vida social. No século XIX, a economia brasileira, apesar da saliência da cafeicultura, foi “relativamente diversificada e dinâmica”. Experiências “regionais criaram um mosaico de relações de trabalho, de tecnologias, de produtos, de mercados, de formas de propriedade”, o que me leva a divergir da tese segundo a qual a economia resumiu-se ao latifúndio monocultor, escravista e exportador. Consiste em notável avanço o passo dado pela pesquisa ao superar a macronarrativa histórica de um Brasil resultante do “somatório de ciclo de produtos (açúcar, ouro, café)”, com “trajetórias similares”: formação, apogeu, quebra, decadência e paralisia.<sup>43</sup> Inclusive, para essa diversidade socioeconômica referida imediatamente acima havia, como já foi dito, toda uma heterogeneidade nos mundos do trabalho.

No Recôncavo Sul da Bahia, naquele que seria o lugar por excelência da prosperidade e liberdade do capitalismo, isto é, na fábrica têxtil, os mundos do trabalho não eram referidos no operariado assalariado livre. Quatro fontes levantadas pela mestre em História Nilceane Felício apontam para formas de recrutamento da mão-de-obra as quais, embora diferentes, têm um ponto em comum: a vulnerabilidade dos trabalhadores. “Precisa-se alugar até cinqüenta trabalhadores livres, ou escravos, para o serviço do assentamento da fábrica de tecidos na vila de Valença”, publicou *O mercantil*. “As pessoas que a este trabalho quiserem propor por si, ou por seus escravos, deverão contratar-se nesta cidade com o negociante J. S. Gilmer, no escritório ao Corpo Santo, e Francisco Ezequiel Meira na sua residência à Preguiça, ou na vila de Valença com o engenheiro João Monteiro Carçon”. Dito de outro modo, quem desejasse se alugar ou quem quisesse alugar seus escravizados que comparecesse, em Salvador, perante fulano e beltrano e, em Valença, que fosse ter com sicrano. Após o fim do aluguel, um contrato provisório, poderia haver, como sempre houve, dispensas, dívidas a pagar aos patrões, contas a receber dos patrões, etc. “Ontem saiu para Valença o vapor Catarina conduzindo a seu bordo 15 donzelas do recolhimento da Santa Casa da

---

Chalhoub, *A força da*, op. cit., p. 34, 35. Do mesmo autor, ver: “Cidade negra. Escravidão e liberdade no Rio de Janeiro (1830-1880)”. Conferência no XV congresso da International Planning History Society (IPHS). São Paulo, 15-18 de julho de 2012. Disponível em: <https://vimeo.com/46484921>. Acesso: 25/10/2017.

<sup>42</sup> Sobre a política e atuação britânicas referentes aos africanos livres (e suas pressões e artimanhas emancipacionistas, quer no Brasil, quer no mundo), Beatriz Mamigonian lança nova luz sobre o abolicionismo dos britânicos, ao focar a promoção, fora do Brasil, do trabalho compulsório sob o regime da contratação de africanos livres, no Caribe. Os britânicos, ao se isolarem do resto do mundo em seu vanguardista abolicionismo, pretendiam cacifar a sua posição de superpotência mundial. Ver: *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2017. Em especial o capítulo 6.

Talvez, então, a desistência de importar *coolies* para o Brasil não tenha sido uma deliberação tomada sem alguma simpatia ou incentivo da diplomacia inglesa.

<sup>43</sup> Paula, João A. de, “O processo econômico”. In: Carvalho, José M. (coord.), *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012, p. 182-183. Ver também: Barickman, B. J., *Um contraponto baiano. Açúcar, fumo mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

Misericórdia, com destino à fábrica de tecidos intitulada Todos os Santos”, divulgou *A revista*. Nessa indústria, as mulheres não iriam apenas “achar um emprego”. Lhes seria dada “uma desvelada educação, graças à filantropia de seus generosos e honrados proprietários”. As “inocentes virgens” viajaram sob a guarda do “provedor da Santa Casa”, o comendador Francisco José Godinho, e do tesoureiro, cuja presença parece ser devida à sua tarefa de cobrar o aluguel de meninos e meninas alugados a usuários de seus serviços. Quanto dessa viagem foi também de gozo apenas dos homens, de luxúria não-consensual e abuso das moças, o que o autor da fonte seguramente imaginou (donzelas – inocentes virgens – confiadas a ilibados filantropos), é apenas possível desconfiar. Seguramente, relatório citado por Nilceanne Felício nos faz saber da “insatisfação” e “mesmo temor” de “órfãos e seus parentes” quando da notícia de sua encomenda pela “fábrica de Valença”. Anos depois, foi a vez dos “colonos”. Tão logo possível, “foram imediatamente conduzidos para a cidade de Valença em uma embarcação”, no que foram “acompanhados de um empregado encarregado de lhes fornecer casa, ferramenta, comedorias e roupa”. Estavam “quase em estado de nudez, devido à falta de trabalho na sua província”, Sergipe.<sup>44</sup>

Como se vê, não há ineditismo naquele deputado entusiasta da derrubada da presidenta Dilma Rousseff, quando saiu a público para defender a idéia de projeto de lei que desobriga empregadores de pagarem salários a peões sem direitos trabalhistas, bastando apenas a concessão de casa, comida e roupa. O que se nota, voltando ao século XIX, é o pressuposto segundo o qual quem não tem família forte não tem refúgio em mundo sem compaixão. Sendo publicamente visível em sua posição vulnerável, esse alguém carece de proteção, a ser fornecida por uma família de bem, de influência na sociedade. Em troca da assistência e proteção (ditas) moral, espiritual e material, esperava-se bons serviços, temor, obediência e boca calada, o que abria chances para exploração, maus tratos e abusos. Outrossim, os empregados não deviam se inserir em relações de sociabilidade que os fortalecessem horizontalmente. Deveriam, ao contrário, estar limitados a relações verticais, com seus prepostos hierárquicos. Mayhara Vitoria, Maciel Carneiro, e Alan Cerqueira, a propósito, fizeram pesquisas que esmiuçaram com rigor as características e o funcionamento dessa prática de contratação de mão-de-obra dita livre, submetida a intensa exploração.<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> *O mercantil*, 4/1/1845. *A revista*, 10/7/1850. Correspondência, 9/1/1883, Correspondência da Fábrica de Tecido Todos os Santos. Fontes citadas em: Felício, Nilceanne, *As fábricas têxteis do rio Una: História sobre trabalho e indústria em Valença-Bahia, (1844-1888)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2018, p. 79, 82, 93, 92.

<sup>45</sup> Silva, Maciel, *Nem mãe-preta, nem negra fulô: histórias de trabalhadoras domésticas (1870–1910)*. Jundiá, Paco Editorial, 2016. Vitória, Maihara, *Os Filhos da Misericórdia: cotidiano e vivências dos expostos na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2015. Cerqueira, Alan, *As regras do jogo: locação e serviço dos expostos pertencentes ao asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1871)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2016.

Note-se ainda mais que a industrialização analisada por Nilceanne Felício não está situada próxima das fronteiras agrícolas tão priorizadas, para a pesquisa, pelos estudos da segunda escravidão.<sup>46</sup> Não era lavoura de açúcar em Cuba nem café no vale do Paraíba; não se cultivava algo em Valença em função de um mercado consumidor aquecido numa parte desenvolvida do mundo, a reboque das demandas da Inglaterra ou dos Estados Unidos. A pioneira industrialização têxtil protagonizada pela Bahia foi uma parceria, por assim dizer, nacional-desenvolvimentista primitiva, em região produtora de farinha, resultante da associação de iniciativas particulares de empresários brasileiros, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Mas não aconteceu porque bretões ou estadunidenses quisessem comprar algo que seus países não podiam produzir, já que, de fábricas de tecidos, eles estavam cheios. Não foi uma empreitada que intensificou o escravismo por causa de seu vínculo com a procura do sistema capitalista mundial. Foi uma empreitada do sistema capitalista mundial – a indústria têxtil – em solo baiano que apelou, conforme demonstra Nilceanne Felício, ao aluguel de mão-de-obra vulnerável, sem fazer distinção entre cativo e liberdade. Como de hábito, ao ser apontado como decadente (o açúcar do Caribe teria desbancado as exportações da açucarocracia baiana), a classe senhorial não teria o mesmo motivo de sua congênere no vale do Paraíba em favor de mais adição ao vício do escravismo. Mesmo assim, interligada, ou não, à demanda de proa pautada pelo mercado no Atlântico Norte, vendo-se, ou não, em apuros, a açucarocracia (a) reteve consigo, até o fim, a sua mão-de-obra escravizada (em particular aquela explorada no eito) e (b) mostrou profunda dependência do trabalho dependente, dedicando-se à reciclagem das formas conhecidas de trabalho compulsório. Em paralelo, no Brasil, os britânicos nutriam característica autocomplacência e, assim, pouco, ou nada, viam de errado em censurar a escravidão e serem exploradores da força de trabalho alheia, dos negros igualmente, escravizados ou, por assim dizer, “livres”.

Antes de ir adiante, vale a pena lembrar que, na progressista corte do Rio de Janeiro, a personagem Brás Cubas, de Machado de Assis, não trabalha, vive de renda; quer dizer, vive de alugar o serviços de seus escravos. Alheio à morigerada ética da iniciativa privada, não está a se preparar para agir no regime da liberdade. Está de fato estacionado em sua dependência de não fazer nada enquanto seus dependentes fazem tudo para si. Isso talvez fosse algo a distinguir a visão

---

<sup>46</sup> Por fazerem abrangente balanço, ver: Salles, Ricardo, “A segunda escravidão”. In: *Tempo*, v. 19, nº 3, 2013. Izecksohn, Victor, “Os desafios da segunda escravidão”. In: *Afro-Ásia*, nº 54, 2016. Entre tais desafios, eu incluiria a característica desses estudos de tão grande qualidade analítica parecerem estar comprometidos com o exame apenas de fronteiras econômicas dinâmicas.

É importante citar as pesquisas que dissolvem “centros” a partir de “periferias”, como pretendeu Jonas Vargas. Vargas, Jonas, *Pelas Margens do Atlântico: um estudo das elites locais e regionais na economia e política: charqueadores de Pelotas - RGS (século XIX)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História (UFRJ), 2013.

de mundo da classe senhorial sobre liberdade: “despossuídos” serviam para o “desfrute dos proprietários”, arremata Chalhoub.<sup>47</sup>

A esta altura, volto à tese de Michael Hall sobre a relação entre escravidão e imigração. Por ter transportado de modo eficaz levadas maciças e sucessivas de braços miseráveis até os fazendeiros de café do Oeste paulista, foi o sucesso da imigração europeia subsidiada que abriu a chance de afinal anuírem com o fim do cativo do braço negro, enquanto que toda a lavoura restante, nas demais províncias, estava muito longe de se livrar de sua atávica dependência para com a mão-de-obra negra escravizada; em particular no letal eito, sob sol escaldante. Em segundo lugar, em contraste com todo o país, a fronteira dinâmica da economia, abastecida pela sua cota racial, podia abrandar sua natural exigência de reparações – de indenização – frente à perda, em 13 de maio de 1888, de sua propriedade tão básica quanto suas terras, suas coisas semoventes, homens e mulheres submetidos ao cativo.

Logo, talvez tenha sido o sucesso britânico em submeter os *coolies* à mão invisível do mercado livre que persuadiu, enfim, os escravistas britânicos, na frente de todos os outros (em escala global), a computarem a variável de uma excepcional lucratividade se abrissem mão do tráfico e da escravidão africanas, receitando as mesmas renúncias para os demais países escravocratas, mas reservando para si acesso privilegiado à mão-de-obra *coolie*.<sup>48</sup> (Talvez também tenha sido um primeiro ensaio de exportação da liberdade em escala global, lição que os EUA depois aplicariam muito bem.) Ainda que tal paralelo venha a se configurar falacioso, restará, em primeiro lugar, a observação de que os britânicos dispunham de *coolies* (afora africanos livres) e de que os cafeicultores do Oeste paulista, por sua vez, gozavam, sozinhos, das benesses da extraordinária importação subsidiada de italianos. Restarão, outrossim, os dados (a) de o restante da lavoura brasileira não dispor desse valioso auxílio e (b) de que lidava com o encarecimento da mão-de-obra escravizada, afóra seus constantes apuros defronte à rebeldia e à agência dos escravizados e dos libertos, os quais, somados, eram a classe operária. Dar-se conta de que os senhores de escravos britânicos receberam pressurosa e palpável compensação em dinheiro pela perda de sua propriedade humana pode relativizar a propaganda do humanitarismo britânico, o qual deve ser também confrontado com (a) o que foi feito aos povos nativos das colônias, aos *coolies* e (b) a não-indenização dos libertos, também não ocorrida entre os britânicos. Reparar no fato de os senhores de escravos da Grã-Bretanha terem sido indenizados é computar adicional e extraordinária vantagem sua na competição global pela *plantation* mais lucrativa.

---

<sup>47</sup> Chalhoub, *Machado de Assis*, op. cit., p.103.

<sup>48</sup> Ver: Mac Cord, Marcelo, “Chineses na América Latina oitocentista: trabalho compulsório em escala global”. Resenha de *The coolie trade*, de Arnold Meagher. In: *Mundos do trabalho*, v. 8, nº 16, 2016, p. 210. De acordo com a resenha, desde antes de 1840, havia planos britânicos de “substituição” dos negros africanos escravizados por imigração asiática.

Ao contrário do resto do mundo, os britânicos conjugaram indenização (apenas) aos senhores e substituição de sua dependência para com a escravidão africana pela adição dos *coolies* asiáticos. Não tinham porque se abater, muito menos se queixar. Suas complicações eram os vezeiros problemas da dominação imperialista e de classe (o que não é pouco, óbvio). Mas não tinham as complicações de importar *coolies* para junto de si, nas ilhas européias da coroa britânica, e recear o seu insulamento demográfico perante nova onda imigrante não-branca. Ao contrário da conquista lusa, os bretões acreditavam na pureza racial, sinônimo de minúscula minoria étnica, como pressuposto para sua empreitada no desbravamento dos trópicos. Ao contrário do resto do Brasil, os cafeicultores do Oeste paulista se livraram de sua persistência no escravismo como forma de arregimentar mão-de-obra, livrando-se de sua dependência para com a escravidão dos negros à medida em que impuseram aos europeus o trabalho dependente, em particular sobre os italianos (brancos, católicos, além de miseráveis e divididos em etnias cujo idioma preferencial era o dialeto). O subsídio dos custos da empreitada imigratória foram a sua indenização, a sua cota racial.

Assim tão bem dotada, essa elite socioeconômica pôde enfim quebrar outro voto longamente sustentado pela classe senhorial. Para os senhores brasileiros, o eito devia ser lugar exclusivo da mão-de-obra escravizada, sobretudo a africana. Em sua pesquisa, Manuela C. da Cunha, descobriu fonte segundo a qual a lavoura era o “último trabalho” a ser “partilhado pelos homens livres do país”, o que significa pensar o café, a cana, o algodão, como lugares de disciplinamento da mão-de-obra então a mais temida por sua capacidade de sublevação, os trabalhadores africanos. Suspeitos de sempre, podiam portanto ser deportados, não só de volta à África, mas rumo às escaldantes plantações, onde a expectativa de vida era menor e a exploração, lógico, bem maior. Defronte a isto, não há como não levantar a hipótese de ter sido o africano, na Bahia, e não o italiano, em São Paulo, o primeiro imigrante radical da História do Brasil.

É possível que seja exatamente por isto que João Reis faz ver o equívoco do abolicionista Luís Anselmo ao enganar-se, ante a perseguição aos africanos, com a promoção do trabalho livre. Para Reis não são antiescravistas as barreiras erguidas contra o acesso ou presença de africanos em certos nichos do mercado de trabalho (onde prosperavam notavelmente). Ser favorável a medidas de bloqueio do mercado de trabalho aos africanos visava, isto sim, empurrá-los “para o trabalho dependente nos engenhos ou fazê-los retornar” à África, contrapõe. Isto porque “o escravo”, ele sintetizou, “era uma propriedade” – uma coisa semovente – “que trabalhava muito, mas que também dava muito trabalho”. Logo, “não permitiu que a escravidão fosse perfeita”. Essa habilidade de fazer frente ao cativo não era devida só à sua capacidade de barganha e dissidência, pois também demonstrou inefectível capacidade para trabalhar (embora isto o preconceito evite ser reconhecido). Longe de querer introduzir o trabalho livre como fator de “modernização” do mercado de trabalho, retirar os africanos de seus afazeres significava tanto mover-lhes concorrência

desleal quanto acozá-los até obter a sua rendição, no eito, ou livrando-se de sua presença, empurrando-os de volta à África, pelo que (a) teriam de pagar as passagens (nem o senhorio nem o poder público de bom grado desembolsariam tais custas) e (b) poderiam dar lucro às fortunas dos baianos, quando refizessem, na África, laços com o Brasil, praticando comércio bilateral.<sup>49</sup>

Além de se livrar de um incômodo, a idéia era embranquecer o mercado de trabalho, não necessariamente em grandes quantidades, mas sobretudo onde a presença negra fosse percebida como uma ameaça aos lucros da ordem escravista, ou seja, à “segurança”, dizia-se. Foram verdadeiras cotas raciais, anteriores à cota racial dos fazendeiros de café do Oeste paulista. A rebeldia dos africanos não era o seu único traço de ressaltado. Além de bom trabalhador, talvez fosse um ator competente em prosperar dentro da ordem econômica, como aliás tem mostrado a crescente abordagem da pesquisa sobre escravos que possuíam escravos. Foram de fato homens e mulheres que existiram em sua liberdade, sem pedidos de licença à posteridade para suas atitudes. Do primeiro imigrante radical ao mito do imigrante radical é apenas um pulo e tanto radicalismo, lógico, tem de ser ponderado. Em discurso de agradecimento ao prêmio Machado de Assis, conferido pela Academia Brasileira de Letras, João Reis sabe que não discorreu apenas sobre rebeldes. Ele encontrou escravos que negociavam “com seus senhores um cativo menos opressivo”. Anuídos por seus senhores, havia escravos que queriam “a acumulação de bens e a compra da alforria”. “O alufá Rufino José Maria, liberto malê” voltou a África “cozinheiro de navio negreiro”, sendo, também ele, “pequeno traficante transatlântico de gente”. Domingos Sodré, “adivinho e curandeiro nagô”, se “fornecia beberagens a escravos para amansar seus senhores”, era “ele próprio senhor de escravos”.<sup>50</sup>

Mesmo assim, é bom atentar para o fato de ter sido Manuela C. da Cunha quem descobriu documento – preparado por correspondente, no Rio de Janeiro, do Ministério do Exterior da coroa inglesa – onde está dito que “uma espécie de lei dos estrangeiros foi decretada”, conferindo à administração provincial o poder de “mandar embora do país os africanos libertos, a qualquer momento e em qualquer quantidade, se isso for julgado necessário” – *e é claro que uma das razões para expulsar africanos era a sua capacidade de duelar com seus senhores, assim como italianos depois também foram expulsos por causa do memo fato.*<sup>51</sup> Independentemente de quem possa ter tal

---

<sup>49</sup> Reis, “A greve negra”, op. cit., p. 21. “O escravo-coisa”. Resenha de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*, de Fernando Henrique Cardoso. In: *Jornal de Resenhas*, 13 de setembro de 2003.

Sobre a necessidade de os africanos pagarem suas passagens de volta à África e sobre a possibilidade de isso oportunizar lucros à classe dominante, ver: Cunha, *Negros estrangeiros*, op. cit., p. 110, 111.

<sup>50</sup> Reis, João J., Discurso em agradecimento ao prêmio Machado de Assis, entregue pela Academia Brasileira de Letras, 20/7/2017.

<sup>51</sup> Cunha, *Negros, estrangeiros*, p. 105, 101. O “malêzinho” saiu dois anos depois da primeira edição do livro de Manuela. Ver: Reis, João, *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

primazia (pergunta que, de qualquer modo, possui importância haja vista ser dada exclusividade aos italianos, com conseqüências para avaliar um grupo como passivo, os negros, e outro, o imigrante, como de relevo para a cidadania no país), Michael Hall é taxativo ao garantir que europeus miseráveis foram conduzidos até as fazendas em número bem maior do necessário com o transparente objetivo de, por meio do rodízio da mão-de-obra, submetê-los à superexploração. Quando tal rodízio deixava de dar resultado, apelar à violência do aparato estatal, além da impunidade da violência privada nas fazendas, eram reforços providenciais. Uma decorrência disso foi, lógico, empoderar o patronato agrícola ainda mais. Afora sua desembaraçada desenvoltura para explorar e demitir, ou ver empregados irem embora, havendo substitutos famintos à disposição, não precisava consumir suas energias em disputas visando o recrutamento da força de trabalho. Mais ainda, não carecia de adular os trabalhadores com concessões paternalistas. Na exploração de seus braços, o esgotamento da imaginação parecia consistir no único limite para os fazendeiros de café. Com isto, Hall deixa claro não serem sanções paternalistas de legitimação uma necessidade posta na mesa, aos olhos dos senhores do Oeste paulista, defronte a seus miseráveis empregados.<sup>52</sup> Enquanto o restante da lavoura pensava em criar formas de recrutar e estabilizar (ou fixar, ou imobilizar) operários no seu entorno, a cafeicultura paulista, sem amparo numa lei – um novo código do trabalho por exemplo –, ou sem um contrato que autorizasse deter imigrantes livres dentro das fazendas, dispunha da “mão invisível” do mercado de trabalho “moderno”.

Artigo publicado em 1921 pela *Hispanic American Historical Review* contribui para dimensionar o problema senhorial surgido em 13 de maio de 1888: a mágoa e em seguida a queixa emergidas nesta data.<sup>53</sup> Enxergando os imigrantes, em São Paulo, virtualmente reduzidos a *coolies* (o que não era necessariamente inadequado, mas era exclusivo da cafeicultura paulista), e vendo-se – o que era péssimo – em meio a libertos encarados como perigosos (diversos deles conduzidos ao eito como forma de puni-los por sua suposta insurgência ou indisciplina), a açucarocracia estava entre a inveja e a neurastenia. O artigo mostra o humor volátil dos donos de escravos e seus próceres na política (muitas vezes encarnados nas mesmas pessoas). Tendo a reforma “humanitária” da princesa Isabel sido dada aos escravos sem indenização aos senhores, sua lealdade ao trono quase evaporou da noite para o dia. Contudo, a demanda não foi imediatamente expressa porque

---

Se aproximações são possíveis, há também o contraste entre a experiência negra sob cativo a imigração européia. Além desta última não ser passível de escravização – não podia ser transacionada na base da compra-e-venda, não era legada nem herdada –, não era também apátrida, possuindo consulado para, teoricamente, protegê-la. Essas diferenças são analisadas por Souza em *Trabalhadores dos trilhos*, op. cit.

<sup>52</sup> Hall, “Trabalhadores imigrantes”, op. cit., p. 6.

<sup>53</sup> Martin, Percy, “Causes of the collapse of the Brazilian empire”. In: *The Hispanic American Historical Review*, v. IV, nº 1, 1921, p. 7-9. O autor anota, na p. 38, o fenômeno da Guarda Negra, registrando os rumores sobre ser uma força pretoriana de proteção à família real. Sobre a Guarda Negra, ver Gomes, Flávio, “No meio das águas turvas (racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte, 1888-1889)”. In: *Estudos afro-asiáticos*, nº 21, 1999.

ninguém se atreveu. Segundo o autor, era algo “tão sórdido” (falar em dinheiro) que a polidez impedia manifestá-la. Além do comedimento imposto por sua fidalguia, pode ter faltado coragem, quem sabe. O fato é que, consoante Percy Martin, ninguém ousou a tirar da boca “a palavra indenização”. Isto publicamente. E assim quedou emudecida a “palavra fatal”. Parecia frear a todos o afã nacional de afinal dormir uma noite tranqüila, ou festiva, na seqüência do anúncio do fim do cativo, o que traria, a todos, a aurora da boa consciência, depois da qual, no reino da liberdade, e já em regime republicano, mal teríamos a chance de conseguir recordar ter havido escravidão em tão nobre país. Sonhar com o convenientemente esquecimento de crimes e barbáries que só o Brasil, isolado mundialmente, cometia, no mais ordinário cotidiano, não tinha preço. Mas cair do enlevo abolicionista teve; a boa consciência não durou muito. Era áurea a lei, mas só se gastou dinheiro com a pena, contabilizaram... No Recôncavo baiano, foi dramático o 14 de maio de 1888 de uma viúva: ela foi privada de parcela polpuda de sua propriedade com a libertação da escravaria a ela a ser havida por herança.<sup>54</sup>

Os senhores ficaram à míngua.

Isto assim foi, pois assim lhes pareceu.

De acordo com Percy Martin, revelou-se falho o cálculo do primeiro-ministro João Alfredo: uma obsessão generosa tomaria conta do país e, assim, a abolição podia desatender a polida e dissimulada cerimônia dos plantadores. Ledo engano, pois lhe faltou sintonia com o *éthos* de quem tem privilégios de classe, entre estes o dado da natureza de não ser necessário descer a campo em defesa de privilégios, dos quais os outros devem ter consciência e respeito, o que explica parte da parcimoniosa mudez do senhorio ante o fim da escravatura. A plantocracia, replica o autor, poderia contudo ter sido “calorosa” se tivesse o tratamento dispensado fosse outro, recebendo “compensação por seus escravos”. Mas não distribuíram éter, bálsamo, emplastro ou pílula para o dia seguinte. “Considerações financeiras” teriam dado bom efeito, assegura o autor. O “excelente precedente” indenizatório de Inglaterra e França quanto a suas colônias nas Antilhas e nas Guianas voltou à tona da consciência; o Norte, sem a sua cota, boquiaberto com o invejável desempenho do cotista São Paulo, sobrou “sem esperanças de substituir o trabalho escravo por europeus imigrantes”. Em somatório, e apesar de suas diferenças, os “reis do café” paulistas, os “rancheiros de Minas Gerais”, “as velhas famílias de plantadores de açúcar e algodão de Bahia e Pernambuco”

---

<sup>54</sup> A divisão do espólio de Francisco Vicente Bulcão Viana, proprietário do engenho dom João e 34 cativos, foi surpreendida pelo 13 de maio. “Sem dúvida, os oficiais de justiça e d. Luísa [Flora Bulcão Viana] acreditavam que a abolição viria acompanhada de algum tipo de indenização para recompensar os ex-senhores pela perda de sua propriedade”. Quatro meses depois, em setembro de 1888, a safra no engenho da Cruz só saiu depois que o herdeiro da propriedade entendeu que devia pagar pelo serviço dos trabalhadores... A safra contudo não cobriu as despesas com mão-de-obra e não deu lucro: não foi suficiente para honrar as obrigações do engenho para com a Bahia Central Sugar Factories Limited, empresa de capital britânico que operava o engenho central do Iguape. Ver: Barickman, B. J., “Até a véspera. O trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)”. In: *Afro-Ásia*, nº 21-22, 1998-1999, p. 178.

deixaram de ver a antes estreita convergência entre os seus interesses e os da monarquia. Na província do Rio, uma queixa odienta se fez ouvir: “um vez libertos os pretos, era hora de os brancos serem emancipados na mesma base”.<sup>55</sup>

Essa era uma hegemonia política e cultural, de tenaz empunhadura sobre parlamentos, Westminster em Londres, por exemplo, ou também o Conselho de Estado no Rio de Janeiro, egrégio colégio de sábios homens brancos ao redor de Pedro II (diversos deles ladinos baianos). Sua autocomiseração, reiterada em privado e na esfera pública, nos faz ver que se sentiram desfalcados em um aspecto, para eles, crucial: seu poder de adquirir, conservar e legar mão-de-obra a ser tratada de modo arbitrário, quase sem freios, sem regulação, segundo seu desejo, como uma coisa descartável; mas sempre, claro, segundo a bondade de seu coração humano e pio (libertador), na inteira dependência de sua boa ou má fé. A ruína desse *éthos* representava, para os senhores de escravos, o seu colapso na hierarquia reguladora da atividade econômica basal, a lavoura, num Brasil praticamente sem indústria. É o que Keila Grinberg, a respeito do barão de Cotegipe, sublinha, quando aponta, tanto para sua objeção à abolição sem indenização (“compadecia-se da difícil situação” em que o senhorio seria largado), quanto para seu precioso conselho à coroa: o de antever a iminente perda de “sustentação política” que o fim da escravatura, em tais termos, acarretaria.<sup>56</sup>

Talvez por isto, para Sérgio Buarque de Holanda, a abolição foi um “golpe fatal” que deixou impotente a plantocracia nortista, tradicional esteio de Pedro II. Ao espelho, os proprietários de terras – agora não mais de seres humanos também – se viram em frangalhos. E, como resultado – isto também era percebido no mesmo espelho onde espiavam as marcas da fineza perdida –, a República “ignorou-os por completo” (de novo segundo S. B. de Holanda).<sup>57</sup> A sua bancarrota era, ainda mais, o fiasco de toda uma província (a Bahia, mas a Bahia, como disse, por eu lecionar História da Bahia, podendo ser, exceto São Paulo, outra província qualquer), uma região (o Norte), quem sabe até mesmo um país inteiro, a lavoura. Os seus farrapos eram a prova de que o país, a região ou a província não conseguiria acompanhar a marcha adiante e veloz da “modernidade”. Coimbra, em Portugal, recebera ao longo do século XIX os filhos da classe dominante para instruí-

---

<sup>55</sup> Martin, “Causes of the”, op. cit..

Comparação entre São Paulo e Pernambuco pode ser encontrada em raro inédito de Peter Eisenberg e Michael Hall. “Labor supply and immigration: a comparison of Pernambuco and São Paulo”. Paper presented to the 4<sup>th</sup> Annual Meetings of the Latin American Studies Association, Madison, 1973.

Sobre a imigração de europeus para a Bahia que nunca aconteceu, ver: Brito, Jailton, *A abolição na Bahia, 1870-1888*. Salvador, CEB, 2003.

<sup>56</sup> Grinberg, Keyla, “José Maurício Wanderley”. In: Vainfas, Ronaldo (org.), *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, p. 442.

<sup>57</sup> Holanda, Sérgio B. de, *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p.175, 176.

los nas artes das leis e do judiciário, com destaque para maranhenses e baianos. Como seria agora possível mandar os moços para Paris?<sup>58</sup>

Em paralelo, “o lado irônico do desaparecimento simultâneo das duas instituições – escravidão e monarquia – foi que antigos escravos se encontraram na posição de homens e mulheres que não tinham o imperador nem o autocrata da casa-grande para protegê-los”, apontou Freyre. Ex-escravas e ex-escravos caíram portanto “vítimas de profundo sentimento de insegurança. Alguns deles ficaram saudosos do imperador ou da casa-grande”. Passaram-se até que “os líderes políticos entendessem a situação psicológica e sociológica real destes antigos escravos, disfarçados em trabalhadores livres e privados de assistência social patriarcal que lhes era dada na velhice ou na doença pela casa-grande ou, quando esta deixava de fazer-lhes justiça, pelo imperador, pela imperatriz ou princesa imperial”.<sup>59</sup>

Perceptível nas letras de uma intelectualidade influente – intérprete do Brasil –, essa hegemonia senhorial foi hábil em traduzir a pior sorte do operário industrial. Na Inglaterra, deixavam “morrer de fome o pobre irmão branco, escravo sem senhor que dele se compadeça”, citou Joaquim Nabuco.<sup>60</sup> Um saudosismo do engenho passou a pintar a usina (dita) “moderna” como um lugar infernal. Para Freyre, persistia o “pior” da ordem patriarcal desfeita em 1888. Até o 13 de Maio, os escravos tinham sido amparados e alimentados “com certa largueza”. Eram socorridos “na velhice e na doença” e à sua prole, inclusive, eram proporcionadas “oportunidades de acesso social”. A partir de 14 de maio, contudo, “o escravo foi substituído pelo pária de usina; a senzala pelo mucambo; o senhor de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente”. “Muitas casas-grandes ficaram vazias” lamentou o autor. Enquanto isto, “capitalistas latifundiários” eram vistos “rodando de automóvel pelas cidades, morando em chalés suíços e palacetes normandos, indo a Paris se divertir com as francesas de aluguel”.<sup>61</sup> O que para Freyre era motivo de censura, em Holanda, ao contrário, era um elogiável “rumo” seguido pela “evolução”.<sup>62</sup> Para este autor, a incompatibilidade entre escravidão e capitalismo moderno era total.

Nesta proeminente narrativa, o – inexistente – subproduto da – inexistente – transição da escravatura à liberdade (negros vitimados pela falta de assistência de seus bons senhores) foi acompanhado de outro – inexistente – efeito colateral (o senhor era um adicto sem uma República para dele tratar), que era conseqüência, por sua vez, de uma segunda – inexistente – transição, do

---

<sup>58</sup> Holanda, Sérgio B. de., *Do Império à República*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, v.5, nº 7. São Paulo, Difel, 1972, p. 271, 273 e 274.

<sup>59</sup> Freyre, Gilberto, “A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno”. In: *Revista brasileira de estudos políticos*, v. 1, nº 1, 1956, p. 45, p. 46.

<sup>60</sup> A passagem citada por Nabuco está em Holanda, em *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 77.

<sup>61</sup> Freyre, Gilberto, *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981, p. LXXVIII-LXXIV.

<sup>62</sup> Holanda, *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 176.

colapso do Norte agrário à supremacia do café com leite de paulistas e mineiros.<sup>63</sup> Dito de outro modo, o engenho foi engolido pela usina, o rural soçobrou ante as cidades, os negros, pobres coitados, não tinham para onde ir, e o escravo foi substituído pelo proletário fabril. Melhor que fosse italiano, pois daí “nasceu” o movimento operário. Enfim poderíamos ter alguma cidadania entre os de baixo. Soara a hora da República.<sup>64</sup>

Um fato, entretanto, é líquido e certo. A liberdade dos trabalhadores, isto é, a possibilidade, ou sua capacidade, em fazer, ou enxergar, escolhas era um agulhão nos nervos doídos dos senhores. A abstinência de seus serviços antes obrigados ao cativo da escravidão ocasionou a prostração, receios e o ressentimento. Defronte a essas complicações, os recém-nascidos ex-proprietários de escravos se apegaram ao famigerado bordão segundo o qual mudanças drásticas exigem disposições transitórias, encarregadas de prover condições materiais aos implicados (os senhores de escravos eram os implicados, não os trabalhadores libertos), a fim de poderem encarar os desafios postos por elas. Sem sua indenização, a lavoura foi varrida por uma catástrofe: foi desertada por aqueles negros que, em debandada, abandonaram-na. Recolhidos nas casas-grandes, sem criadagem para cuidar de seus aposentos e sua intimidade, os senhores, em acréscimo, se viram sem a mão-de-obra que, com muito custo, haviam mantido em suas mãos como escravos, no eito. Com profundo pavor ao que lhes podia suceder, seus receios manifestaram-se também na insegurança de seu despreparo para sobreviver, competitivamente, no mundo da livre concorrência da produção e comércio da agroindústria, cujos valores eram volúveis, ao sabor do sobe-e-desce dos preços internacionais. Seu azedume com a não-indenização fermentou e evoluiu em mais de uma substância. Passaram a se declarar (a) atrasados diante de São Paulo, (b) ofendidos pela História (o par abolição e República deixou-os impotentes ou esquecidos nas margens) e (c) arrodados de perigosíssimos e bárbaros negros. Quando o sol raiou em 14 de maio de 1888, tinha lugar, junto com o apagamento da escravidão, o declínio do poder monárquico no Brasil.

E quando o sol raiou um ano antes de uma República ser proclamada no Rio de Janeiro, *The Rio news* saiu das gráficas para nativos em inglês lerem. Quase um oráculo, estava impresso: “a escravidão não mais existe, mas o senhor de escravos existe sim”. Sem pelourinho, tronco ou ferros para ver castigos em alguém que dizia ser seu, o senhor estava de pé, em carne e osso. E tinha representação, quer no parlamento, quer nas cultivadas letras das leis e do judiciário, na imprensa e na cultura, e na ciência – afora em efemérides cívicas e religiosas, o ensino escolar e a cultura

---

<sup>63</sup> Negro, Antonio; Brito, Jonas, “Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na I República para além do café-com-leite”. In: *Varia Historia*, v. 29, nº 51, 2013.

Ver também: Viscardi, Cláudia. *O teatro das oligarquias. Uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2011.

<sup>64</sup> Para uma crítica, ver: Gomes, Flávio; Negro, Antonio, “As greves antes da ‘grève’: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX”. In: *Ciência e Cultura*, vol. 65 nº 2, 2013.

material (monumentos, selos, moedas, etc.). Sua presença animava uma classe “impaciente ante a independência do trabalhador livre” e, ao mesmo tempo, “sedenta de um novo regime de servidão forçada”. Nesta folha de seu jornal, A. J. Lamoureux, ao discorrer sobre o Brasil, fazendo também previsões sobre seu futuro, nos faz perceber elementos reais da experiência de ser *coolies*. Eu aqui imagino que seu conhecimento do tema não se originava de sua permanência no Brasil, mas sim do que lia, conversava ou tinha visto em outras partes do mundo onde as elites senhoriais, como ele, tinham no inglês o seu idioma nativo.<sup>65</sup>

Sem mais tratar seres humanos como coisa semovente, a lei reconhecera a propriedade do serviço contratado. Também autorizaria a transferência entre contratantes. Somando-se as duas coisas, o resultado fazia do *coolie* um “servo semovente”. No decorrer do contrato, não só empregador era dono do direito de usufruir de sua força de trabalho, como também podia vender esse direito a outro patrão. Restabelecida legalmente a inviolabilidade da voz senhorial, como se fazia ao escravizado, ele – e o *coolie* bem podia ser um homem adulto sem família – seria comandado por um feitor, seria relativamente alimentado e abrigado da mesma maneira, sofreria punições similares (chicotadas e ferros). Privado de sua liberdade, direitos civis e sem a faculdade de vender a sua força de trabalho a quem por tal lhe pagasse mais (durante o contrato estava preso – *bonded* – ao contratante), o *coolie* também não teria como buscar justiça nas leis do país, sendo assim, talvez, um apátrida. Aqueles que simplesmente não sabiam tolerar ou lidar com a liberdade dos outros – dos negros, por exemplo – não teriam razão para mudar sua mentalidade ou atitudes, uma vez que o *coolie* era submetido a uma posição de profunda desvantagem. Desse modo, autorizado pelo senhor, o feitor estaria encarregado de arrancar toda vantagem possível durante o tempo de vigor do contrato. Burlas, abusos, multas, castigos, humilhações, desrespeito a dispositivos contratuais, etc... eram parte desse alvará senhorial.

Evidentemente, ao mesmo tempo em que tais previsões sobre uma provável nova escravidão, no Brasil, remetem às experiências reais dos *coolies* fora do Brasil (talvez se refiram à sua experiência no império britânico), presumo que a fonte falava também da experiência escrava no Brasil (não obstante o fato de, em certas situações, os escravos conseguirem (a) vender sua força de trabalho a quem por ela pagasse melhor e (b) terem, em alguma medida, acesso às leis do país).<sup>66</sup> Olhando do ponto da História global do trabalho, tais observações nos fazem compreender parte dos motivos de o planeta ser território – quase que livre – para exploração, maus tratos, tortura, assassinato e descarte dos trabalhadores.

---

<sup>65</sup> *The Rio news*, v. 15, nº 32, 15/11/1888. Fonte usada no próximo parágrafo.

<sup>66</sup> Chalhoub, *Visões da liberdade*, op. cit. Silva, Ricardo T. C., *Os escravos vão à justiça. A resistência escrava através das ações de liberdade: Bahia, Século XIX*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2000.

Ao pesquisar os papéis de Miguel Calmon na seção de arquivo do Museu Histórico Nacional, encontrei, em acréscimo, a coleção doada pelo historiador baiano Wanderley de Araújo Pinho. Nesta estão fartamente documentadas a queixa e a mágoa da falta de aviso e de indenização, ou socorro e auxílio – aos senhores (cumpre lembrar). Não foi só o fato de que sentiram-se perdidos da monarquia. Em acréscimo, revelou-se rarefeito, não apenas na classe senhorial, o civismo contagiante que devia ter arrebatado a nação no instante emancipador de toda a pátria, no ato da assinatura da reforma humanitária e civilizatória da princesa Isabel. Ninguém falaria em acerto de contas; todos só respirariam os ares da modernidade. Na verdade, as fontes dão conta de que não havia quem conseguisse “obrigar os libertos a trabalharem”. Seu comportamento insubmisso, visto como insolência ou desobediência, isto é, seu livre arbítrio, evidenciou a licenciosidade de uma multidão que finalmente tivera a sua liberdade oficialmente reconhecida, mesmo sem indenização alguma, o que foi traduzido, pelos senhores, na sua complicação com a falta de deferência às obrigações cotidianas que, lógico, os senhores tanto queriam ver conservadas.<sup>67</sup> Afloram aí fontes que caracterizam o 14 de maio de 1888 como uma jornada terrível, seguinte a surpreendente terremoto, o 13 de maio, sendo a abolição caracterizada como uma revolução. Sem verem saída para suas queixas e complicações, os senhores protestam em todo o país e reclamam socorro e auxílio. Querem repor sua autoridade, querem restabelecer a hierarquia; necessitam imobilizar a mão-de-obra, de uma forma ou de outra. Houve choques e confrontações.

Suas subseqüentes complicações quanto ao seu domínio de classe frente aos subalternos não eram uma inquietude nova, surgida com a falta de civilidade – a licenciosidade – dos de baixo. Até mesmo J. M. de Carvalho já escreveu ser sabido por todos a aproximação de um “prazo fatal” para, em dia distante, ser concluído o cativo dos negros; tal como era conhecido (com escravização e reescravização ilegal). Em 1878, um proprietário em Valença, no vale do Paraíba, perguntado sobre como suprir a lavoura em sua falta de trabalhadores, na quantidade reclamada, respondeu: “só pela transformação do trabalho escravo pelo trabalho livre”. Ressalvou que esta permuta seria resultante do empenho particular “dos próprios fazendeiros”, de suas custas, para o que tinham de dispor dos “meios necessários”, isto é, “dinheiro barato” e “longos prazos” (isto foi logo estabelecido como um pré-requisito). O lavrador que arregimentasse, então, o que bem lhe aprouvesse, podendo se aproveitar “do nacional, do europeu, do *chim*, do *coolie*”. E “o governo imperial que lhe garanta os seus contratos”. Havendo dúvida sobre quem deveria ser garantido, pela monarquia, nos contratos, o comendador em seguida foi certo: “que o trabalhador contratado pelo lavrador ou proprietário seja obrigado a cumprir seus contratos”. Para isso, o empregado não podia “encontrar padrinho em

---

<sup>67</sup> MHN, WPbcs, fls. 107, 131.

leis com duas interpretações”. Nos mínimos detalhes, tudo tinha de ser claro e unívoco. “Que sejam severamente punidos os seduzidos os sedutores”, defendeu também.<sup>68</sup>

Em outras palavras, a concertação particular entre iniciativa privada e força de trabalho devia sofrer direta intervenção estatal, desde que dirigida ao reforço exclusivo do poder patronal, estando desde logo do seu lado crédito e prazos generosos. O trabalhador afrodescendente ou indígena, imigrante europeu, *chim* ou *coolie*, teria a obrigação de cumprir os contratos aos quais concorreria com sua livre aceitação. Não disporia de padrinhos para ajudá-lo a explorar brechas nas leis; sedutores e seduzidos tinham de ser penalizados. Nada é dito sobre os deveres patronais de reciprocidade quanto à locação dos serviços, quais expectativas deveria preencher, que sanções existiriam se regras fossem quebradas. O silêncio talvez signifique nenhuma, em ambas as circunstâncias. O principal alvo era sujeitar o livre ou liberto ao trabalho.

Quanto ao exame dessa questão do pós-abolição das elites não reivindico pioneirismo nem 100% de originalidade. Antes de mais nada elas, se fizeram ouvir alto e claro. Não sou portanto o primeiro, não sou o único, e não penso ser o último. Na pesquisa para sua dissertação de mestrado, Iacy Maia localizou fonte em que

“um ex-proprietário, defendendo-se da acusação de estar impondo castigos físicos a um liberto que trabalhava em suas plantações, respondeu em interrogatório policial que ‘melhor serviço’ seria prestado se fosse dada queixa ‘dos roubos e incêndios praticados pelos libertos vagabundos, de que estão sendo vítimas os agricultores, os quais nem garantia para si e suas famílias encontram’”.

Em socorro à situação “‘entristecedora’” por que passava a cidade de Lençóis, também segundo sua pesquisa, o *Diário da Bahia* noticiou, em 8 de maio de 1889 (cerca de um ano após a abolição), que “muitas fábricas deixaram de trabalhar”. Entre os ex-escravos, eram poucos “são os que se sujeitam ao trabalho”. Como soava de acontecer, a insubordinação dos libertos era taxada de “‘vagabundagem’”.<sup>69</sup>

Assim, em nada deveria surpreender registro da fala do deputado baiano José Marcelino de Sousa, cerca de quatro meses depois do 13 de Maio. Detectado por Sílvia N. Sarmiento, ele recriminava os meios de encerramento da escravatura no Brasil, alegando serem “bruscos, rápidos e instantâneos”. “Dantes, tínhamos a autoridade do senhor sobre o escravo”, situou. Era a “sujeição”, isto é, era o cativo do negro pelo branco, que “determinava o trabalho”. Contudo, “hoje” (setembro de 1888), ele indagou, “qual a lei que obriga os libertos e proletários ao trabalho?” Sem o direito gravado no ordenamento jurídico da sociedade, como assegurar a obrigação ao trabalho de

---

<sup>68</sup> Tanto a introdução quanto o discurso de Luiz Ribeiro de Souza Resende estão em: *Congresso Agrícola. Coleção de documentos, 1878*. Rio de Janeiro, FCRB (edição fac-similar), 1988, p. V, 200.

<sup>69</sup> Mata, Iacy, *Os Treze de Maio: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)*. Salvador, mestrado em História (UFBA), 2002, p. 31, 72. Ver também: Fraga F<sup>o</sup>, Walter, *Encruzilhadas da Liberdade. Histórias de Escravos e Libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2006.

libertos e de proletários? Claro, ele esclareceu, “eu não quero, e seria uma loucura pretender meios diretos, meios iguais aos da escravidão” (ele era um sábio homem branco, civilizado e altruísta, de boa consciência, de bom coração). “Mas quero”, isto ele pensava e externava, “que se regularize o trabalho”.<sup>70</sup>

Se o pós-abolição das elites senhoriais é facilmente verificável por quem estude o fim da escravatura, algumas conexões, no meu modo de ver, não foram devidamente estabelecidas. Em primeiro lugar, estende-se um manto sobre a História da Bahia, seu aprendizado e ensino, sua pesquisa e publicação, que, até hoje, não revela ter esta queixa instruído o modo como se concebe, se escreve e se lê essa mesma História da Bahia, sobretudo na sala de aula, que é, como já foi dito, o lugar de onde provém esta tese. O abatimento e a impotência de patrões sobre perante subalternos é generalizado para a economia e a sociedade. A partitura onde estão inscritas as cifras do (a) atraso e desaviso, (b) marginalidade e ofensas, (c) decadência e fiasco, foi composta por esses sábios homens brancos e sua prole intelectualizada, com forte presença na biomedicina, no aparato jurídico, na profissão da engenharia, nas letras, política, na imprensa, e – por que não dizê-lo? – na economia também. Sua insistente capacidade para o melodrama trágico no qual é vítima e personagem centrais foi convertida em recurso de poder em permanente comparação com São Paulo, que avançou, que está no centro, que manda, que progride. O abolicionismo dos de cima, sua visão sobre os de baixo, sua propaganda ideológica a respeito da modernidade, sua autocomiseração pós-abolicionista marcam profundamente a macronarrativa da dita transição da escravidão à liberdade, da monarquia à República, rumo à ordem do progresso. Em primeiro lugar, já que a escravidão ficara para trás, eles precisavam ir para a frente. Em segundo lugar, à Bahia coube ficar com os negros; São Paulo mandou faturar os italianos. Na sua mentalidade hegemônica, assim como em outras cabeças, os negros não prestavam para trabalhar, os italianos, sim. Em acréscimo, sem indenização, sem socorro, sem auxílio, não havia como ir adiante. E, deste modo, os recém-nascidos ex-senhores de escravos, explicando sua prostração ou fracassos, influenciam a História da Bahia.

De qualquer modo, havia um problema em suas mãos: o sumiço do chicote para espezivar os brios do trabalhador nacional.<sup>71</sup> Os fazendeiros de café do Oeste Paulista, ao contrário, recorriam à mão invisível do mercado livre. Com a imigração européia subsidiada, um número muito maior do que precisavam de trabalhadores foi trazido para o Brasil e levado até as plantações. Os que não

---

<sup>70</sup> Sarmiento, Sílvia, *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador, mestrado em História (UFBA), 2009, p. 27.

Quando a dissertação saiu em livro, publiquei resenha. Ver: Negro, Antonio L., “Rui Barbosa e J. J. Seabra: a Bahia na I República”. In: *Locus*, v. 36, nº 1, 2013.

quisessem ficar, os que protestassem, os que não agüentassem, os que pedissem para sair, os que enlouquecessem, os que, quando pudessem, iriam para a Argentina – e tudo isto houve –, podiam ser substituídos, porque havia mais miseráveis no desembarque em Santos. Já a açucarocracia, a baiana em particular, embora não tenha sido de todo abandonada pelos negros – mas esta debandada houve –, não dispunha mais dos mesmos meios para lidar com os libertos e os proletários do pós-abolição. Para quem tinha vivido (a) da escravização, (b) da escravização ilegal, (c) e da reescravização, para quem (d) não tinha vendido para o café o seu plantel de cativos, era necessário um suplementar abastecimento de mão-de-obra a fim de reconstituir a posição de mando almejada, nas relações entre capital e trabalho.

Meu raciocínio na seqüência me leva a colocar duas questões. Apesar da pobreza dos trabalhadores e da avareza de seus patrões, o processo de formação da classe operária em nada ficou a dever a Rio ou São Paulo. Apesar de suas lamúrias, a açucarocracia baiana (e também outras, diria) conseguiram preservar sua presença nas elites políticas republicanas residentes e atuantes no Rio de Janeiro. Não foram liquidadas. Pelo fato de raça e classe serem uma combinação fundamental para o funcionamento da sociedade, a classe dominante tinha, pois sempre tivera, lugar para o Norte. Pelo fato de raça e classe serem uma combinação com peso estrutural para a constituição da classe dominante, desejo trabalhar com a hipótese de que não foi o seu empedernido racismo que impediu a importação de proletários asiáticos para a lavoura que não possuía italianos para chamar de seus. Tampouco sem motivos humanitários, no desvão do seu subconsciente, que aliás conseguiam racionalizar, sábios homens brancos elaboraram o problema por escrito em diversas circunstâncias e, em boa medida, denotaram a receosa prudência de não se sentir em condições de fazer frente, em termos reprodutivos, a uma nova onda imigratória. A estimativa do declínio demográfico, talvez até de sua própria fertilidade (em caso de mais uma – improvável – mestiçagem), anularia geneticamente a sua força racial, e isto, como classe, não era adequado. Nem meramente como uma “transição” seria aceitável a colonização de chineses ou *coolies*, recusou taxativamente, perante seus pares, o paulista de Silveiras, Eduardo A. Pereira de Abreu.<sup>72</sup>

#### TRABALHO DESORGANIZADO

Para bem entendermos o que o suprarreferido deputado José Marcelino pleiteava no parlamento, é preciso tomar impassível distância, de uma vez por todas, da hegemonia cultural que

---

<sup>71</sup> Negro, Antonio Luigi, “Chicote para Espevitando os Brios do Trabalhador Nacional? Racismo e Comunismo em Monteiro Lobato; Trabalhismo e Comunismo entre os Trabalhadores”. In: Bellini, Lígia; Negro, Antonio; Sales Souza, Evergton (org.); *Tecendo Histórias. Espaço, Política e Identidade*. Salvador, Edufba, 2009.

<sup>72</sup> *Congresso Agrícola. Coleção de documentos, 1878*. Rio de Janeiro, FCRB (edição fac-similar), 1988, p 38.

esses senhores produziram e nos legaram.<sup>73</sup> Para eles, o trabalho estava “desorganizado” (expressão de uso corrente em suas mãos). Com isso não queriam dizer apenas que grassava, ao seu redor, a mais lasciva classe viciosa, entregue à bandidagem, à malandragem e promotora da mazorca; pois, na verdade, sentiam essencialmente abalada a sociedade que antes lhes legitimava o domínio, na vida e na morte (seus testamentos eram amiúde respeitados). Sem o seu poder de classe, a economia – o trabalho, a produção, a lavoura, a indústria, o comércio (tudo isto em sinonímia) – estava desorganizada. Sem o direito à inviolabilidade de sua voz que a escravidão, na forma da lei e da prática, lhes garantiu, descarregavam sobre toda a Bahia o fiasco que sentiam consigo mesmos e atribuíam a culpa aos trabalhadores, denominados vagabundos indisciplinados. Para regularizar esse estado de coisas, ou, dito de outro modo, a fim de obrigar os proletários ao trabalho, formas de sujeição ideológica e formas de coerção política foram postas em uso.

Em Cuba – isso era reparado com admiração –, um processo emancipacionista gradual não teria “perturbado o trabalho tanto assim”. As razões para os lucros ininterruptos da *plantation* cubana estavam no ritmo adequado das importações de *chins*, o que conservou a produção de açúcar e viabilizou as importações de maquinário agrícola, dando às usinas da ilha a bela aparência de uma fábrica grande e moderna, imagem que os cartões postais registram. Seu paralelo vínculo – vamos dizer – cativo com o mercado consumidor dos EEUU garantia as exportações. Invejável mesmo parecia ser o sucesso da abolição em Porto Rico, onde “o trabalho” – um recorde pan-americano – “não foi desorganizado nem por um dia apenas”, sendo a lavoura abastecida de uma população nativa branca e camponesa, descendente de galés trazidos em séculos anteriores, o que, segundo consta, teria sido suficiente para a *plantation* de açúcar porto-riquenha abrir mão da escravatura dos negros afrodescendentes.<sup>74</sup>

Já na perspectiva da classe dominante brasileira, uma lavoura sem *coolies* ou italianos dependia visceralmente do caráter lento, gradual e seguro da – vamos dizer – “transição” do cativo à liberdade. Desde pelo menos 1871, a “questão do trabalho” absorvia os olhos da nação e dos fazendeiros, em particular. Muito mais do que uma matemática acurada, esperava-se que, depois da lei Saraiva-Cotegipe, a escravidão se encerrasse pacificamente entre, mais ou menos, 1891 ou 1896, 20 ou 25 anos depois de ser declarado livre o ventre das mulheres escravizadas.

---

<sup>73</sup> Hegemonia cultural é conjunto complexo que expressa uma visão de mundo, nos mais variados termos (civis, militares, religiosos). Enquanto busca coesionar um certo grupo, a produção da hegemonia também almeja influir noutro grupo, por estarem ambos *em relação*. Forçados ao convívio por causa da relação que os vincula um ao outro, os grupos, mesmo quando há um lado dominante, se amoldam mutuamente (com tensão e diferenças, conflitos e trocas), em regime de interdependência, definindo necessidades, valores, representações, idiomas, expectativas, normas, códigos.

Lears fala de uma “linha entre a cultura subalterna e dominante”, uma “uma membrana permeável, não uma impenetrável barreira”. Lears, Jackson, “The concept of cultural hegemony: problems and possibilities”. In: *American historical review*, nº 3, 1985, p. 574.

Cinco para lá, cinco para cá, era o tempo que os “ingênuos”, que eram a prole livre desse ventre forro, haveriam de consumir para poderem ser libertos, finalmente. Expirado o prazo de 21 anos durante o qual senhores de escravos, como patrões, tutelariam, legalmente, a “ingenuidade” de seus aprendizes (a prole do ventre livre), um setor operário no melhor de seu vigor, devidamente socializado no regime do labor, da honra ao mérito, estaria apto enfim para se sustentar da oferta de sua força de trabalho no mercado livre. Obviamente, a tutela senhorial exercida sobre os aprendizes da liberdade não era nada ingênua e, sim, egoística, já que, na prática, seu objetivo era produzir o trabalho dependente. Também os assim chamados ingênuos não eram criaturas simplórias ou tolas. Todo ser – ator, ou atriz – pode ter agência, e assim ser deste modo capaz de cultivar a diferença enquanto atura a vigência de uma relação de desigualdade, pensada e praticada hierarquicamente para impor, aos de baixo, subordinação e dependência. Em paralelo, mais sondagens se fizeram acerca do maciço desembarque de *chins* para ladear os negros, os quais, por sua vez, quando podiam, eram vistos em debandada do eito, por vezes em direção à “cidade negra”, onde, por ser a escravidão urbana menos inflexível, era possível reforçar preciosos espaços de liberdade.<sup>75</sup>

Em 1888, livro publicado nos Estados Unidos para a leitura e informação de viajantes avaliava estar o Brasil aberto à imigração e ao desenvolvimento. Apesar disso, eram “desastrosos” os resultados dos esquemas de colonato montados para o desembarque de proletários europeus, em particular quando as passagens desses imigrantes eram pagas pelos fazendeiros. Aparentava ser mais bem-sucedida a “sabedoria política” da lei Saraiva-Cotegipe de 1871, a qual conseguia levar o país ao encontro de sua “auto-estima”, aplicando um plano abolicionista gradual e pacífico. Ao mesmo tempo, de acordo com a fonte, a lei imediatamente dispensou grande número de escravizados – talvez fossem africanos livres, ou reescravizados – do serviço nas obras públicas (estradas, açudes). Na sua sagacidade, ela previa que, durante cinco anos em regime de tutela do governo, os forros deviam engenhosamente viver de si mesmos. Se fossem pegos no flagrante do desânimo, da desocupação ou da vagabundagem, seriam conduzidos de volta às obras do governo. Exultante com esse país do futuro chamado Brasil, o livro – repito, publicado em 1888 – afirma que parecia certo esperar o fim da escravatura para o fim do século XIX. O que também era certeza era a existência, em florestas, de “industriosos – mas não-tutelados – selvagens”.<sup>76</sup> Exatamente por

---

<sup>74</sup> *The Rio news*, v. 8, nº 16, 5/6/1881. Sobre o vínculo entre Cuba e os EEUU, ver: Eisenberg, Peter, “As conseqüências da modernização para os engenhos de açúcar do Brasil no século XIX” In: *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989, p. 88.

<sup>75</sup> Em artigo, Sílvio Humberto Cunha sugere que os libertos, além da “cidade negra”, tenham se dirigido ao sul do Recôncavo “(Valença, Nilo Peçanha, Maraú, Cairu e outras localidades), aí plantando para a subsistência e vivendo da pesca”. E o teriam feito “não somente como jornalheiros, mas como proprietários de terras”. Cunha, Sílvio H. P., “Resolve-me ou te devoro! Uma discussão sobre a falta de braços do Recôncavo baiano”. In: *Bahia Análise & Dados*, v. 10, 2000, p. 25.

<sup>76</sup> Simonds, John C; McEnnis, John, *A panorama of the world; an historical review of the social, political and industrial condition of the people of all nations. The steps that have marked the progressive march of the human race*

Não por acaso, Wlamyra Albuquerque detectou um alarido em meio ao alvoroço do pós-abolição senhorial: “conserva-se a palavra senhor”. Contudo, o desagravo da não-indenização não podia ser apenas uma compensação moral. Ideologicamente, a palavra senhor tinha de ser mantida para ser a única fala a ser expressa, ouvida e contemplada. Sua sensação de atraso, indício de seus tropeços no livre mercado da iniciativa privada, foi de forma contumaz descarregada sobre os ombros da população operária, afro-descendente em sua maioria. A causa dos problemas da Bahia não devia ser, portanto, encontrada entre os senhores, mas nos de baixo. Na sua natureza. Já os louros dos triunfos sobre os “graves dissídios” verificados no século XIX – “revolta dos Malés”, “reações contra os portugueses”, “movimento pela Federação”, Sabinada, “renascimento financeiro de 1840”, “crise de 1846 por diante”, cólera em 1855, seca de 1859, guerra do Paraguai, “crise agrícola, algodão, moléstia da cana (1873)”, “abolição dos escravo” (sic), seca de 1889, “febre das empresas e o encilhamento”, guerra de Canudos”, e seca de 1898-1899 – caberiam aos descendentes cuja seiva varonil se revigorou a cada infortúnio que a Bahia, sem pensar em si, pagou pelo país, desde pelo menos 1823, quando (já) exauriu-se na guerra da Independência. Não por acaso, Miguel Calmon, que era irmão do autor dessas palavras (Francisco Marques de Góis Calmon), sentenciou ser inadequado trazer *coolies* para o Brasil, haja vista sentir medo da perda de suas qualidades viris.<sup>77</sup> (Foi aliás um homem que não deixou prole reconhecida).

De tão apelada em socorro e glória do país, essa elite fez também da História um agudo recurso de poder. Assim que pôde – “a lavoura não resistiu e preferiu queixar-se depois de 13 de maio” –, ou quando recuperou a voz, a História se tornou um divã para elaborar os “sofrimentos inegáveis da lavoura e [a] anarquia geral dos espíritos”. Astuciosamente, cuidadosamente, mas também pela força da encenação insistente e enfática, as elites letradas e políticas da Bahia aplicaram suas letras nos dividendos gerados pela “supervalorização de origem ou situação urbana ou metropolitana”. Segundo Freyre, a julgar pelo que os baianos diziam de si, “era como se fosse Salvador a única região civilizada, urbana, polida, do Brasil; e o mais, mato rústico”. “Ser baiano era ignorar a arte máscula da cavalaria. Era ser excessivamente civilizado: quase efeminado”. Sem montaria, um baiano assim não podia andar a pé: se locomovia “de palanquim, de rede, de cadeira,

---

*from the earliest period to the present time. A study in political economy and a comparison of the civilizations of the old world and the new.* Chicago and New York, The Home Library Association, 1888, p. 592, 595, 597.

aos ombros dos escravos”.<sup>78</sup> Herdeiros de uma opulência pretérita, os baianos, se não se sentiam capazes para ser industriais burgueses como os paulistas, queriam ser notórios pelo cultivo de sua fineza e letramento; do judiciário à academia (por assim dizer). Nada comparável às tropas em marcha dos gaúchos – de gado e de entrevero –, a cargo de aguerridos e másculos cavaleiros. Os sábios homens brancos da Bahia eram “homem de sciencia” e, portanto, tinham no racismo científico um palco para extravasar suas complicações íntimas, mas na forma superior do saber acadêmico. Rinaldo Leite dissecou essa estratégia. Afora o relevo desse ou daquele episódio de esplendor ou heroísmo, a Bahia contava decisivamente na formação nacional por causa de “três dimensões”: (a) impregnava as “raízes e tradições históricas”, (b) dispunha de riquezas naturais inesgotáveis e (c) sua escol se distinguia por “certos dons e talentos peculiares”. Seus autopromovidos traços de inteligência, fidalguia, perspicácia e astúcia foram tão ressaltados que seus homens pareciam ser (ao menos diante do espelho) “indispensáveis”. E com base nisto, “insinuava-se que os baianos costumavam aparecer providencialmente nas mais diversas ocasiões”. Indispensáveis e providenciais, em qualquer lugar ou ocasião, baixavam para despachar. Era o *élan* da “onipresença baiana”.<sup>79</sup>

Uma tal abrangência não era algo fácil e exigia empenho, pois não era, por mais impressionante que fosse, uma atuação em cenário vazio de sujeitos diversos ou concorrentes. Trecho da dissertação de mestrado de Lucas Oliveira, sobre a questão social, o federalismo e a legislação, demonstra isso expressivamente. Coube ao baiano e vice-presidente da República Vitorino vetar lei cujo suporte era total na bancada paulista, a maior do congresso. Ela fixava o colono à fazenda, tornando inviável sua saída (e protegendo o contratante de seus competidores desejosos dessa cobiçada mão-de-obra). Com ela, finalmente, o imigrante deixaria de ser um *coolie* virtual para ser, na prática, um *coolie*. Se aprovada, partir de uma fazenda só seria permitido após uma demissão. Não seria, em outras palavras, uma possibilidade nas mãos do trabalhador, que assim teria, mais outra vez, sua liberdade golpeada. Dar à bancada paulista um projeto de lei que, na prática, aumentava a superexploração dos colonos (fixando-os à fazenda), representava – também – aumentar o fosso que dividia o Oeste paulista cafeicultor do restante da lavoura do país.<sup>80</sup> Ao defender o projeto, Moraes Barros fez um histórico da legislação do império sobre a locação de

---

<sup>77</sup> Albuquerque, *O jogo da*, op. cit., p. 113. e ss. Prefácio de Francisco M. de G. Calmon a *A economia brasileira no alvorecer do século XIX*, de Rodrigues de Brito. Salvador, Livraria Progresso, 1923.

<sup>78</sup> Freyre, Gilberto, *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1936, p. 369.

<sup>79</sup> MHN. WPbca53, WPbca76. Schwarcz, Lilia, *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 23 e ss. Leite, Rinaldo, “A ‘baianidade’ das elites nas primeiras décadas republicanas”. In: Bellini, Lígia; Negro, Antonio; Souza, George (org.), *Tecendo Histórias*. Salvador, Edufba, 2009, p. 190, 195, 196.

<sup>80</sup> Oliveira, Lucas, *Coerção e consenso. A questão social, o federalismo e o legislar sobre o trabalho na Primeira República (1891-1926)*. São Paulo, dissertação de mestrado (Ciência Política, USP), 2015, p. 30, 31, 64.

serviços agrícolas que apelavam para a retenção e obrigação quase servil do trabalhador ao local de onde, por meio da livre contratação, se “obrigava a trabalhar para o locatário” de sua mão-de-obra. Ao recuperar a História desse aluguel do proletário por um proprietário, a lei em tela almejava salvaguardar a livre contratação da livre concorrência. Apenas o empregador poderia quebrar o acordo firmado, mandando embora o empregado. Este, se tivesse alguém que lhe oferecesse mais como pagamento, tinha de esperar o fim do contrato. Aprovado pelo senado em terceira discussão, a iniciativa foi embargada, em 1896, pelo veto do vice-presidente Manoel Vitorino, que apelou à doutrina da liberdade de contrato.

Essa é uma das questões centrais dessa tese, aqui expressa em perguntas: (a) quais alternativas de contratação do trabalho foram debatidas, em especial quando cogitaram-se novas formas de recrutamento de força de trabalho, dentre esta trabalhadores asiáticos imigrantes (e que implicações prognosticaram)? (b) Uma vez que os *coolies* não foram solução para o problema de como o patronato agrícola brasileiro iria enfim se livrar da carestia ou insubordinação da mão-de-obra negra escravizada ou liberta, como é possível, analiticamente, especular sobre a experiência de incorporação da mão-de-obra indígena ao mercado de trabalho livre? Quanto de silêncio não haverá sido produzido ante a percepção, da parte dos fazendeiros, de existirem por aqui os nossos próprios *coolies* (gente de pele escura, cabelo preto liso, desterritorializados, falante de idiomas e crente em cosmologias diferentes, alvo de confinamento em territórios e cercados, sem domínio das letras e artimanhas dos brancos, submetida a pregações científicas e religiosas preconceituosas, descaso e exploração, com privação de direitos básicos)? De modo indiciário, é possível penar nisso quando se lê que a força de trabalho, na América Central, “é abundante e barata; não há necessidade de buscarem ou negros ou *coolies*”.<sup>81</sup>

Gostaria de sugerir como parte da resposta a essa pergunta o valor dado, pelos trabalhadores, à moradia, por um lado, e à sua mobilidade, por outro lado. Parecem também conjugar a insurgência e a ressurgência. Me parece possível que os ameríndios nativos do Brasil reproduzissem, noutros lugares e cronologias, estratégias semelhantes às que os Xucuru-Kariri demonstraram possuir, conforme pesquisa de Aldemir Barros da Silva Jr. Ao investigar a ação indigenista do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em Palmeira dos Índios, no Posto Indígena da fazenda Canto, o autor teve de lidar com a invisibilidade étnica que os próprios Xucuru-Kariri nem sempre rejeitaram. Parecendo “pedra em enxurrada” ou “boiada solta”, lidavam com a fragmentação das terras perdidas e o declínio numérico, batalhando o amanhã. Nesta luta, a invisibilidade servia para evitarem sua redução à política indigenista. No entanto, quando sentiram

---

<sup>81</sup> *The Rio news*, v. 8, nº 26, 15/9/1881.

ser a hora, também explicitaram sua etnicidade a fim de adquirir o direito ao direito de acesso à terra perante o SPI.<sup>82</sup>

Creio que em termos cronológicos uma parte das respostas pode ser achada entre as décadas de 1880 e 1890 até meados da década de 1920, quando, pela segunda vez, Miguel Calmon foi ministro da República, desta feita à frente da pasta da Agricultura. Meu interesse com isso não é protagonizar uma já dinâmica e excelente área dos estudos históricos a partir de uma sistemática pesquisa de ponta, mas é sim o de buscar proximidade com os debates da História social sobre mundos do trabalho entre o fim do século XIX e o início do XX, tendo em vista o argumento de que a açucarocracia – ou a plantocracia – era, no lugar de um resíduo, um ator vivo, astuciosos e determinado. Com essa tese, a propósito, não só permaneço no debate sobre as divisórias da História dos trabalhadores no Brasil, apartando o século XIX do XX, como também me infiltro em território progressivamente menos urbano ou industrial, avistando o eito e, ainda mais além, o Brasil Central (ao vislumbrar a abertura de linhas de telégrafo e uma fronteira agrícola; no caso, o mate). Em grande medida, parte expressiva da experiência operária está, não nas cidades, mas longe delas.

Uma vez constatada a sobrevivência da mentalidade senhorial (e da própria classe que a elaborava), a pista que a fonte supracitada nos oferece – sua inquietude defronte à independência das classes subalternas (dito de outro modo, sua inquietude com seus embaraços em submeter os trabalhadores à exploração) – dá idéia de sua sede por um novo regime de “servidão forçada”. Esta fadiga decorrente de suas complicações e este afã de ter restaurada a inviolabilidade de seu comando sobre os de baixo são os ingredientes de uma influente visão de mundo: seu “poder de dramatização das próprias perdas roubava a cena”.<sup>83</sup> Após dormirem felizes com sua respectiva humanidade, sinhôs e sinhás, quando despertaram e olharam ao redor, entenderam toda aquela sucessão de estranhos e contraditórios humores que seu inconsciente lhes ditava durante seus sonhos noturnos. Perceberam então sua insegurança, seus receios, suas raivas, sua solidão e, numa só palavra, sua carência. Defendendo a lavoura até a náusea, o par neurastenia e desmoralização, que marca a visão existente sobre o pós-abolição das elites senhoriais, não deve jamais pôr de lado seu ladino tirocínio em se apresentar como a grande vítima de situação calamitosa, sempre – sempre – desprezando a necessidade da indenização às escravizadas e aos escravizados. Se o abolicionismo pregava que, após a noite do 13 de maio de 1888, o sol nasceu iluminando um Brasil livre da aberração chamada trabalho compulsório, ressecando e esfarelado a memória e os registros

---

<sup>82</sup> Barros, Aldemir, *Aldeando Sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no agreste alagoano*. Maceió, Edufal, 2013.

<sup>83</sup> Chalhoub, Sidney, “População e sociedade”. In: Carvalho, José M. (coord.), *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012, p. 77-78.

documentais das atrocidades e injustiças cometidas, fazendo a nação evoluir sem lembranças de sua História, não foram, porém, interrompidos o seu preconceito e as suas ações de exclusão dos negros como prósperos ou inexcedíveis sujeitos, tanto no mercado de trabalho quanto, por exemplo, nas letras.

Em contraste, ao longo de anos de sala de aula e estudo, eu tenho questionado se as elites monarquistas de províncias escravocratas podiam converter-se à República ao mesmo tempo em que o novo regime a elas se amoldava. Para onde e com quem a República poderia ter avançado deixando para trás uma elite tão ardilosa e significativa? Tanto entre o senhorio escravista quanto no meio da sua prole bacharelística, o modo pelo qual o progresso econômico era concebido e a crença na superioridade do conhecimento científico haviam sido assimilados ao mesmo tempo – ou quem sabe, até mesmo, antes – do republicanismo paulista de Itu.<sup>84</sup> Hierarquia e ordem, progresso e ciência, estavam solidamente alojados nos interesses e idéias das classes dominantes – e a República, depois de engavetar a matéria da indenização pelo fim da escravatura, não lhes faltou nesses quesitos. O racismo científico, por exemplo, nutria não só a ânsia por imigrantes brancos e católicos mas também o descontentamento com o trabalhador nacional, gente mestiça não-branca. Nas palavras sintéticas de Manuela Carneiro da Cunha, o Brasil de 1870 a 1930 era liberal e racista em simultâneo.<sup>85</sup>

Nada mais monarquista e republicano.

Quando o sol raiou em Salvador a 17 de novembro de 1889, dia da proclamação na Bahia, o saudosismo dos bons tempos – ou a nostalgia do vigoroso trio vigoroso escravismo, fortuna e monarquia (o açúcar do Norte, de dar doce ao café do Vale) – estava pronto para andar de mãos dadas à República, sem delongas. Em especial, embora sua ação conjunta fosse constantemente comprometida por suas divisões facciosas, as elites políticas da Bahia contribuiriam, quer com seu tino para a hierarquia, quer com seu apreço pela “picareta civilizadora”.<sup>86</sup> Surgida de um golpe de Estado desferido numa capital distante, uma frágil e nova República carecia de sustentação. E a economia não podia parar. Nesse sentido, o pós-abolição das elites políticas imperiais pode ter sido o de sintonia com a República, e não desaviso, retardamento ou repulsa. Em poucas palavras: a República era adesiva e as oligarquias em seus estados e regiões não apresentavam motivos para

---

<sup>84</sup> Entre os nomes baianos de destaque da prole bacharelística, cumpre lembrar os de Wanderley de Araújo Pinho (1890-1967), Pedro Calmon (1902-1985) e Luís Viana Filho (1908-1990). Seria possível apontar, ainda, para Clemente Mariani (1900-1981) e Joaquim Nabuco (1849-1910), que era filho de baiano. Ver: Silva, Paulo S., *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador, Edufba, 2011.

<sup>85</sup> Apresentação de Manuela C. da Cunha a *O espetáculo das raças*, de Lília Schwarcz.

<sup>86</sup> A expressão “picareta civilizadora” está no *Correio da manhã* de 15/5/1912. A notícia, de 14/10/1914, usou algo semelhante: “picareta do progresso”.

rejeitá-la, manifestando ser aderentes à nova forma de governo. Ninguém de relevo saiu em defesa da derrubada família real.

Cerca de 20 anos depois, em sua viagem à Ásia, Miguel Calmon mostrou ser tão autoconsciente de sua posição de classe que salta aos olhos, por um lado, seu encanto com a eficácia da moderna empresa holandesa nos trópicos. Fascinado com o arrojo, a engenhosidade, os métodos científicos e as realizações dos batavos, deseja o mesmo para a lavoura brasileira, no seu modo de ver molestada pelos problemas e complicações até aqui aludidos. Por outro lado, seu apreço pela observância da hierarquias, que usa nos seus relatos, bem como seu tirocínio com a coisa, de que se vale para seu conforto e voz de comando, exibem (a) como lhe era temível a proximidade de uma “bruxa” na estação de trem, (b) a sua condescendência, afora a repugnância, perante a miséria dos *coolies* e (c) o perigo com que a importação da mão-de-obra asiática poderia contagiar a capacidade de procriação da jovem nação brasileira. Idólatra do passado de seus ancestrais baianos na História nacional, Calmon, sem um sombrio monarquismo, amava o *status quo*. Solidamente alojada em seus interesses e pensamento estratégico, a civilidade burguesa (bastante influenciada, ensina Mayer, pela *finesse* aristocrática) se refletiu cristalinamente, não só na sua atuação política, mas também na sua vida privada, no seu matrimônio em 1909, bem como no sua palacete sito à rua São Clemente, em Botafogo. Bem antes de S. B. de Holanda, o quatrocentão Miguel Calmon era igualmente simpático ao rumo “modernizante” da evolução social que o Brasil tomava. O desaparecimento do velho engenho era algo, talvez, inevitável ante a necessária ascensão de um novo tipo de senhores de empresas concebidas a maneira de estabelecimentos industriais urbanos (clássico endereço da modernidade). Porém, ao contrário de Holanda (aqui parodiado), Calmon se incomodava gravemente com as qualidades ultramarinas específicas de que foram portadores os portugueses.<sup>87</sup>

#### TEMPERO FORTE DE BAHIA, NO RIO DE JANEIRO

Trazido por conexões entre Rio e Bahia, por meio de baianas e baianos, seja os de cima, seja os de baixo, forte tempero de Bahia dá sabor à capital carioca, ex-capital federal. Entre os de cima, que são objeto da pesquisa por mim desenvolvida, no lugar de um grupo passadista arruinado e sepulto pelo progresso (uma artilosa imagem), chefes políticos civis e militares, além de bacharéis e intelectuais, são aderentes a uma República adesiva, independentemente ou não de não terem

---

<sup>87</sup> Holanda, *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 176 e ss.

Sobre Miguel Calmon, ver a apresentação de Afonso Arinos de Melo Franco ao livro de Pedro Calmon, sobrinho de Miguel, *Miguel Calmon: uma grande vida*. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1983, p. 13-14. Nessa, Afonso Arinos situa Miguel entre o Paris brasileiro do exílio do círculo íntimo de Pedro II e o Paris dos monarquistas ditos tardios: Eduardo Prado, Afonso Arinos, e o barão do Rio Branco, padrinho de casamento de Miguel, além de filho do baiano visconde do Rio Branco.

tomado parte de movimentos republicanos anteriores à queda do rei Pedro II. Tendo aderido, desempenharam papel perceptível e importante: não só influíram na “modernização” da capital como também contribuíram para definir o perfil conservador e excludente da jovem República. Em ambas as funções, idolatrando seu passado (enalteciam regularmente o papel da Bahia, o papel de seu próprio grupo, na formação histórica do Brasil) e amando o status quo (converteram-se ao republicanismo sem nenhum reacionarismo monárquico a turvar-lhes a compreensão da *Realpolitik*), essas elites políticas não foram ignoradas pelos poderes centrais do novo regime político de 1889. Para mim, ao contrário de abandono, no jogo da *Realpolitik*, as lideranças da Bahia foram percebidas como parte ser preservada, do Antigo Regime.

Exatamente por isso, em manuscrito com a coautoria de Itan Cruz Ramos, buscamos manter ativo o estudo do baianismo. Filho de baiano, o pernambucano Joaquim Nabuco, em sua autobiografia, cita a presença de muitos contrerrianeos do pai no “gabinete da conciliação”, formado para lidar com as conseqüências da Revolução Praieira de 1848. De perfil conservador, foi, para o autor, uma “brilhante escola de estadistas”. José Maria da Silva Paranhos (pai baiano do barão do Rio Branco), João Maurício Wanderley (ancestral de Wanderley Pinho), Luís Pedreira do Couto Ferraz Pedreira e seu pai, José Tomás Nabuco de Araújo, eram suas figuras de proa – e apenas Pedreira não havia nascido na Bahia.<sup>88</sup>

Foi através de uma correspondência entre dois políticos do império que S. B. de Holanda tomou nota do fenômeno. Carta remetida por Francisco Otaviano a Silveira Martins queixa-se da prevalência dos “dias de baianismo”. O termo “queria aludir provavelmente aos tempos do ministério de 25 de junho, que caiu em 1858”, situou. Em tais dias, o barão de Cotegipe, isto é, João Maurício Wanderley, era “a presença mais constante e dominante”. No entanto, também podia referir-se a governo antecedente, “de longevidade ímpar”, cujo chefe foi o visconde do Rio Branco, o qual, mesmo sendo senador por Mato Grosso, ninguém era a não ser Paranhos. “Muito abaixo da Bahia”, localizou Holanda, Pernambuco e Minas Gerais também eram províncias de onde procediam sensível “número de presidente do conselho”.<sup>89</sup> Essas queixas que corriam pelas vias privadas, em papéis particulares, vieram a lume em nota publicada em 17 de dezembro de 1884, na *Gazeta de Notícias*. Sob o título “o baianismo na corte”, autor anônimo publicou seu protesto. “As repartições do Estado, os ofícios de justiça”, disse, “todas as posições enfim são quase exclusivamente ocupadas pelo vatapá”. Com raiva, exclamou: “fora o maldito baianismo!”.<sup>90</sup>

---

<sup>88</sup> Nabuco, Joaquim, *Minha Formação*. Brasília, Senado Federal, 1998, p.161-162.

<sup>89</sup> Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo. II: O Brasil Monárquico. Difel: São Paulo, 1972, p.271-272.

<sup>90</sup> *Gazeta de Notícias*, 21/12/1884.

“Quando se agrupam as províncias de origem dos membros dos gabinetes do Segundo Império”, calculou Kátia Mattoso, “aparece claramente a alta frequência com que os políticos baianos ocuparam os primeiros lugares”.

Atendo-se aos presidentes do Conselho de Ministros do imperador, Rinaldo Leite, cuja pesquisa recuperou o interesse pelo baianismo, afirmou: “ali se constatava a flagrante vantagem daqueles nascidos na Bahia”, concluindo: “dominaram sozinhos mais de um terço do referido cargo”. Para Oliveira Viana, esses homens eram “inteligentes, hábeis, maneirosos, cheios de vivacidade, graça e ironia”. Eram, ainda mais, “um tanto plásticos”. E conseguiam mais “do que quaisquer outros de compreender e realizar os intuitos íntimos da política imperial”.<sup>91</sup> Astutos, talvez não fossem os mais fortes, mas talvez fossem os mais bem adaptados na arte de captar, caprichosamente, o foro íntimo do rei. Pedro II, anotou o mesmo Oliveira Viana, desejava um governo centralizado na sua pessoa, mas não falava disso de público abertamente. Ao contrário, seu discurso era de um homem ilustrado, a favor de mudanças liberalizantes, ditas modernas. Os sábios homens brancos da Bahia entendiam tudo com sagacidade. Ladinos eles eram.<sup>92</sup>

Em 1889, havia “contra os baianos” um “certo sentimento de rivalidade”, nascido dessa citada onipresença. “Eles entram em todas as organizações ministeriais”, generalizou-se. “Constituem na câmara dos deputados e no senado grupos importantes e unidos; emigram facilmente e vem ocupar cá no sul e centro, na Corte e nas províncias do Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo, Mato Grosso, Goiás, Paraná, S. Catarina, Rio Grande do Sul, os melhores lugares da administração e da magistratura”.<sup>93</sup> É claro que a queda da lavoura do açúcar, em 1888, teve um forte impacto sobre o desempenho das elites políticas da Bahia na República. Contudo, ao recusar uma política determinada pela economia, sublinho, não só as constatações da pesquisa de Cláudia Viscardi sobre a presença da Bahia na política, mas também, em especial, esta sua afirmação: “a Bahia teve ativa participação nos primeiros anos do regime republicano e aspirava a aumentar este poder”.<sup>94</sup> Tal anseio é verificável no movimento saído dos flancos do baianismo não de sua tradicionalíssima linha de frente, onde é possível encontrar o conselheiro Saraiva como senador da República. Vieram à luz do teatro das oligarquias o conselheiro Rui Barbosa e o assim chamado “cara de bronze” J. J. Seabra, ambos depois candidatos em duas disputadas eleições presidenciais

---

Mattoso, Kátia, *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, p. 288. Também José M. de Carvalho endossa a habilidade dos baianos nas tramas e complôs das articulações facciosas, *démarches* (em francês, como em antanho se falava). Carvalho, José M. de, *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ – Relume Dumará, 1996, p.198-199.

<sup>91</sup> Leite, Rinaldo, *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santana, UEFS Editora, 2012, p. 99. É Sílvia N. Sarmento quem cita as passagens de Oliveira Viana. Ver: *A raposa e*, op. cit., p. 16. Oliveira Viana, Francisco de, *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 324.

<sup>92</sup> Na sua sagacidade, Cotegipe, Nabuco, Paranhos, Jequitinhonha e Saraiva, ao aconselharem o rei Pedro II, tomavam decisões delicadas com base em critérios raciais, mas não o admitiam. Fazia parte da política monárquica não deixar os outros perceberem que isto – a existência de raças – era um problema. Ver: Albuquerque, *O jogo da*, op. cit., p. 76.

<sup>93</sup> *Anais da Biblioteca Nacional (1885-1886)*, v. XIII. Rio der Janeiro, Imprensa Oficial, 1889. p. 68-69.

<sup>94</sup> Viscardi, *O teatro das*, op. cit., p. 97.

(1910, 1921). Ao assumirem a dianteira da representação da Bahia no Rio, ambos operaram a portabilidade de algum poder político na passagem da monarquia à República, e esta portabilidade tem duas marcas: sintonia e influência.

Para Alencar, é precisamente no mandato do presidente mineiro Afonso Pena “que Rui Barbosa talvez tenha conhecido o seu mais longo período de situacionismo”. Reeleito em 1906 senador pela Bahia, foi escolhido vice-presidente do Senado. Em 1907, viajou para a Holanda a fim de representar o Brasil em Haia, voltando de lá nas asas de uma águia. No entanto, no que toca à política estadual, foi também em 1907 que, até então, um bem-sucedido PR baiano rachou como resultado das brigas entre Severino Vieira e José Marcelino (apoiado por Rui). De impacto negativo e durável sobre a representação da Bahia no poder central, o cisma ainda assim recebeu panos quentes na capital federal, onde Miguel Calmon foi o produtor da Exposição Nacional de 1908. Palco adornado de fontes, muita luz elétrica, cartões postais, elegância e modernidade, em seu proscênio, a águia ou o peru (Rui), a raposa (Seabra), a lesma de suíças (Araújo Pinho), conseguiram contracenar sem se entregar às rinhas que os lascavam para todos verem. Apesar disso, o sapo-cururu (Severino Vieira) parece não ter sido convidado para a exposição.<sup>95</sup> Afora esse jogo do bicho, a separação do PR da Bahia excitou a satírica imprensa da época e suas charges, com Marcelino e Severino aparecendo travestidos de baianas à frente de tachos fumegantes e de maltas de baianas, de braços másculos. Era o angu com caroço da política estadual.

Sem querer alongar a argumentação em defesa da importância central da Bahia para a I República, aponto para suas alianças com os três presidentes de São Paulo anteriores ao mineiro Afonso Pena. Vitorino foi vice-presidente de Prudente de Moraes, Severino Vieira foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de Campos Sales, e J. J. Seabra foi ministro da Justiça de Rodrigues Alves. Deixando de lado os ocupantes dos ministérios militares, observo que a Bahia participou da implantação da República com Rui, estava ao lado de São Paulo na ascensão dos civis ao Catete e foi central nos planos de aformoseamento do Rio de Janeiro, dada a presença de Seabra na Justiça, pasta das articulações políticas, responsável pela nomeação de Pereira Passos. Lembrando que Francisco Marcelino de Souza Aguiar foi prefeito do Rio entre 1906 e 1909 (foi ele quem se encarregou dos projetos de dois importantes edifícios, o palácio Monroe e a Biblioteca Nacional), cumpre recordar que Aurelino Leal, baiano nascido em Rio de Contas, foi chefe de polícia no Rio de 1914 a 1918, período de intensa agitação social. Em comunicação em encontro da Anpuh, apresentei, em contrapartida, o dado do jejum ministerial da Bahia, cuja duração, em grande medida, coincide com a vigência do seabrismo na Bahia, o que me fez pensar em Rui bloqueando a

---

<sup>95</sup> Alencar, José A., “Os telegramas de Haia”. In: Viscardi, Cláudia; Alencar, Jose A. de (org.), *República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2016, nota 21. Sarmiento, *A raposa e*, op. cit., p. 51.

Bahia no Rio de Janeiro a fim de enfraquecer seu mais forte oponente, então o supremo chefe político estadual.<sup>96</sup>

Ainda que possa ser incorreta a hipótese de que Rui Barbosa teve peso na prescrição do jejum ministerial da Bahia entre 1912 e 1922 (intervalo coincidente com o vigor do seabrismo, na Bahia e na campanha da Reação Republicana), as brigas facciosas das elites políticas certamente fragilizaram sua eficácia não só no plano federal, mas também como uma classe social. Se, como foi visto, Manoel Vitorino, enquanto vice-presidente de Prudente de Moraes, conseguiu vetar projeto de lei que aumentaria ainda mais o poder de barganha de paulistas perante seus já frágeis empregados, ele, quando governador da Bahia (em 1890), bem como o parlamento estadual em 1893, não conseguiu ver aprovado o Código Rural, projeto de lei restaurador da autoridade senhorial perdida. Aldrin Castellucci, além de marcar os dispositivos pelos quais a população operária seria obrigada ao trabalho, salienta que foi o movimento operário quem conseguiu deter sua aprovação em lei, agindo coletivamente à luz do dia. Para alguém como o líder Domingos Silva, sob o pretexto de “proteger” a lavoura e reprimir a “vagabundagem”, havia uma “disfarçada escravidão” nas suas entrelinhas.<sup>97</sup>

Talvez fosse indisfarçável.

Frustrada quanto ao desejo de codificar as relações entre patrões e empregados (revertendo assim o que nomeava por “desorganização do trabalho”, e isto na verdade consistia no direito da subalternidade de não ter de ouvir e obedecer a voz de comando senhorial), a açucarocracia baiana irradiava um sinal de perfeita sintonia com a construção da ordem republicana. Defendendo a ordem da família patriarcal, ondas de sujeição ideológica eram emitidas incansavelmente, numa campanha enérgica contra a classe operária, o que compensou este pontual insucesso na sua inequívoca prática de coerção política. Sobre editorial que registra a posse de Virgílio Clímaco Damásio em substituição a Vitorino na administração estadual, o *Jornal de notícias*, conforme

---

<sup>96</sup> Negro, Antonio, “O que sucede com a História da Bahia se rompermos com a cerca do historicamente correto?”, comunicação apresentada no XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 24 de julho de 2013.

Futuramente em livro, Jonas Brito demonstra com pesquisa exaustiva e análise original o lugar central da Bahia na política brasileira, inclusive durante e após o jejum ministerial. *A Bahia dos Calmon. Um ás no jogo político da I República (1920-1926)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2014.

A Bahia continuou a ter lugar de proa na política brasileira no pós-30, no pós-45, no pós-64, na Nova República de Sarney e FHC, etc. As planilhas da Odebrecht já entraram para a História do país também.

<sup>97</sup> Castellucci, *Trabalhadores e política*, op. cit., p. 81-85.

Eliseu Silva, em dissertação de mestrado, também menciona os debates da Assembléia Legislativa, em 1893, sobre o Código Rural, “desdobramento de outro projeto não aprovado pela Câmara em 1890 sugerido pelo governador Manoel Vitorino Pereira”. Com esses códigos ditos “do trabalho”, os empregadores até podiam fazer alusões a direitos recíprocos. No entanto, sua maior preocupação era certificar-se do fornecimento e disciplinamento de mão-de-obra para a lavoura. Ver: Silva, Eliseu, *O cotidiano do roubo no termo de Cachoeira (1880-1900)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2016, p. 71, 72.

Sobre o movimento operário no Sul da Bahia, com sua capacidade de embrechar seu talento para a barganha e a participação, no jogo fechado e excludente da política oligárquica, ver: Carvalho, Philipe, *Trabalhadores*,

Castellucci, destacou o papel do ex-governador na formulação de um “código rural”, precioso préstimo à lavoura. Com a iniciativa, a “ordem” no trabalho voltaria e a “indolência” seria debelada. Regenerador, era uma “força modificadora” dos “vícios de herança” e dos “defeitos de educação” que maculavam livres, proletários e libertos.<sup>98</sup>

A espantosa capacidade desse grupo de ocultar os seus próprios defeitos e arquitetar a – inexistente – crônica inviabilidade da classe operária, responsabilizando-a como obstáculo ao desenvolvimento socioeconômico, influenciou a elite brasileira em sua habilidade, quer para a autocomiseração e autoindulgência, quer para manter rebaixados os subalternos. Ao se valer do preconceito racial a fim de conservar a hierarquia entre as classes, atribui defeitos na educação de parte expressiva da população que não teve nem chance nem direito para educar-se. Como ensinou Manuela C. da Cunha, raramente, ou jamais, foi seu desejo fomentar a independência dos de baixo, empoderando-os desta ou daquela forma. Anadelia Romo, em seu livro, não deixou passar em branco o fiasco da legislação referente à educação primária do governo de Manuel Vitorino. Neste, uma lei de dezembro de 1889 determinava ser a instrução básica “livre, obrigatória e secular”. “Cada um destes ditames”, ressaltou Romo, “eram em si mesmos revolucionários. Juntos, ameaçavam a hierarquia”.<sup>99</sup> Em simultâneo, exigia-se alfabetização do eleitorado para qualificá-lo enquanto tal.

Conjugando preconceitos que fazem enganosa alusão à inferioridade de um grupo e à sua falta de disposição para ser honrado pelos méritos do mundo livre – instrução, disciplina, engenhosidade e labor –, a açucarocracia baiana viu mantido o seu assento entre os pares da República. Independentemente de o republicanismo baiano ter sido frágil (onde foi forte além de São Paulo e de setores positivistas do Exército?), e, em segundo lugar, independentemente de a República ter sido proclamada, em Salvador, dois dias depois (onde terá sido proclamada no mesmo dia de 15 de novembro, quando se deu um golpe de Estado no Rio?), a açucarocracia não foi ignorada nem lançada às margens. Com ou sem mediações, ela esteve no entorno do (ou no próprio) poder político central, durante grande parte de todo o tempo, tecendo alianças com mineiros e paulistas, rivais entre si.<sup>100</sup> Mais do que apenas sintonia, as elites políticas da Bahia deram nitidez à ordem republicana.

Nos suprarreferidos anos de 1890 e 1893, quando discutiram-se projetos de um código rural na Bahia, o médico e republicano Virgílio Clímaco Damásio, o jurista Rui Barbosa e o médico e

---

*associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)*. Salvador, tese de doutorado em História (UFBa), 2015.

<sup>98</sup> Castellucci, *Trabalhadores e política*, op. cit., p. 83.

<sup>99</sup> Romo, Anadelia, *Brazil's living museum: race, reform, and tradition in Bahia*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2010, p. 22, 24.

prefeito Barata Ribeiro, que era baiano, deixaram, ao atuarem no Rio, suas marcas em fontes sobre a recém-nascida República. Em ambos os lugares e situações, fizeram uso recorrente do conceito de classes perigosas. Esta formulação é um dos eixos de sustentação desse Brasil racista e liberal, de 1870 a 1930 (e além). Segundo Sidney Chalhoub, nos meses imediatamente seguintes ao 13 de maio, os parlamentares na Câmara dos Deputados já mergulhavam, tal como na assembléia bahiana, em *démarches* sobre projetos de repressão à ociosidade nas ruas, de olho na solução daquele problema designado, por eles mesmos, como desorganização do trabalho. Escravocratas que eram, eles faziam pergunta igual a da açucarocracia no Recôncavo: como obter a sujeição dos negros à exploração sem dispor da garantia de que a voz de comando do senhor não podia deixar de ser ouvida e atendida? Nas discussões sobre a coibição do que chamavam de “vadiagem”, eles desejavam encontrar um meio legal de restabelecer a autoridade patronal perdida. Terminaram por concluir sobre a adequação de uma lei que redirecionasse a desconfiança que antes recaía sobre os africanos – eram, neuroticamente, os acusados de sempre –, descarregando sua suspeição generalizada quanto a subalternos nas ruas, em logradouros, e inclusive em seus locais de moradia. Em qualquer hora ou lugar, se não tivessem como comprovar serem empregados de alguém, a polícia estaria então encarregada de sua detenção e averiguação, cobrando-lhes trabalho. Por um lado, se pouca coisa mudaria com isso, pois sobre o negro recairia o preconceito de possuir todos os vícios, o que reaqueceu o motivo para costumeiras, violentas e arbitrarias abordagens policiais, por outro lado, não mais existia a responsabilidade senhorial quanto ao comportamento de seus escravizados, mas sim o encargo do poder público, elencou Chalhoub, de (a) policiar e punir, (b) registrar a identidade da cidadania com documentos civis, e (c) documentar a condição operária dessa mesma cidadania – a exemplo da “papeleta” que os sábios homens brancos da Bahia desejavam ver em posse dos negros, a fim de obrigá-los ao trabalho, o que, para o Centro Operário da Bahia, de acordo com Castellucci, insinuava-se como a volta da escravidão.<sup>101</sup>

Nesse sentido, em nada surpreende deparar com a pesquisa de Lynch e presenciar o “demóforo” dirigente do PR da Bahia, Virgílio Clímaco Damásio, retirando, da bagagem trazida de Salvador, o seu parecer quanto à segurança pública da capital federal. “As condições da população aglomerada nesta cidade”, declarou ele em 1890, “são as mais contrárias à existência de uma grande capital”. Em “uma cidade populosa” como a carioca, continuou, “onde avulta a lia social constituída por massas, nas quais, infelizmente, a instrução não penetrou ainda, nem a mínima educação cívica”, havia “grande massa de homens” ociosos (ou coisa pior) provável “alavanca poderosíssima

---

<sup>100</sup> Negro, Antonio; Brito, Jonas, “A I República muito além do café com leite”. Resenha de *O teatro das Oligarquias. Uma revisão da política do café com leite*, de Cláudia Viscardi. In: *Topoi*, nº 26, v. 14, 2013.

<sup>101</sup> Ver: Chalhoub, Sidney, “Classes Perigosas”. In: *Trabalhadores*, nº 6, 1990, p. 6,-8. Castellucci, *Trabalhadores e política*, op. cit., p. 85.

em mãos de agitadores”. Também em trânsito da Bahia para o Rio, Manuel Vitorino, após ser eleito vice-presidente do Brasil, ficou responsável por estudar planos para o saneamento da capital da República. É harmônica com os médicos baianos, e não indiferente a eles, a fala do presidente Prudente de Moraes sobre a “maléfica influência desta terrível cidade”, “tão saturada de elementos nocivos”, diretamente sobre a nação. Exatamente, na demolição do cortiço Cabeça de Porco que o prefeito baiano do Rio, Barata Ribeiro, pessoalmente coordenou em 1893, atacou-se o espaço onde uma resiliente cultura popular se abrigava para viver suas próprias vidas.<sup>102</sup>

Não se tratava contudo de tão somente vigiar e punir ou demolir e expulsar. Era também uma questão de quem seria acudido no infortúnio da doença. E para tal, conforme Chalhoub, as palavras do baiano Rui Barbosa eram cativantes. Em 1917, ele definiu a febre amarela como “negreira e xenófoba”. Haja vista ser “um mal de que só a raça negra logra imunidade”, ela preservava o “elemento africano”. Pelo fato de se abater maciçamente sobre os imigrantes recém-chegados, era “exterminadora do elemento europeu”. Esta preferência criava um segundo mal-estar público, à medida em que abalava “a existência da nação na sua medula, na seiva regeneratriz do bom sangue africano, com que a corrente imigratória nos vem depurar as veias da mestiçagem primitiva”. Ao passar o atestado da epidemia como negreira e xenófoba, Rui insinua que os negros permaneciam apátridas, como já haviam sido durante o tráfico, o legal e o ilegal. A doença, assim como o tráfico, era negreira, isto é, promovia o elemento africano, que, curiosamente, não era, nem brasileiro, nem estrangeiro. Não era brasileiro porque era africano. Não era estrangeiro porque a xenofobia incidia sobre os estrangeiros, os europeus, e não sobre os africanos. Estes últimos, logicamente, continuavam apátridas; permaneciam sem um Estado nacional que lhes respaldasse. Mas, em Rui, o cérebro era aquilino, o coração, áureo. O sangue africano, ele não deixou de dizer, era bom. Bom mesmo – o melhor sem dúvida – era a seiva regeneratriz da corrente imigratória saída direto da Europa para depurar as veias da mestiçagem primitiva dos brasileiros. Em poucas palavras, nos socorria, melhorando nosso sangue. Todavia, ceifando mortalmente os interesses de maior amplitude nacional (como diria Freyre), quer dizer, derribando os imigrantes, conservando os negros, a febre amarela atingia os estrangeiros, o Atlântico Norte e o Brasil. Este, “aos olhos do mundo civilizado” exalava “ares de um matadouro da raça branca”. Urgia acudir os estrangeiros

---

<sup>102</sup> Lynch, Christian, “‘A multidão é louca, a multidão é mulher’: a demofobia oligárquico-federativa da Primeira República e o tema da mudança da capital”. In: *História, ciências, saúde. Mangueiras*, v. 20, nº 4, 2013, p. 1500. Chalhoub, “Classes perigosas”, op. cit., p. 10. Ver também: Rocha, Osvaldo P., *A era das demolições*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal da Cultura, 1986.

Nesse mesmo ano de 1893, o baiano Manuel Vitorino tomou parte da criação do Partido Republicano Federalista, a “primeira experiência de formação” de uma agremiação de caráter nacional. Na administração de Campos Sales, o baiano Severino Vieira ficou encarregado de alterar “radicalmente a vida política do Distrito Federal”. No mandato de Rodrigues Alves, o ministro da Justiça nomeou dois conterrâneos, sucessivamente, para chefe de Polícia do Rio de Janeiro. Ambos ingressaram, em seguida, no Supremo Tribunal Federal. Freire, Américo, *Uma capital para a República. Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX*. Rio de Janeiro, Revan, 2000, p. 77, 97, 118, 125.

adoecidos. “As palavras de Rui Barbosa não poderiam ser mais esclarecedoras”, contextualiza Chalhoub. “O conceito de civilização adotado por aqueles homens implicava o ideal de embranquecimento”.<sup>103</sup> Sem isto, o Brasil ficaria sem o seu trabalho livre. E esse ideal corria risco de ser enterrado pela febre negreira e xenófoba.

Sem os imigrantes, o país não conseguiria se realizar como nação, alegava-se. O Brasil, dito de outro, ficaria muito parecido consigo mesmo; sem mudança alguma. Jamais deixaria de ser semelhante com a Bahia ou o vale do Paraíba; e, portanto, é por isso que São Paulo é diferente, por ter conseguido receber os estrangeiros queridos. Vagabundas e malandros, desordeiros, gatunos, beberrões, iletradas, vigaristas, loucas, prostitutas, os de baixo – perante senhores sem italianos nem *coolies*) para deles se livrar – seriam, nesse raciocínio, a causa, por um lado, de uma lavoura (sem braços e, por outro lado, de uma Bahia a ver navios, a ela cabendo, nas palavras de fontes levantadas por Wlamyra Albuquerque, a “maior partilha” do “pernicioso elemento”. Um fazendeiro do Vale, numa crônica de João do Rio de 1904, espantou-se com a multidão que, no centro do Rio, era uma zoeira só. “Que diabo fazem?”, perguntou espantado. “Cousa alguma”, replicaram. “E eu que não acho quem queria limpar o meu cafezal! Que cidade de malandros!”, exclamou e treplicou a voz sincera e direta do rural. Já a açucarocracia baiana, no desvão de seu inconsciente, possivelmente teve pesadelos de classe: o pernicioso elemento assaltava-lhe a lhaneza do sono em cambraia de linho e emergia, bruto e colérico, para acertar contas penduradas durante anos de má partilha. “Existe no Brasil o escravo em estado de revolta”, discursou em 1878 um comendador de Valença, representante da sericultura. O escravizado, de acordo com o seu senhor, “só espera o momento próprio para proclamar sua liberdade”. Século XX adentro, o moço Pedro Calmon redigiu romance de ficção em termos similares, conforme sua fantasia. Logo, bolou uma personagem – de nome Martinho – para quem liberdade e acerto de contas consistiam em matança na casa-grande, para tal carecendo de uma multidão recrutada na senzala. Para o sobrinho empobrecido do tio Miguel Calmon, “eram todos eles”, segundo Mariele Araújo, “feras enjauladas, de corpos rijos, fala desarticulada, e gestos ameaçadores”.<sup>104</sup> Com certeza, esta sinopse faz pensar na revolta escrava liderada pelo trabalhador negro escravizado Nat Turner em 1831, nos EUA.

Passado o íncubo, desperta, e recomposta, essa elite fazia contas, não necessariamente sobre o açúcar, nem sobre a cifra a ser ressarcida após o 13 de maio, mas sim sobre sua própria taxa de

---

<sup>103</sup> Chalhoub, “Classes perigosas”, op. cit., p. 21. Maio, Marcos C., “Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: Maio, Marcos; Santos, Ricardo, V. (org.), *Raça como questão: História, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2010, p. 53.

<sup>104</sup> Albuquerque, Wlamyra, *Algazarra nas Ruas. Comemorações da Independência na Bahia 1889-1923*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999, p. 38. João do Rio, crônica 96, 7/1/1904. Transcrita em: O’Donnell, Julia; Jogaib, Lara (org.). *A cidade. João do Rio*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2017, p. 217. Discurso de Luiz Ribeiro de Souza Resende. *Congresso Agrícola. Coleção de documentos, 1878*. Rio de Janeiro, FCRB (edição fac-similar), 1988, p. 200.

fertilidade reprodutiva. “Trezentos anos, talvez, levaremos para mudar de alma e alvejar a pele”, desesperou-se mais um homem de ciência – outro médico baiano –, o literato Afrânio Peixoto, quando confrontado com a idéia da imigração de negros estadunidenses para o Brasil (em 1924). “Quantos séculos serão precisos para depurar-se todo esse mascavo humano? Teremos albumina bastante para refinar toda essa escória?”, ele indagou. E rogou: “Deus nos acuda, se é brasileiro!”.<sup>105</sup>

Conservador do elemento português, confessor de seus receios ante o elemento asiático, Miguel Calmon também não viu em mais uma maciça imigração de chineses ou indianos uma saída para a falta de braços da lavoura.

#### MIGUEL CALMON VIAJA À ÁSIA

Em artigo sobre estratégias e alianças de um homem de cor no tabuleiro da Bahia, Wlamyra Albuquerque traz de sua pesquisa sobre o engenheiro Teodoro Sampaio duas fontes de longo alcance elucidativo. Em ambos os documentos que ela utiliza, vê-se um ator em movimento cujo norte, além da alforria de familiares cativos, é a preservação da liberdade. Sem aparentemente remoer, no seu íntimo, o moralismo dos super-heróis ímpolutos, Teodoro Sampaio teceu alianças, por um lado, com a família que escravizou sua própria família e, por outro lado, extensivamente, com a elite senhorial, nos negócios e na política, dentro e fora da Bahia, na monarquia e na República. Como escrito pela autora, ele era mestre na habilidade de empreender “leitura bem particular da cultura política que enredava a família senhorial, os cativos e seus agregados”. No tenso e delicado desmonte da escravatura em Santo Amaro, burgo de poderosos proprietários de terras e seres humanos, o engenheiro nascido em engenho foi homem de ciência em outra tensa travessia, a construção da República. Em ambos os cenários, ele queria resguardar a liberdade de sua família, abrindo e fortalecendo opções de vida perante uma classe senhorial politicamente isolada, em termos globais, em seu atávico escravismo e obsessiva, em segundo lugar, em dramatizar a não-indenização aos senhores. Publicamente, em som alto e claro, com cultivadas letras, Teodoro Sampaio tanto reiterou “os seus vínculos com grandes proprietários de escravos” quanto ajeitou seu trânsito nas seletas rodas das “altas autoridades”, a exemplo de Pedro II e Rui Barbosa.<sup>106</sup>

---

Sobre Pedro Calmon, ver: Araújo, Mariele, *A medida das raças na mistura imperfeita. Discursos racialistas em Pedro Calmon - 1922/1933*. Simões Filho, Editora Kalango, 2015, p. 36-40.

<sup>105</sup> Afrânio Peixoto está citado em: Reis, Fidélis, *O problema imigratório e seus aspectos étnicos na Câmara e fora da Câmara*. Rio de Janeiro, Tipografia Revista dos Tribunais, 1924, p. 66.

<sup>106</sup> Albuquerque, Wlamyra, “Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919)”. In: *Revista Brasileira de História*, nº 69, 2015, p. 88, 97.

Ver também: Santos, Ademir P. dos, *Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades*. São Paulo, Versal, 2011.

O paternalismo, conforme ensina Manuela C. da Cunha (ao citar Genovese), em sendo uma relação entre senhores e subalternos, foi um cabo de guerra – uma confrontação de classes sociais – “usado e explorado de forma radicalmente diferente” por ambos os lados. Enquanto convivem e lidam com seus desejos e impulsos, com suas diferenças e tensões, calculando incessantemente o que se passa, cada um dos dois grupos busca retirar da relação o que lhes é de proveito. Intérprete do que os senhores desejavam ouvir, o mui leal e ladino engenheiro escreveu, em 1906, manuscrito sobre o aspecto da sociedade baiana. Como autor, a sua fala estava mais para porta-voz de uma classe dominante branca (embora fosse negro). “A Bahia hoje é uma sociedade em decadência”, solfejou. O “aspecto doentio de um povo de degenerados” era o saldo restante da liquidação da “Bahia culta de outros tempos”, derribada pela “abolição”, que “desbaratou as fortunas de gente antiga, matando a sociabilidade e o refinamento”. Naquela polida e culta – nada humilde – Santo Amaro, a “decadência da sociedade” jazia no fatídico 13 de maio de 1888. Em esforço de medir os traços desta fase, observaram-se as “novas exigências da vida”, tanto para senhores, quanto para escravos. Foi reconhecida a inaptidão dos primeiros – “acostumados como estavam de viver às custas do trabalho de outrem” – e indicada a “incapacidade” da população afrodescendente defronte ao “regime de liberdade”; resultado de sua ignorância e da “índole da raça”, causa de “preguiça e inatividade”. Sócio-fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBa), Teodoro, em publicação de 1913, manifestou insistente preocupação com a “degeneração racial” (faz notar Albuquerque).<sup>107</sup>

São tais termos – (a) uma civilização fidalga alquebrada; (b) a inaptidão dos de cima e a incapacidade dos de baixo; (c) o aspecto doentio de um povo de degenerados e (d) o temor ao sangue mal misturado – que transparecem no relato de Miguel Calmon, em viagem feita à Ásia em 1905; ano anterior ao supracitado discurso de Teodoro Sampaio. Concluído na Escola Politécnica em 1876, o bacharelado do menino nascido de ventre escravo é anterior ao desse outro baiano, Miguel Calmon, diplomado também no Rio, em 1900, mas nascido em rico berço, com carreira assegurada, por direito ao mérito, no instante de vir ao mundo. Enquanto Sampaio teve de negociar a sua alforria e aquelas de seus familiares, Calmon, tal qual poucos, conjugava aquilo que Teodoro tão bem conhecia a partir de baixo: de um lado, o poder de classe encarnado na artificial distinção de uma raça superior – dona do direito à honra, ao mérito e ao não-trabalho – e, de outro, a solução dos problemas da lavoura (ou seja, da nação) vinculada, não ao costume, mas ao saber científico, o qual, ainda mais, forneceria os meios para rebocar hierarquias raciais e, assim, neutralizar ou

---

<sup>107</sup> Cunha, *Negros estrangeiros*, op. cit., p. 93.

Sampaio, Teodoro, “O aspecto da sociedade baiana em 1906”. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBa), caixa 5, documento 13, discurso, 5 de abril de 1906. *Revista IGHBa*, nº 39, 1913, p.124. Ver: Albuquerque, “Teodoro Sampaio e”, op. cit., p. 93, 94.

controlar os efeitos da mistura sanguínea, sentida não só como useira e vezeira mas no final das contas como uma ameaça.

No relato de viagem à Ásia, será por mim ressaltada a aguda leitura de Miguel Calmon sobre as relações entre capital holandês e trabalho livre – os *coolies* –, indagativa das razões de sua ímpar prosperidade capitalista. Miguel Calmon nota e registra como lideranças étnicas responsáveis pelo agenciamento da mão-de-obra, eram também destras na arte de interpretar e aprumar, ao talante, o cultivo e beneficiamento do fumo, deixando-o a gosto dos holandeses. O então secretário da Agricultura da Bahia divide suas investigações reunindo provas em dois conjuntos, classificados por ele como naturais e artificiais. Quanto à natureza, haverá destaque para o saber metódico e racional da ciência. Quanto às razões artificiais, o lucro da empreitada, lá como cá, estava apoiado em relações que instauravam raças diferentes: uma que se afirmava como superior enquanto, preconceituosamente, apontava a outra como inferior, a fim de explorá-la, não só sua força de trabalho. No entanto, numa passagem de outro relato (sobre visita à lavoura da borracha, também na Ásia), Miguel Calmon deixa claro que planos de importar *coolies* para o Brasil eram uma questão mal formulada. Neste momento, como será visto, seu saber de homem de ciência veio à tona para encaixar raça e classe de novo e descartar fatores de risco.

Boquiaberto com a extraordinária “situação da Holanda em face de suas vastas colônias”, o então secretário da Agricultura da Bahia não vacilou em atestar ser a mão-de-obra *coolie* fator indispensável ao incrível êxito da lavoura de fumo batava, em Sumatra. Os *coolies*, ele viu e registrou, eram onipresentes. À medida que pôs o pé na rua, ou seja, quando saiu do recinto da propriedade privada (o hotel), e ingressou num logradouro público, o quatrocentão baiano se deu conta de sua estreita proximidade, o que lhe levou a cunhar o hiper-neologismo “culisada” (congênera de negrada, eu diria). Parodiando célebre trecho de texto de viajante alemão na Bahia, pode-se dizer que tudo o que corria, gritava, trabalhava, tudo o que transportava e carregava, ao redor de Calmon, era *coolie*.<sup>108</sup> Parodiando Chalhoub, as elaborações de Calmon sobre ele mesmo e sua classe – ou sua raça (para ele, havia coincidência entre ambas) –, deixam transparecer seu antagonismo a um proletariado denominado de “semibárbaro”, o qual, no cotidiano de sua vida comum e descartável, se empenhava em dar a produção exigida e agradar seus senhores. A arte mais dissimulada de amansar senhores para assaltá-los indefesos na hora certa é bem menos perceptível.

No caso da lavoura, por *coolie* deve-se entender termo genérico denominativo de um proletariado de origem asiática (Índia, China, Indonésia) que, atraído por pressurosas juras de emprego e remuneração, era recrutado para depois ser imobilizado numa plantação sob a vigência

---

<sup>108</sup> Calmon, Miguel, “Dos métodos de produção do fumo no Oriente”. In: *Fatos econômicos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1913, p. 82, 134, 119.

da livre contratação do aluguel de sua força de trabalho. Arrisco aludir à possibilidade de que Calmon teve contato com uma política de dominação que impunha o trabalho compulsório enquanto agitava a propaganda ideológica da liberdade, manobra diversionista que os britânicos sintetizaram, para sair-se como guardiães do mundo livre e se jactar a respeito do fim de sua dependência para com o trabalho dos africanos escravizados (o que, de fato, não ocorreu). Na verdade, ao mesmo tempo, exploravam africanos e *coolies*.<sup>109</sup> Embora o viajante baiano possa ter tido contato com um fenômeno de compleição madura e global e que, ainda mais, marcaria a evolução do século XX em escala também global, ele via a desigualdade a partir de cima e, desse modo, não encontrou valia na importação de *coolies* para o Brasil, descartando o exemplo que os holandeses, também eles, ofereciam. Calmon, isto sim, estabeleceu relação entre o que presenciou com o que já pensava de seu país na virada do século XIX para o XX. Como se verá aqui, apesar de se certificar, com abundância de dados, que o êxito da lucratividade holandesa não era possível sem o trabalho compulsório impingido aos *coolies*, e, em acréscimo, embora se sentisse seguro de que os *coolies* eram uma coisa nas mãos de seus senhores, seu ponto de vista não mudou.

Para mim, as elaborações de Miguel Calmon são exatamente isto: expressão do olhar senhorial e terratenente (indiciário de uma ideologia) que, por sua vez, me conduz à consideração de sua presença na História, como uma força ativa e considerável, continuamente inquieta e ciosa com a sua condição de classe, de forma relacional (não apenas a partir de cima). De olho nos segredos que carregam os holandeses de fortuna e conforto, numa distante, tórrida, colorida e úmida – “exótica”, “estranha” – região agrícola asiática, Miguel Calmon pensa os problemas da lavoura brasileira e, não por acaso, seria em seguida figura de proa na vida política nacional, sendo nomeado, em 1906, titular da pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo presidente Afonso Pena (1906-1909), alçando vôo como “o mais jovem ministro de toda a I República”.<sup>110</sup> Em 1909, na rua Marquês de Abrantes, que vinha a ser seu tio, Miguel casou-se com a gaúcha Porciúncula, tendo por padrinho o barão do Rio Branco. A nubente era uma mulher que aristocratas ingleses de fortuna declinante talvez chamassem de “baleia”, ou seja, bom partido feminino de família burguesa rica, mas sem título de nobreza.

Em 1905, o então secretário de Agricultura da Bahia Miguel Calmon foi escolhido na II Conferência Açucareira, havida no Recife, para chefiar missão de estudos sobre a cultura da cana e outros produtos tropicais no Egito, Índia, Cingapura, Java e Sumatra. Acompanhando-o estava pelo

---

<sup>109</sup> Kempadoo, Kamala “‘Bound Coolies’ and other indentured workers in the Caribbean: implications for debates about human trafficking and modern slavery”. In: *Anti-Trafficking Review*, nº 9, 2017, p. 48.

Sobre os britânicos e sua dependência de explorar trabalho forçado, ver, em especial, o capítulo 6 do livro de Mamigonian, *Africanos livres*, op. cit.

<sup>110</sup> Brandi, Paulo, “Calmon, Miguel”. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 24/8/16.

menos outro homem de ciência, o médico sergipano Theodureto Nascimento, inspetor sanitaria em seu estado, estudioso do alcoolismo e editor da *Revista agrícola*.<sup>111</sup> Hospedados em hotel em Medan, hoje Indonésia ocidental, visitaram ao menos três plantações de fumo.

Esse “insignificante trato de terra” era para os holandeses “inexaurível mina de proventos”, donde provinham “brilhantes resultados”. Ao certificar seus “dividendos fabulosos”, é com tristeza que se recorda da “lastimável situação” da classe agrária. “Mas não há como fugir”, adverte o leitor, “ou o exemplo admirável” da organização holandesa viria a servir de “paradigma”, ou fosse enfim confessada a “incapacidade para a luta no comércio mundial”. Embarcado em vitória disposta para o seu transporte, Miguel Calmon atravessou na hora da sesta a periferia de Medan. Em seus kampongs, habitavam jaus (javaneses), kalingas (nativos de Malabar), battas (que eram locais) e malaios. Cruzada uma “graciosa” ponte, avistou *coolies* de ambos os sexos banhando-se “deleitadamente” nas águas do rio Deli; “com grande sem cerimônia”. Ao lado da bem mantida estrada por onde corria o veículo, estava disposta uma vereda. Nesta, talvez entre 16 e 17 horas, “culis sem conta” regressavam “do campo com os instrumentos de trabalho às costas, como que se retemperando, na amena frescura de sombra ideal, das fadigas de dez horas de trabalho, sob calor canicular”. Apesar de os *coolies* terem chamado sua atenção, é a pista de rodagem quem ganha um dos primeiros elogios. “Como seria humilhante comparar as nossas” a “esta, que assim nos maravilhava!”, meio na verdade usado para exprimir seu encanto com os batavos. E “dizer que tudo isto” era “obra exclusiva da iniciativa privada!”, que o território havia sido “adquirido, desbravado e valorizado por campeões arrojados, mas previdentes e tenazes”. Neste breve registro, já se pode entrever a sua perspectiva senhorial – divididos em etnias, *coolies* voltam a pé de uma jornada de dez horas sob o sol canicular se revigorando na amena frescura das sombras das árvores – mas também sua comparação entre as Índias holandesas e a América Portuguesa, terras coloniais conquistadas por desbravadores, sendo os primeiros previdentes e tenazes enquanto que os portugueses e, por conseguinte, os brasileiros, não o eram. As condições naturais nesses dois lugares podiam parear nos benefícios oferecidos ao desenvolvimento agrícola. No entanto, apenas o “trabalho sistemático” podia salvaguardar a riqueza da “contingência” e da “miséria”.<sup>112</sup>

Ao chegarem na empresa Amsterdam Deli, o administrador J. S. C. Kasteleijn deu as boas vindas os levou até o armazém de fermentação de fumo. Na companhia do médico sergipano, o engenheiro baiano não poupou novos elogios. Quando lhe mostraram amostras de folhas de tabaco, maravilhou-se com os espécimens. Eram “soberbos”. Logo já “não sabia que mais admirar, se a cor

---

<sup>111</sup> Sobre Theodureto e a *Revista agrícola*, ver: Avelino, Camila, *Trajetórias, sociabilidade e trabalho em Sergipe após a abolição (Cotinguiba 1888-1910)*. Santo Antônio de Jesus, dissertação de mestrado em História (Uneb), 2014, p. 93 e ss. No capítulo 4, a autora reflete sobre o Código Rural em Sergipe.

<sup>112</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 48, 57, 61, 62, 77.

clara uniforme, em algumas, de um pardo esverdeado (...), se a macieza e o acetinado do parênquima”. Sem êxito, esforçou-se por flagrar defeitos de secagem ou fermentação. Ainda mais “atônito” e “deslumbrado” ficou ao contemplar o asseio e o rigor com que eram conduzidas as operações no interior do armazém. Tudo “respirava tal ordem, método tão perfeito, que me demorei, longamente, a rever, pelo menor, a aparelhagem dessa racionalíssima organização de trabalho”. No percurso destas dependências, foram avistados mais de cem “cúlis dos dois sexos” em uma sala grande, onde triavam fumo. Terminada a escolha – feita com “presteza” –, procedia-se a rigoroso exame, “a fim de verificar qualquer falta cometida pelos cúlis”. As “fraudes” encontradas eram “severamente punidas”, mas estas não foram discriminadas, se eram castigos físicos, ou multas, ou outra penalidade. Como a perfeição era muita, parecia estar captada em tanto método e organização a “razão de ser dos fabulosos lucros”. Contudo, além da fertilidade do solo, “devia haver algum outro fator, que fosse, por assim dizer, a determinante”; especulou-se. Ato contínuo, Bahia e Brasil de um lado, e a lavoura dos batavos, de outro, ressurgiram em termos comparativos. Talvez o massapê do Recôncavo tenha sido lembrado para alegar que “condições naturais propícias carregam ceifas abundantes”. Contudo, a mercê do acaso, sem a intervenção do “homem”, “a opulência à miséria cede o passo”. E, nesta hora, com certeza, a referência era o Brasil, pois, na Sumatra dos holandeses, “a prosperidade jamais remite”.<sup>113</sup>

Adicionais informações foram dadas pelo amável hóspede no caminho até uma plantação de fumo. A Amsterdam Deli tinha mil funcionários – “alguns a jornal”, quer dizer, diaristas, não foram computados nesse dado –, compreendendo 600 chins, 200 jaus, 150 mulheres e 50 kalingas. Deixando de lado as mulheres terem sido incluídas nas contas ao lado de etnias, conclui-se que havia cerca de 850 *coolies*, que eram homens, e que eles eram contratados, e não pagos a jornal. Inquirindo acerca do chim, como trabalhador”, foi dito que possuía “qualidades raras”. Para o chim não havia “dia de descanso; trabalha cotidianamente desde as 6 da manhã até as 6 da tarde, apenas com ligeira pausa ao meio-dia; é de uma resistência e sobriedade inigualáveis, paciente e submisso (sic), realiza todos trabalhos que lhe impendem com perfeição”. Os chins eram contratados por três anos eram “aliciados na própria China”, onde iam procurá-los os agentes das companhias de tabaco. Tais agentes representavam um escritório existente em Medan com o propósito de introduzi-los diretamente na ilha de Sumatra. Tudo indica que Miguel Calmon, deslocando-se na vitória, vira chins que, após o serviço, já se retemperavam na fresca das árvores, em seu caminho de volta feito a pé. Sol canicular, sem descanso, dez horas de jornada, pareciam refratários ao cansaço, à dor, à fome, lembrando os monges shaolin, encarnados pelo ator David Carradine ao desempenhar o “gafanhoto”, estrela do seriado televisivo King Fu.

---

<sup>113</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 73-77.

Contudo, parece óbvio que o chim não era um ser sublime, sendo na verdade trivial em sua quantidade e pouco valor. Havia os que se demoravam, “por largo tempo, nas fazendas”. Estes eram “principalmente, os perdulários”. Após receberem os “saldos” – não foi usada a palavra salário – das “respectivas contas”, isto é, feitos os descontos, tendo enfim em mãos o que lhes cabiam ao restante, esses tais perdulários desbaratavam o que possuíam em seguida. “Comumente”, o *coolie* recebia “de 8 a 12 dólares (o dólar inglês tem curso em Deli) por mês”. Ficava com o “administrador, o restante dos salários”, valor que só seria pago ao trabalhador quando expedida a mercadoria. Ao *coolie*, como se lê, cabia o saldo, ao administrador, os salários. Sucedia, por outro lado, nada caber ao administrador, e isto acontecia quando os *coolies* contraíam dívida, a ser paga na safra seguinte. Preso às fazendas enquanto não era despachado o fruto de seu labor, ou à espera de saldar débitos na safra seguinte, “nas tascas de Medan”, um chim podia em instantes perder “o ganhado em anos de fadiga!”. Em outras palavras, em cerca de três horas, um chim podia desbaratar o que era para receber em três anos de contrato, o que certamente estendia o seu tempo de permanência nas plantações. “Tive ocasião de defrontar com uma casa de jogo”, registrou o viajante. Horrorizou-se com um lastimoso “espetáculo”, desenrolado “parte ao ar livre, parte sob uma varanda”. Nele

“acogulava-se um ror de figuras seminuas, em que abundavam os tipos mais estranhos e grotescos, premendo-se em torno de duas bancas, ou acoradas, umas sobre outras, à beira de um pano verde, estendido no chão. Os jogos, parece, variavam conforme os banqueiros: ver os esgares e posições deste pululamento humano; a ânsia dos desgraçados, na expectativa do resultado; o desespero dos que, tristemente, se retiravam dilapidados! Que transformação sofria esse povo por excelência fleumático”.<sup>114</sup>

Ainda que com uma ponta de admiração por sua distância e frieza ditas “orientais”, Miguel Calmon seguiu o padrão de descrever as rodinhas ou ajuntamentos dos *coolies*, tanto no tempo de trabalho quanto no de não-trabalho, como um pululamento humano, em geral indisciplinado, talvez facinoroso. Mas também colheu, por outro lado, informação mais objetiva, um tanto à distância de sua perspectiva e alto a baixo. Isto ocorre, em particular, quando Miguel Calmon queria se inteirar das minúcias sobre a organização do trabalho. Exceto a derrubada da mata, quando havia, os chins estavam incumbidos de tudo que dizia respeito ao cultivo. Jaus e battas, sim, eram usados para deitar árvores ao chão e no preparo de manocas de fumo nos secadouros. Jaus também eram construíam os secadouros e as casas dos assistentes. Kalingas escavavam os drenos, cuidavam das estradas e conduziam os carros de boi. As mulheres – e elas mais uma vez são mencionadas como se fossem uma etnia – faziam a escolha do fumo e o amarravam em medas, para que fermentassem. Nas escolha, empregavam-se os chins também, mas só depois de concluídos a lida no eito. No eito,

---

<sup>114</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 78, 79, 80.

todo o serviço era feito “à enxada”. Sinal das diferenças socioculturais, a ferramenta era variável entre chins e jaus. Esses eram, provavelmente, os trabalhadores que Calmon viu voltarem a pé de uma intensa jornada, revigorando-se à sombra fresca de frondosas árvores.<sup>115</sup>

No cômputo geral, *coolies* estavam no encargo de preparar e plantar, mais todo trato necessário até a colheita, tarefa sua igualmente. Afora os “melhores e mais ativos”, havia os outros, inclusive os “que não logram nem o terço” do salário que os primeiros conseguiam, teoricamente, ganhar. No centro do terreno padrão onde era cultivado o tabaco, residia, em casa construída pelos jaus, um assistente europeu, responsável por supervisionar a cultura. Suas ordens eram transmitidas indiretamente aos trabalhadores, já que elas antes passavam pelo feitor “tandil” – chefe chinês – e pelo feitor “mandur”, que era o chefe dos jaus. Ambos eram “os únicos responsáveis pela boa marcha de todo o serviço no campo”. Seu “absoluto predomínio” sobre a “respectiva grei” era a “razão dos felizes resultados dessa apertada entrosagem”. Fica neste ponto clara a grande separação entre as lavouras de fumo nos dois lugares mirados todo o tempo. Em Sumatra, o trabalho estava organizado, ao passo que no Brasil estava desorganizado. Apertado pelos feitores, o trabalho, em Sumatra, entrosava-se ao mando dos holandeses. O “manejo” dos *coolies*, sob este regime de liberdade, era “mais fácil que o da matéria inerte”. Eram uma coisa nas mãos de seus patrões, tal qual – no Brasil da cabeça de Fernando Henrique Cardoso – os escravos eram como uma coisa inanimada nas mãos de seus senhores. Ao final do parágrafo, em parêntesis inseridos pelo autor, é feita uma advertência direta: “isto, de modo algum, implica a necessidade da existência alhures, de idêntica organização social, para o conseguimento de igual disciplina”. Alhures queria dizer Brasil, não a Ásia, e este é um alerta, mesmo um tanto enigmático, de Miguel Calmon a quem o lesse, pois ele, apesar da prosperidade dos holandeses, não queria ser confundido com um adepto da importação de *coolies*; a fim de organizar o trabalho no Brasil, salvar a lavoura, e assim obter a disciplina e os lucros que os holandeses arrancavam de chins, jaus, kalingas, battas, e mulheres.<sup>116</sup>

Antes de reencontrar na sede da Amsterdam Deli o seu companheiro de viagem, o dr. Nascimento, Calmon soube que, concluída a colheita, as cinzas da queima dos pés pelados eram usadas para fertilizar a terra. Aí os *coolies* estavam enfim livres para se dedicar às suas roças de arroz, um “direito” que gozavam “em proveito seu”. Já novamente na companhia do médico sergipano e dos hospitaleiros holandeses, observando a um deles que lhe embasbacava a beleza dos jardins, isso assim era, lhe disseram, para que os *coolies* guardassem de tanta perfeição uma “impressão de zelo”. Sem duvidar do motivo alegado, Calmon de todo modo dissentiu de seu informante. Para ele, jardim, paisagismo, ornamento, não inspiravam nos *coolies* o valor da diligência; “apenas” refletiam a carência “de conchego” que os batavos sentiam. Ao ir além do que

---

<sup>115</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 80-82.

ouviu sobre o efeito das bem cuidadas plantas sobre os *coolies*, o relato faz ver que, ao falarem dos outros, dos *coolies*, os holandeses também se olhavam ao espelho. Longe de casa, em terra tropical, na posição de espremer homens e mulheres mais facilmente do que matéria inerte, os holandeses precisavam esquecer a “insulação” na qual, distante da Europa, se encontravam. Talvez flores em verdes passeios servissem para esquecer a obrigatória insolação a que expunham os *coolies*, para guardar de si alguma impressão de humanidade, no trato com seus empregados, a maior parte isolada longe de seus locais de origem, recrutada por aliciadores para uma ilha, onde, por fim, seriam um grupo proletário etnicamente específico, ao lado de um outro.

Ocorre que tudo isso, como de hábito, tem lugar. Encantadoras e sãs promenades se faziam ver entre o escritório e as casas onde os administradores e suas famílias residiam. Era nos trópicos, mas era aí, nesse lugar específico, que era possível encenar a continuidade da Europa; não era no eito, onde construir secadouros, pelas mãos dos jaus, era de estilo outro. Asiático.

#### “AFORA GRANDE NÚMERO DE TRABALHADORES LIVRES”

O dia da segunda excursão por uma área nicotínica iniciou-se pontualmente às 6 horas com a chegada do dr. Vriens, diretor de uma estação de pesquisa e defesa do tabaco. Acomodados num *mylord*, os passageiros iriam até uma das melhores plantações da Deli Maatschappij. Já em movimento, Calmon sentiu o “bulício das ruas” enquanto se distanciava do hotel. A contrastar com isso, ele anotou, “mísera kalinga” à beira do caminho, “seminua, de narículas e lábios deformados por grossos pingentes”, apanhava, “qual sonâmbula, em incessante vai-vem, níveas florinhas” juncadas ao chão, “para adorno de seus feitiços”. Entre estes, o de ter impressionado o brasileiro. Não era só a eficiência capitalista que o deixava pasmo.<sup>117</sup>

Na sede da administração da fazenda, o visitante foi recebido por de la Parra, “cujo tipo espanhol, apesar de holandês de nascimento” conquistou-lhe logo “a simpatia”; isto porque, talvez, o dr. Vriens tinha, momentos antes, se recusado a tratar da possibilidade de intermediar contatos visando a escolha de um especialista na cultura e beneficiamento do fumo, a ser contratado pelo governo da Bahia. Quem sabe, o dr. Vriens foi seco, direto e franco como os europeus gostam de se fazer passar. “Tudo que pudesse facilitar aos concorrentes estrangeiros meios de vitória” estava fora do alcance da pauta daquele passeio. Isso ficou estabelecido, ponto e basta. Sobre os *coolies*, em contrapartida, falou-se sem rodeios. “Afora grande número de trabalhadores livres”, que aliás não foi discriminado, a empresa tinha 848 “contratados” (*hired labour*), o que faz supor que os trabalhadores contratados fossem diferentes desse grande número de “livres”, sendo, talvez por isso

---

<sup>116</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 82-83.

<sup>117</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 91.

mesmo, distribuídos em “raças”. Eram 486 chins, 329 jaus e 33 kalingas. Mas tais números foram apenas o começo. Tal qual o informante do dia anterior, de la Parra era um “entusiasta dos chins”, tendo garantido que, sem os trabalhadores chineses, “não poderia subsistir a cultura do fumo em Deli”. Todo experimento e saber em favor do fumo que a estação experimental do dr. Vriens pudesse envidar dependia, mesmo, era, não apenas da pobreza dos trabalhadores, mas também de sua força, isto é, de sua capacidade em lidar com seus muitos e graves problemas, a exemplo do costume da roça de arroz. Assim como já fora prevenido sobre o estado em que os pés de fumo estavam (nem todos eram viço e promessa), já se tentara preparar o espírito do moço estrangeiro de modo a “não enxergar sombra de escravidão no regime a que estão sujeitos os trabalhadores”. E aí então foi a vez de Miguel Calmon ir direto ao ponto. Mesmo sendo escravidão “disfarçada”, a contratação dos *coolies* “não deixa ela o ser”. E, me parece lógico, é por isso que os contratados não eram livres. Em plena bela época – o início do século XX –, a notícia de trabalhadores privados da liberdade de ir e vir, excitava “clamores entre os liberais da metrópole”, os quais pintavam “em negras cores a situação”; pintura em alguma medida indicativa do que prevalecia na *plantation* holandesa de fumo: acordos impositivos de um “regime de meia escravidão” (o que faz pensar em meios senhores de escravos). O entusiasmo pelos chins não deixava de ser euforia com a experiência de estar por cima, enquanto os asiáticos estavam por baixo. Se os chins desaparecessem de Sumatra assim como os libertos desertaram dos engenhos de açúcar no Recôncavo, uma “profunda revolução”, prognosticou Calmon, se abateria sobre a indústria batava do fumo. Deve ter pensado, nessa hora, como o 13 de maio havia sido uma data revolucionária para os recém-nascidos ex-senhores de escravos. Não haviam vendido seus escravizados porque, sem eles, não havia lavoura. Não havia lavoura sem as “negras cores” da escravidão. Isto era fato. E, em havendo escravos, vigorava a autoridade senhorial. Em poucas palavras, enquanto houvesse escravos no eito, é porque havia supremacia de classe e, logo, existia lavoura – florescente ou decadente, tanto faz. No entanto, no 14 de maio, deram por falta da mão-de-obra e de sua voz de comando, esta ida embora com a arribada daquela. Assim como o eito era o último lugar a se introduzir trabalho livre (proletários brancos), o engenho era, por isto mesmo, o bastião da política de domínio senhorial. Em Sumatra, seguindo os passos de Calmon, só posso pensar que uma drástica e não-anunciada mudança histórica que não previsse, nas suas disposições transitórias, um meio de ser aplicada ou amortizada, deitaria por terra o entusiasmo de de la Parra pelos *coolies*.<sup>118</sup> Se tivessem liberdade ou se não precisassem mais se submeter aos seus mandos, os *coolies* então nada seriam além de um pululamento humano, fator de perigo amarelo, vetor de males doentios.

---

<sup>118</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 92, 104.

Em virtude do desassossego dos holandeses na Europa, fizeram-se “sucessivas concessões às idéias liberais”, nas leis então as mais recentes. Contudo, “na prática”, o domínio da lei era “pouco sensível” no que tocava às condições de trabalho; haja vista seu raio de ação ser repellido pelo predomínio dos “chefes indígenas”, cuja vontade não divergia “da dos patrões”. Maneirosos, os holandeses conheciam e adulavam suas “manhas” – concessões aos seus excêntricos costumes nativos, dinheiro, proteção – e, assim, os ajeitavam “ao talante”, isto é, iam ao encontro de seus caprichos, entre estes, afora os sugeridos, o de assegurar que as leis liberais não passassem de panos quentes aplicados aos interesses humanitários dos holandeses na Holanda. Apesar de tudo isso, as leis, possivelmente, não eram apenas para europeu liberal ir dormir com sua consciência em paz. As “ordenações” reguladoras dos contratos, mesmo na sua busca de defender os *coolies* “de maus tratos e assegurar-lhe algumas regalias”, eram (abaixo do Equador) escolhidas arbitrariamente – ao talante de administradores e feitores –, sendo aplicadas “senão as disposições que possam contribuir para maior perfeição e soma de trabalho”.<sup>119</sup> Havia, em síntese, um código rural em vigor. Era este o desejo e a precisão dos fazendeiros no Brasil; só assim poderiam de novo se reerguer, alegavam, querendo, de fato, ver os proletários das ruas e estradas, quilombos e casebres, com serviço e feitor, com moradia fixa conhecida, tendo os ordenados retidos em suas mãos, para cobrir dívidas, reparar maus comportamentos. Auxílio na doença, socorro no acidente, ampara na velhice, tudo podia estar em aberto, sujeito à negociação direta e permanente, entre as partes.

Meta no Brasil muitas vezes sentenciada – por escrito (nas fontes da pesquisa) – como complicada de atingir, o testemunho de Calmon não deixa dúvidas quanto ao trabalhador *coolie* consistir em ser livre forçado a trabalhar. Ao citar *in extenso* o artigo quarto da ordem de 13 de julho de 1889, vê-se que o empregado, a não ser para queixar-se de maus tratos sofridos, não podia afastar-se da empresa à qual servia sem dispor de uma autorização por escrito, dada pelo empresário, pelo administrador, “ou de quem quer que tenha a seu cargo esta função”. À medida em que computamos a reunião de chineses, malaios, javaneses, e outros grupos, numa mesma plantação, sendo os trabalhadores provavelmente iletrados em seus respectivos e específicos alfabetos, tal autorização, provavelmente redigida em holandês, devia servir a algum tipo de controle policial fora dos limites das fazendas e, claro, antes de mais nada, para os *coolies* poderem sair de tais fazendas sem ser perseguidos ou castigados. Ordenava-se, outrossim, que o empregado devia “regularmente fazer a sua tarefa, executar fielmente as ordens dadas pelo patrão, ou seu representante, e conformar-se, em tudo, com o contrato”. Os “engajamentos” – não foi usada a palavra contrato – eram de três anos, mais um renovável. Sendo muitos, e bem conhecidos, os abusos sucedidos enquanto se usufruía a força de trabalho da mão-de-obra após, primeiro, seu

---

<sup>119</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 104, 105.

recrutamento, e, logo depois, seu engajamento, havia pressões em favor da diminuição do tempo de vigência do contrato. Também havia gestões no sentido de “impor certas obrigações aos plantadores”. “Tudo isso” era “ocioso”, conclui o viajante. Para ele, jaus e chins só conheciam “a lei que o chefe da tribo lhes impõe”, diretiva “sempre” calibrada de acordo com os “desejos do administrador”, não sobrando espaço para a “lei holandesa”. Tinha vigor, sim, a “vontade” particular da empresa holandesa, baixada pelo administrador holandês, que por sua vez se expressava por intermédio dos “capitães”, que eram etnicamente diferenciados, e dispunham “lei própria”. Esta supervisão, que era denominada pela perspectiva “ocidental” de “indígena”, determinava, para os trabalhadores, rígidas condições de produção e disciplina (das quais, por conseguinte, os holandeses não eram diretamente imputáveis). Em fina sintonia, administração e feitoria premeditavam suas atitudes para não abrir brechas ao acúmulo de suspeitas e acusações contra o governo batavo das Índias orientais.<sup>120</sup> É bem possível, lógico, que não fosse fácil a um *coolie* sair livremente da fazenda onde trabalhava e morava como um engajado para queixar-se de questões trabalhistas, mesmo sendo esta a única possibilidade para a qual não precisasse de autorização. Como justificar a ousadia defronte ao feitor ou como fazê-lo sem o feitor tomar instantâneo conhecimento? Em segundo lugar, qual idioma usar para transmitir isto a um holandês, se fosse holandês o encarregado de ao menos ter ciência da ide-e-volta do *coolie* que foi reclamar?

Com os *coolies*, o sistema era bruto. Mesmo para os olhos de Miguel Calmon, “a justiça”, quando havia, era “muito sumária”. Aqueles que “claudicam”, anotou ele, eram “julgados em Medan com poucas formalidades e condenados a multa ou trabalhos públicos, conforme o delito”. Também rápida e cortante era a dispensa: se “o patrão” verificasse que “o trabalhador” era “incapaz para o serviço”, o contrato era desfeito, possivelmente sem ônus rescisório para a parte empregatícia. Nos trâmites e recintos fora do local de trabalho, “os funcionários holandeses” eram, “em geral, condescendentes com os patrícios, pois encaram as raças orientais como inferiores”, o que explica, em parte, direitos trabalhadores serem considerados regalias, atribuições que não deviam ser reconhecidas a seres racialmente inferiores. Claro que, nestes termos, seres superiores eram tratados melhor, mesmo que fossem eles acusados de queixas justas, referentes a maus tratos. Crente na sua situação de superioridade racial, um informante narrou episódio “para mostrar não haver motivo de tanta bulha pela situação dos cúlis”, os quais, no seu modo de ver, “já gozavam assaz de garantias”. Narrou, então, caso de *coolie* que, tendo queixado-se à autoridade (por ter o patrão lhe dado uma bofetada), depois recusou-se a receber a “satisfação” de seu agressor, sentenciado a pagar-lhe cem florins. Na entrega da quantia, o queixoso recusou-se a pegar o dinheiro, “dizendo não lhe pertencer”. Só teria ficado com a quantia sob a condição de ser

---

<sup>120</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 105, 106.

devolvida ao empregador. Seguro de si, o narrador tinha o reclamante como alguém em “estado rudimentar de inteligência”. Ao verificar sua “inferioridade”, “satisfeito” finalizou a história. Dissonante, Calmon entendeu que o chim agira da maneira relatada em virtude da “injunção do tandil”, que talvez lhe tivesse ameaçado com reprimenda pior que uma segunda bofetada. Sem forças para se contrapor, o reclamante fez questão de não receber indenização alguma. O fato é que o visitante baiano não pensava como seu informante e viu na atitude, não inferioridade racial – o que existia, claro –, mas sim a burla da “lei holandesa”. Ao concluir sua digressão, o secretário da Agricultura da Bahia escreveu ser “melhor” – e “claramente” – dizer que os plantadores de Deli não podiam “dispensar” seus “servos”. “Iludir o público com regulamentações puramente formais” não tinha validade.<sup>121</sup>

Nessa manipulação do tandil, que restaura a devida assimetria entre raças avançadas e atrasadas em termos civilizacionais, deve-se em acréscimo notar a feitoria “indígena” ajeitando as relações ao talante dos holandeses. Embora cem florins não fosse uma quantia irrelevante para um *coolie*, não era dinheiro o problema, mas a ofensa de ter reclamado na justiça o desagravo a ser resolvido. Além disso, se as “negras cores” usadas para dar notícia dos *coolies* na liberal metrópole não deviam abrir os olhos para a “sombra da escravidão” (havia afinal a necessidade de governar as Índias orientais), as brancas cores para pintar holandeses louros de olhos azuis como senhores de escravos parecem ter sido bem menos utilizadas. Eles eram respeitáveis empresários de sucesso e suas verdadeiras moradas eram banhadas pela aurora boreal. Dispor de feitores – tandil, mandur – encarregados de lidar diretamente com os *coolies* era um jeito muito bom de se dar. Dentre outros atributos, esse escalão estava encarregados de não sentir a repulsa que carcomia o íntimo de sábios homens brancos. Durante esse dia, ao divisar os “vastos pavilhões” onde os *coolies* eram alojados, janelas de alçapão permitiram a Calmon devassar “o interior dos míseros lares”. Ecoando a velha acusação senhorial sobre a senzala amoral, ele escreveu: “vivem aí os trabalhadores de cada raça, um tanto promiscuamente, e só a proximidade do chefe (tandil ou mandur) lhes impõe respeito e disciplina”.<sup>122</sup>

A verdade era simples lá e cá. Sem compelir os livres à dura lida no eito, não sucederia progresso algum na lavoura. Mas era preciso insular a mão-de-obra em lugares para o qual, já no recrutamento, tivesse início um processo de fragilização, desarticulando-a de suas comunidades de origem, seus territórios. Uma vez imobilizada por meio de seu engajamento numa empreitada com rígido controle sobre seus movimentos, os de ir e vir, legislação e contratação, por sua vez, definiriam deveres como constância, morigeração, obediência e conformismo. Regularmente apoiados nos préstimos da polícia, os patrões, além da liberdade de admitir e dispensar, se

---

<sup>121</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 107, 108.

conseguissem pagar pouco e, mais que isso, não pagar todo esse pouco, maximizavam suas chances de lucro, no decorrer de uma jornada de dez horas, durante um contrato fechado para um certo número de anos. Assegurar aos assim chamados desviantes ou recalcitrantes o medo ou a certeza de represálias como descontos e multas, ou cadeia e castigos, era uma forma de salvaguardar a exploração, a qual, para pagar pouco pelo serviço – e verdadeiramente conseguir o resultado desejado –, dependia de implacáveis fatores, bem como da polícia. Por fim, concordar com o uso provisório da terra para plantio de arroz depois da colheita do fumo, podia ser, aos olhos de quem enxergava a desigualdade a partir de cima, mais uma liberdade dada aos *coolies*, que tinham, conforme dito acima, regalias e garantias já em bom número. Com certeza, os fazendeiros holandeses gozavam de uma situação confortável para ser dadivosos. A disponibilidade da terra era tamanha, que depois da colheita do fumo e do arroz, havia solo em pousio durante dez ou 16 anos. Não obstante a mão aberta e o bom coração dos senhores, “a ração normalmente era escassa”, sintetizou Walter Fraga a propósito da dieta dos trabalhadores nos canaviais e engenhos do Recôncavo da Bahia. Os escravos “eram obrigados a trabalhar dobrado, aos domingos e feriados”, para manter suas roças de farinha, quando tinham anuência para tal, ou para variar os alimentos.<sup>123</sup> Coincidentemente, tanto *coolies* quanto negros tinham de suar muito, de enxada na mão, para ter algum espaço de autonomia.

#### BURBURINHO DA CULISADA

Após mais uma noite dormida no hotel de Medan, o baiano e o sergipano embarcaram num trem em demanda da plantação de Simpang-Ampat, propriedade de Marinus, plantador de fumo, café, *rambong* e seringueiras (borracha). Ao partirem, às 6, já se viram “assediados pelo burburinho da culisada” (o autor pede perdão pelo “hiper-neologismo”). Tal como nas suas respectivas capitais, Salvador e Aracaju, as cidades eram espaços de visível maior autonomia para os de baixo. Não por acaso, generaliza-se que, “nas estações”, era “sempre curioso o movimento de cúlis”. Curiosa, igualmente, foi a maneira de distinguir os *coolies*. Por um lado, as “raças”. Por outro, trajes “variadíssimos”. Havia trigueiros chins de “cascos” raspados e “longos rabichos, terminados em tranças esmeradamente”. Malaios e jaus “com *sarongs* multicolores e turbantes meio entouchados” circulavam entre *kalingas* “quase desvestidos, de largas testas lisas, toucados de negros cabelos soltos”. Battas de “aspecto selvagem” completavam o lado masculino. Entre as mulheres havia as “envoltas em cabajas, com as bocas abrasadas de mascar betel” e ainda outras: “de orelhas e lábios

---

<sup>122</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 109.

<sup>123</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 88, 90.

perfurados, trazendo pendentes grossas argolas de metal polido”. Toda e qualquer aspiração etnográfica parou aí. Era uma “multidão heterogênea e bulhenta” e seu aspecto feria o “espírito do estrangeiro não habituado aos usos insólitos e ao pululamento dessa gente semibárbara”. Embarcado no trem, em vagão apropriado à sua classe, Calmon transportou-se “completamente insulado de tão desagradável companhia”.<sup>124</sup>

Esse incômodo com a culisada era a tradução, para o cenário da viagem, de vezeiro desarranjo ante o bulício proletário no Brasil, seus ajuntamentos e rodinhas. À medida, porém, que Miguel Calmon se aproximou de seu destino, o bom humor voltou e, com ele, a admiração pelo domínio holandês na Ásia. Um tanto mais rústica e silvícola, e também extensa, a propriedade de Marinus, não tinha “uma só ruína”. Respirou-se, do início ao fim, a sua “geral prosperidade”. Recebidos pelo fazendeiro em sua vivenda, um vestíbulo “à romana” deu acesso aos recém-chegados, que subiram uma de duas escadas opostas para chegar ao átrio, “onde se passava”, como numa casa-grande brasileira, “a melhor parte da vida dessa generosa família”. Em brancas cores, a fisionomia do roceiro traduzia “os sucessos da existência”. Confiante, inquebrantável, a ele “a fortuna mimosa sempre reservou os últimos louros”. Produtora de 500 toneladas de fumo anuais, a propriedade tinha ao todo 8,5 mil hectares e dava trabalho a 1,2 mil *coolies*, contratados para serviços vários, da derrubada da mata ao beneficiamento da mercadoria. Antes de o sol esquentar muito, num *dog-cart*, avistaram-se os primeiros sinais de plantio agrícola. Imediatamente, cerca de cem cúlis compuseram o cenário, pois “lavravam aturadamente o solo”. Os chins manuseavam os *tjankols* de cabo longo enquanto que os jaus usavam a mesma ferramenta, mas com cabo pequeno e encurvado. Os jaus estavam de tal modo “vergados sobre a terra que parecia insustentável a posição”. Assim persistiam, retrucou Marinus, pois de outra forma não se ajeitavam. “Com perfeição”, cuidavam do terreno que lhes era distribuído.<sup>125</sup>

Desagradáveis na estação ferroviária, inexcedíveis no eito, os *coolies* estavam no seu lugar. Malaios e battas deitavam florestas onde, fazia então pouco tempo, transitavam elefantes. Finda a derrubada, feita a remoção de madeira a ser reservada para obras, o terreno era confiado a chins ou jaus, para ser arroteado. Para tal, faziam novas separações de troncos, lenha, e mato, montavam medas e as queimavam. Talavam depois os “derradeiros vestígios” do solo virgem e se dedicavam a sucessivas lavras. “O que espanta”, registrou o visitante, “é a quantidade de obra acabada em breve decurso”. O método aplicado pelo proprietário, mesmo com o embargo de seu caráter rudimentar, e “a abundância de braços” eram fatores para o êxito em “metamorfosar de pronto e por completo”

---

Fraga F<sup>o</sup>, Walter, *Encruzilhadas da Liberdade. Histórias de Escravos e Libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2006, p. 221.

<sup>124</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 120, 121.

<sup>125</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 124-26.

mata nativa em terreno amanhado para o plantio. De volta à casa de fermentação do fumo, foi retomada a conversa sobre “defeitos e qualidades peculiares aos trabalhadores”, segundo suas “raças”. Sendo confirmado o bom juízo já feito sobre chins e jaus, deu-se a conhecer as desvantagens dos malaios. Estes eram os “piores”. Por estarem no local desde a derrubada da floresta, exerciam as suas “prerrogativas” de assumir a primazia do extrativismo, o que causava constantes “distúrbios”. Sem remédio mesmo era o seu indefectível costume de não encontrar prazer “senão na vagabundagem”.<sup>126</sup> Talvez, o extrativismo que os malaios controlavam viabilizasse não só uma dieta mais rica e saudável, mas também fosse meio de independência e livre arbítrio, exatamente – como já foi dito – o contrário do que o abolicionismo senhorial, no Brasil, tinha por intenção. De modo indiciário, em queixas como essa sobre os malaios, sobre sua vagabundagem (talvez jogos e festas), é possível perceber a presença dos de baixo em sua relação com os de cima. Também a matéria inerte, como é sabido, possui agência.

#### ÁRVORES E TRONCOS, SEMENTES, E FERTILIDADE

A caminho do galpão de beneficiamento do “precioso fumo”, Miguel Calmon interrompeu a comitiva por instantes para fotografar dois bastos *rambongs* (*Ficus elastica*) já em plenitude de maravilhar os olhos. Foi a chance para botar reparo também em “tosca armação de madeira” de onde pendia “estranho sino”, batido para “dar os toques de serviço, já chamando os cúlis ao trabalho”, ou de anúncio do intervalo do meio-dia, “ou concitando-os a voltar aos lares em caindo a noite”. Hesitante quanto a ser um de fato um sino, o “curioso instrumento” foi motivo de exame e minuciosa descrição. O “prestativo tambor”, foi apurado, soava seus batimentos de dia e de noite, marcando as horas nas ruas das cidades e nas estradas. “Tem algo de lúgubre”, confessou o engenheiro, “esse som cavo, à noite, como que ecoando em todas as direções”. Receoso, o visitante levantou a informação de servirem de meio de comunicação aos “indígenas”. Se aqui Calmon quis referir-se aos povos autóctones da ilha ou, mais frouxamente, à culisada, não é possível discernir. Mas convém atestar que a gente “semibárbara” pululante nas estações, assim como a mísera feiticeira kalinga, que ele também observou, despertavam algo além de sobranceiro esnobismo de classe. Medo e incerteza são autoevidentes nas lembranças do baiano e filho de chefe de polícia Madureira de Pinho, possível conhecido de Miguel. Em livro autobiográfico, ele escreveu que “logo que nos mudamos para lá [o bairro da Vitória]”, assaltou-lhe “o ruído surdo dos atabaques”. Sobressaltavam, prossegue, “muitas de minhas noites”. Diziam-lhe “ser o eco de candomblés que batiam na baixa da Graça. Isso e o uivo dos cães anônimos me perturbavam muitas noites de

---

<sup>126</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 127, 130.

sono!”.<sup>127</sup> No breu das noites de Medan, quiçá Miguel sentiu, entre as quatro paredes da privacidade de um quarto de hotel, sensação similar a de Demóstenes, desassossego que ele certamente conhecia (ao menos de ouvir falar), dado ser de notório saber o acovardamento senhorial, na parte da noite. Teria a mísera kalinga lhe feito um feitiço?

Durante aprazível *tiffin*, o homem de ciência estava de volta a si. No “seio da família” patriarcal de Marinus, na intimidade e segurança de uma casa-grande, o baiano desfrutou “felizes momentos” de hospitalidade. Coisa de branco. Já não se falou de *coolies*, mas, de fato, palestraram sobre algo bem próximo. A “situação da Holanda em face de suas vastas colônias” foi tema de acesa conversação. Em alguma medida, a situação parecia a de Portugal perante sua América Portuguesa – e este foi um raro instante para Calmon ver alguma vizinhança entre as duas metrópoles colonialistas. A conquista neerlandesa se detinha na exploração de suas riquezas por não dispor de recursos suficientes para assenhorear-se de um território colossal. Constantes lutas com os naturais da terra (de Sumatra, de Macassar) esgotavam esses mesmos poucos recursos. Da guerra com a Rússia, o “espantelho do Japão” mirava as ilhas do sudeste asiático com avidez imperialista. Tudo enfim, arrematou-se, levava os holandeses a encararem com fatalismo a perda de seu além-mar. Logo, nada de que não pudessem tirar rápido lucro merecia qualquer esforço; parecia inexistir futuro. Quando Marinus afinal dirigiu a prosa para a heveicultura (*Hevea brasiliensis*), um “reparo frisante” reverteu o rumo da prosa. Enquanto a “opinião da coletividade” imergia em “desânimo e inação”, havia por outro lado a ousadia dos particulares. Nesse grupo estava o anfitrião, que havia mandado plantar seringueiras e ficus em meio a pés de café, em duas fazendas suas. Antes das amáveis despedidas, combinaram de trocar seus pareceres a propósito da produção de borracha no Ceilão, sobre o que o brasileiro deu a entender estar mais inteirado.<sup>128</sup>

No dia anterior, momentos depois de receber o informe peremptório do dr. Vriens a respeito do estrito controle do sindicato do fumo sobre a exportação de sementes, Miguel Calmon foi, sem maiores problemas, guiado por de la Parra ao seu “jardim de ensaios”. Com muito custo acreditou o baiano ter contido o seu receio de que ali se cultivava um “concorrente invencível” – o *rambong*, ou ficus – “na produção da goma elástica”. Este seu comedimento era um contraste com o entusiasmo do fazendeiro com seu horto. Aliás, para o secretário da Agricultura da Bahia, grassava “no Oriente verdadeira ‘loucura’ no plantio da seringueira”, febre o que o deixava preocupado com o futuro dessa lavoura no Brasil.<sup>129</sup>

Foi ao escrever mais sobre isto que sucedeu a sua vez de fazer um significativo adendo.

---

<sup>127</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 132. Pinho, Demóstenes Madureira de, *Carrossel da vida*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1974, p. 51.

<sup>128</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 134, 136.

Em seus escritos sobre a produção da borracha, Miguel Calmon versa sobre as medidas que buscou tomar no sentido de encorajar a defesa e o desenvolvimento da cultura dos cauchos, árvore que dá a goma elástica. Para tal, voltou a remeter-se à sua viagem à Ásia. Enquanto os bons preços do chá e do café animavam os proprietários de terras das possessões britânicas, não se plantavam seringueiras de modo a conformar uma nova fronteira agrícola, mas esta veio a se definir quando os lucros foram deprimidos. Os “plantadores do Oriente” passaram a investir na extração do látex com “vigor e entusiasmo”, o que era, exatamente, a carência dos senhores da lavoura no Brasil. Diante dos fatos, Calmon temia que a heveicultura passasse pelo mesmo que “aconteceu com a quina” (vegetal arbustivo de casca rica em quinino), a qual, sendo endógena da Amazônia, passou a figurar, maciçamente, nas plantações de Java e Ceilão. Para um homem de ciência para quem a “causa da lavoura” era sem dúvida “a mais nacional de todas as causas”, a “carestia” da mão-de-obra causada “pela súbita transformação do trabalho agrícola, com a libertação dos escravos”, era uma variável importante. Calmon também não duvidava de que “um dos principais fatores do desenvolvimento rápido das plantações asiáticas” residia “na abundância e barateza da mão-de-obra”, verdadeiro “flagrante contraste com a carestia da mão-de-obra”. Já na Amazônia, onde espontaneamente brotara a silvícola *Hevea brasiliensis*, “a falta de mão-de-obra abundante e barata tem sido, e ainda é, um dos maiores estorvos para qualquer empresa agrícola”.<sup>130</sup>

Calmon tinha mais outra certeza. Conquanto moléstias devastadoras fossem muito mais freqüentes em plantações do que na endogenia da mata equatorial, “seria absolutamente insensato esperar duma moléstia ainda não descoberta ou de qualquer fenômeno meteorológico extraordinário a destruição das plantações asiáticas e a salvação da indústria amazônica”. Dito de outro modo, os senhores brasileiros podiam estar certos de ser improvável, na Ásia, uma arrebatadora depressão ou um desgaste físico semelhantes à intempestiva abolição, sem indenização aos senhores, que tivera lugar no Brasil. Eram os efeitos de tal tormenta sobre a “classe de agricultores” – e não a falta de braços – o principal fator para o “nosso atraso”. Não havia pessoal dirigente para organizar “uma grande empresa agrícola com resultado seguro”, ao passo que, “no Oriente, estes homens não faltam”. Ceilão e Java, em particular, eram um “viveiro” de “excelentes administradores de plantações”, dos quais Kasteleijn, e de la Parra, e Marinus, eram vigorosos espécimes. Isto era o que faltava ao Brasil, antes de mais nada. Cioso quanto ao papel que ele mesmo se arrogou, o engenheiro da Bahia apontou como “primeiro dever de todo brasileiro” envidar os “melhores

---

<sup>129</sup> Calmon, “Dos métodos de”, op. cit., p. 92, 111. Calmon, Miguel, “A depreciação da borracha”. In: *Fatos econômicos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1913, p. 201.

<sup>130</sup> Calmon, “Depreciação da borracha”, op. cit., p. 209. Calmon, Miguel, “A influência da solidariedade na agricultura nacional”. In: *Fatos econômicos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1913, p. 261, 266. Calmon, Miguel, “O plantio da seringueira no Oriente e na Amazônia”. In: *Fatos econômicos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1913, p. 403.

esforços” para “a nossa raça” – a raça quatrocentona de Miguel, dos Calmon – não se expor à derrocada de “suas qualidades viris” (curiosamente, ele mesmo não deixou prole; ao menos até onde é reconhecido ou sabido). Tinham sido apenas os varonis lusitanos criadores do Brasil, com seus espírito de independência, quem – em “todas as colônias portuguesas” – havia conseguido expulsar os holandeses, impedindo-os de se estabelecer sua invasiva presença na Bahia e Pernambuco.<sup>131</sup>

Perdidos os escravos, sem indenização, apegados à imprevidência e à rotina de seus ancestrais, os senhores, no quadro do pós-abolição das elites, viviam quadro desalentador: propriedades em ruínas, sem método, sem vontade ou arrojo capitalista, sofrendo com uma adoentada autoridade senhorial. Tinham, no mínimo, de garantir a sua autopreservação racial para conservar a sua querida pala senhor. Eles não podiam se perder de si mesmos. Era o que pensava Calmon, conjectura que efervesceu na viagem à Ásia. Achava-se ele “bem longe da pátria, entre povos de costumes estranhos, e, ao defrontar com uma civilização de amoucos”, Calmon indagou-se: “haverá, efetivamente, raças taradas, às quais não seja lícito aspirar o gozo da liberdade, ou serão esses povos vítimas dos erros e da imprevidência dos governos?”. “Cedo”, se convenceu “de que a ultima razão bastava para explicar-lhes todas as desgraças”. A despeito de seus brios guerreiros, os jaus, por exemplo, haviam sido “homens valorosos” (comparáveis aos japoneses, que tinham então derrotado a Rússia), mas nada mais eram, aos olhos de Calmon, do que “seres servis, cuja única ambição se resume em lisonjear os chefes a que estão sujeitos”. Julgados “felizes” pelos homens brancos que escreveram sobre eles – pois afinal conseguiam o que comer com a paga que lhes davam –, a sabujice dos *coolies*, vista de cima, só não podia ser comparada à sua fértil capacidade de multiplicação populacional, espantando o baiano dada a sua “proliferação”.<sup>132</sup> E, não por acaso, ele, quando os via agrupados, falava em formigueira pululância humana, manifestando conscientemente querer distância da mísera kalinga e da gente semibárbara aglomerada nas estações ferroviárias. Aliviado entrou em carros – *mylord*, *dog-cart*, vagão ferroviário – onde raça e classe coincidiam harmonicamente, adequadamente, *comme il faut*.

#### AS QUALIDADES VIRIS DE UMA RAÇA E OS DEGENERADOS CRIMINOSOS

Nesse cálculo de Calmon quanto ao pacto de impedir a queda das qualidades viris de sua raça – de sua classe –, parece haver um certo arrefecimento na voracidade sexual do homem branco senhor. Talvez uma nova e maciça mestiçagem fosse vetor de perda de condição racial, o que era

---

<sup>131</sup> Calmon, “Plantio da seringueira”, op. cit., p. 403, 404. Calmon, Miguel, “A política e o desenvolvimento econômico”. In: *Fatos econômicos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1913, p. 276.

<sup>132</sup> Calmon, “A política e o desenvolvimento”, op. cit., p. 275, 276.

necessário para a hierarquia entre as classes. Uma possível e nova mistura levaria a uma alteração nas diferenças de tipos sociais, em sociedade de fazendeiros que se descreviam sem dinheiro para gastar. Ante a possibilidade de uma nova mistura, poderia haver perda de nitidez nas distinções raciais de classe social. Do ponto de vista senhorial, esta imaginada borradura em fronteiras cujas nitidez e diversidade haviam sido definidas pelo patronato agrícola já estavam, eu creio, em estado de fadiga, do ponto de vista senhorial. No meu modo de ver, aos olhos dessa classe, simplesmente substituir negros por asiáticos, sem uma clara vantagem na sua posição de comando sobre a relação, já não era uma solução. Expostos à presença perturbadora de homens e mulheres subalternizados, numa relação tensa, conflituosa e temível vivida anos a fio, geração após geração, Calmon exprimia estarem os senhores sem aquele arrojo indefectível de antes, indispostos agora a viverem, de novo, demoradamente, a mesma relação.

Outra possibilidade era, não obstante o desejo sexual estar aceso, o insucesso, do ponto de vista reprodutivo, estaria na dificuldade de originar uma nova raça aproveitável à civilização. A culisada, por ser feita de “amoucos”, gastaria a virilidade quatrocentona com uma mistura perniciosa. Em outras palavras, pertencente à elite letrada da Bahia, como homem de ciência, ele idolatrava a sua História, mas, no entanto, não julgava inesgotável a despreocupação dos portugueses com a mestiçagem. Na verdade, o comistão racial devia ter paradeiro e já era para ter sido encerrado.

Em terceiro lugar, talvez Calmon estivesse incerto quanto à capacidade reprodutiva de sua “raça” frente à pululante culisada, o que implicava em considerar, gravemente, as conseqüências estratégicas de uma eventual curva de declínio demográfico. Desta vez, quem possivelmente chegaria escorregando em sexo ao desembarcar, seria, não mais os lusos pais fundadores do Brasil, mas os chins, os indianos, os jaus, os malaios, os battas. Neste caso, o insulamento da elite branca e senhora se tornaria ainda mais agudo. No desvão entre o abatimento e a impotência, parecia sensato indagar da impossibilidade de manter a taxa de reprodução de sua classe social e com isso assegurar a imposição genética – racial – frente a uma nova e ubertosa onda imigrantista .

De todo modo, é evidente que perda de qualidades viris era perda de vitalidade racial que, por sua vez, representava adicional perda na fendida posição classe dos proprietários de terras, esteio da nacionalidade brasileira. Dada a tibieza ou rouquidão da voz de comando senhorial – não havia quem obrigasse os proletários ao trabalho – a classe dominante já se sentia assaz insegura. O futuro na cabeça do moço Miguel, puríssima prata da casa-grande quatrocentona, jazia na defesa da mais nacional de todas as causas – a lavoura –, em apuros desde a abolição. Seu problema maior, ele diferenciou, não era a falta de braços, mas a falta de homens, dirigentes, engenhosos, e arrojados, o que aliás, não só incidia sobre a candente vicissitude da falta de braços, como também agravava a sensação de estarem as “classes superiores” sitiadas, nas mãos das “classes perigosas” (o

que deixa claro que a relação entre as classes vai muito além de subalternos passivos, nas mãos de seus senhores). Sendo o fumo um hábito cultural, no passado, tão masculino e privado – os senhores praticavam tabagismo em exclusivos clubes, ou se retiravam para o fumadoiro, após o jantar, onde bebiam conhaque e fumavam charutos –, de quanta nicotina precisariam, para impor a sua albumina?

A imigração em massa de *coolies* para o Brasil representaria, politicamente, um encontro às cegas com uma gente muito diversa e perturbadora. Índios banquetearam-se com as carnes do bispo Sardinha. Negros se insurgiram contra seus senhores. Italianos deflagraram greves. Qual perigo desembarcaria aqui com a culisada, em acréscimo à languidez e aos eflúvios, sem cerimônias, de seus banhos fluviais, afora sua feitiçaria, seus jogos, seus tambores lúgubres, sua fleugmática resiliência, e uma notável capacidade para a proliferação? Trariam ópio para amansar seus senhores?

Conforme fonte supracitada, se, sob o manto de “contratos de locação de serviços”, o *Jornal do Recife* (em 1880) exprimiu inquietação com o “monopólio” que os chineses, mesmo debaixo de uma “nova escravidão”, acabariam exercendo sobre o comércio, as pequenas indústrias e os serviços domésticos, talvez, então, a sabujice da onipresente culisada pudesse dissimular algo além de dependência. Podia ser a emulação de uma imagem na qual outras possibilidades eram com astúcia dissolvidas, silenciadas pelo seu burburinho, cedo da manhã, nos logradouros movimentados. Sua subserviência podia estar em todos os lugares e em lugar nenhum, assim como, em lugar nenhum, Calmon notou o seu livre arbítrio, embora em diversos lugares ele exista, para ser percebido, em seu relato. Enquanto servia para atrair a atenção para seus “exóticos” costumes, o bulício da culisada repelia os civilizados, enojados ou temerosos ante o vai-vem de sua “inferioridade” racial. No eito, passavam horas em posições difíceis de imaginar ou repetir por alguns momentos, o que dizer lidar com a terra sob o sol. Suas mãos ágeis e seu poder de concentração eram fundamentais ao processo de trabalho pelo qual o fumo era beneficiado, deixando de ser uma verde folha qualquer para ser uma corda dura, escura, unguenta e cheirosa, antes diligentemente sortida, seca e fermentada. Também metamorfoseavam a floresta em solo agricultável de incrível maneira. Parodiando Chalhoub, escrevo que Calmon exprimiu uma mentalidade de classe tão consciente de si que, apesar de não ser evidente ou indiciário um pontiagudo antagonismo da parte dos de baixo, nem por isto os *coolies* foram mais fáceis de modelar do que matéria inerte.

Em sua dissertação sobre homossexualidade masculina na Bahia do século XIX, Daniel Vital Silva cita Manoel Bernardo Calmon du Pin e Almeida, irmão de Miguel. Manoel Bernardo é autor de *Degenerados criminosos*, publicado em 1898. Para Silva, o ex-interno de clínica médica da Faculdade de Medicina da Bahia segue um “itinerário confuso”, em termos teóricos, quanto à

degenerescência racial. Mas ele – Manoel Calmon – não deixa dúvidas quanto estar correto sobre a maior predisposição da população baiana à “degeneração hereditária”. Tese bastante difundida por outros autores, e sempre enunciada em termos generalizantes, Silva a expõe o pensamento de Calmon: “o mestiço baiano herdava o pior de seus ancestrais. Quando voltados ao trabalho e colocados numa posição de submissão, ainda se tornavam permeáveis ao progresso social”. Nas palavras do médico mesmo, “o mestiço” era “um degenerado por defeito de uma união híbrida entre o branco, o negro e o índio”. De tal comistão, haveria “naturalmente” de “predominar os elementos mais propensos à inferioridade”. Essa “hereditariedade comprometida” dos baianos – exceção feita à sua castiça elite branca, sinônimo, lógico, de classe dominante – “poderia levar ao desenvolvimento de toda a sorte de” morbidez, explica Daniel Silva. Suscetíveis à manifestação de “diversos tipos de perversão”, entre eles o “amor mórbido” entre homens, as classes inferiores lotavam as “prisões baianas”. Não fosse a intervenção saneadora da medicina, as prisões podiam encarnar o futuro da sociedade brasileira.<sup>133</sup> (Me parece óbvio anotar que também nas classes superiores havia homossexualidade, quer entre homens, quer entre mulheres. Na segurança de sua posição de classe, não iam, lógico, parar na prisão.)

Ao correr do estudo de Manoel, desfilam em profusão os detalhes de suas preocupações com os pretensos males resultantes da perda das qualidades viris de uma raça (raça, neste exato instante, por mim pensada como Miguel seu irmão a elaborou: simplesmente, a minha classe social, uma elite etnicamente diferenciada, distinta por seu sangue bom, isto é, puro, classe sita no ponto mais alto da pirâmide social dadas as suas propriedades, influência e instrução, onde fica apartada de desagradáveis companhias, mas é por elas servida). Deixando de lado inúmeros elementos do estudo de Manoel, observo que, para ele, numa “capital civilizada”, o “aumento progressivo da população” exigia vigilância e controle sobre os “prejuízos” consecutivos. Do ponto de vista higiênico, doenças germinariam. Do ponto de vista “moral”, foram citados elementos díspares entre si: o celibato, as paixões corruptoras dos bons costumes, a “avidez do ouro”, e “o acúmulo de um proletariado degenerado, física e mentalmente”, lado a lado ao “pauperismo”. Em acréscimo, “um mal que corrompe todas as classes, que invade todas as organizações”, o vício do alcoolismo lesionava os corpos e seria transmitido de pai para filho. Preocupação de Manoel e de Miguel – dois Calmon da Bahia – e do sergipano dr. Theodureto, o alcoolismo (previu o médico da Bahia), na quarta geração por ele vitimada, seria a causa da “extinção da família”. Somados – mas não pululantes –, celibatários, homossexuais e alcoólatras já constituíam dor de cabeça suficiente. Por um lado, cercavam de vícios a sã filharada da elite. Por outro, eram a ruína progressiva de um povo,

---

<sup>133</sup> Silva, Daniel, *A captura do prazer: homossexualidade masculina e saber médico na Bahia do século XIX (1850-1900)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBa), 2015, p. 170-172. Calmon du Pin e Almeida, Manoel Bernardo, *Degenerados criminosos*. Salvador, Litho-Typo e Encadernação V. Oliveira & C., 1898, p. 70.

e sua continuidade hereditária implicaria mais contratempos ou prejuízos à economia. Por tudo isso – costumes degenerativos, crimes e proletários degenerados –, o médico era refratário à mestiçagem. Em suma, nada de *coolies*, já que “como último contribuidor para a formação do tipo brasileiro está o branco”, ele vaticinou.<sup>134</sup>

A esta altura, vale a pena a repetir que o Brasil foi liberal e racista entre 1870 e 1930. Também vale a pena recordar o fim da autoridade privada do senhor sobre o escravo, a partir do que rebentou a sensação de que as classes subalternas deviam estar submetidas a políticas públicas de controle, para o que a ciência deu uma contribuição decisiva, da qual a República de imediato se valeu. Vale, em terceiro lugar, lembrar, com base em Manoel Calmon, que o trabalho regenera. Um “elemento principal” das modificações pelas quais as “prisões da Bahia” estavam obrigadas a passar era “tirar o criminoso da ociosidade” e “forçá-lo ao trabalho”.<sup>135</sup> Incomodar-se com trabalhadores bárbaros em seus costumes – o bulício da culisada –, investigar cientificamente a degeneração racial, compromissar-se com a defesa de uma raça, perante outras, como forma de cultivar relações de classe e, por fim, pautar o constrangimento dos outros ao trabalho são pontos em comum entre Miguel, Manoel e Theodureto, que são, por isto mesmo, homens de ciência que fazem a ponte entre o Brasil monárquico e Brasil republicano, sem ser molestados ou defenestrados por seu passado ou região.<sup>136</sup>

Para dar um pouco mais de clareza a esses traços de continuidade entre monarquia e República, convém examinar as palavras – umas sintéticas outras não tão breves – gravadas em duas fontes do último quartel do século XIX. As breves palavras do barão de Paranapiacaba, João Cardozo de Menezes e Souza, são diretas. Ele escreveu ser “indesejável o cruzamento com outros povos, pois que a raça chinesa abastarda, e faz degenerar a nossa”. De acordo com seus termos, que aliás refletiam uma “verdade antropológica”, a “raça européia” era frágil, pois parecia “abater-se na combinação com outras raças”, visto que “os mestiços [dos europeus] patenteiam sempre a constituição asiática, arábica ou africana”. No Brasil, os chineses inoculariam o “vírus da imoralidade”. Por sua vez as palavras de Eduardo A. Pereira de Abreu, emissário dos lavradores de Silveiras no Congresso Agrícola de 1878, são em maior número, mas igualmente sem rodeios. Ele mostrou aos seus pares as suas razões para não seguir com “plena aprovação” os pareceres

---

<sup>134</sup> Calmon, *Degenerados criminosos*, op. cit., p. 66, 67, 74. Calmon, Miguel, “O alcoolismo e a utilização industrial do álcool”. In: *Fatos econômicos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1913.

<sup>135</sup> Calmon, *Degenerados criminosos*, op. cit., p. 112.

Sobre sistema prisional e trabalho, ver: Trindade, Cláudia, *Ser preso na Bahia, 1865-1890*. Salvador, tese de doutorado em História (UFBA), 2012.

<sup>136</sup> Homens de ciência é excelente termo de Lilia Schwarcz para nomear as elites letradas atuantes, em diferentes lugares como os institutos de Geografia e História, as academias de Medicina, de polícia e de Direito, e museus, arquivos, bibliotecas. Eram “cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários”. Schwarcz, Lilia, *O espetáculo das*, op. cit., p.18, 28.

“luminosos” de São Paulo, Rio e Minas. “Considero uma calamidade para a atual lavoura a introdução dos coolies em nosso país”, alegou de chofre. “Eivados de maus costumes e corruptos por natureza”, “nem como máquinas de trabalho”, e mesmo se estivessem “esgotados (...) todos os recursos” – (a) os “naturais do país” e (b) a “colonização européia”) –, não era possível consentir com a vinda dos trabalhadores asiáticos. Voltando à carga, referiu-se aos *coolies* como “fracos e indolentes por natureza, alquebrados pela depravação dos costumes e hábitos que desde o berço adquirem, narcotizados física e moralmente pelo ópio”, o que os impediria de “suportar o árduo e penoso trabalho da cultura do café”. Contratos de locação que para cá trouxessem essa “raça inferior” seriam um erro, pois terminariam “inoculando” nas “veias” dos braçais do Brasil “um sangue pobre e degenerado, tóxico e nocivo às grandes leis do cruzamento de raças” (amálgama, desde o início, comprometido pelo “sangue impuro do africano”, o que, nestes termos, me faz concluir, segundo a cabeça do roceiro, não haver pureza racial alguma em África). Tampouco a imigração asiática teria serventia nem mesmo à guisa de “mera transição” entre os naturais do país (trabalhadores indígenas, os caboclos, ou afrodescendentes, os crioulos) e colonos europeus. Era absolutamente antagônico.<sup>137</sup>

Cerca de dez anos depois, o estadunidense Lamoureux em seu jornal *The Rio news* fez basicamente a mesma pergunta que inquietava baianos como o supracitado Afrânio Peixoto. “Mais mistura de raças”, indagou o estrangeiro em meio ao longo debate sobre a imigração de proletários chineses para o Brasil. Questão “crucial”, pontuou, para o que, emenda em seguida, ele gostaria de saber “que tipo de raça os brasileiros” viriam a ser... Ou queriam ser. Afora pitadas de asiáticos e mouros, o Brasil era já um gradiente multifacetado de “caucasianos, africanos e índios”. Brancos de “puro sangue” não passavam de uma “minoridade pouco próspera”, o que só pioraria com a “importação dos *coolies*”. Imediatamente, disse decorreria a escassez dos tão ansiosamente desejados imigrantes europeus, simplesmente porque, no seu modo de ver, trabalhadores livres brancos não conseguiriam competir com chins, depois de se haver com os escravos. Passados uns poucos anos após a adição dos *coolies*, a mistura racial no Brasil seria algo “indescritível”. Era hora, de uma vez por todas, de os brasileiros conversarem sobre isto, marcou Lamoureux em seu relógio. Os brasileiros tinham de ter algum orgulho quando o assunto fosse “raça e família”, prosseguiu. Tinha também de acertar as dívidas de suas ofensas a Deus, visto que os de “sangue puro”, os brancos, haviam se embaralhado sem dar cria a um “compósito” melhor. O metodista censurava o homem branco do Brasil a se deitar promíscuo com as mulheres de sua volúpia e a

---

<sup>137</sup> Menezes e Souza, João C., *Theses sobre a colonização do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875, p. 418, 419. *Congresso Agrícola. Coleção de documentos, 1878*. Rio de Janeiro, FCRB (edição fac-similar), 1988, p. 38.

Ver: Lesser, Jeffrey, *A negociação da identidade nacional imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo, Unesp, 2001. Conferir o capítulo 2, “A mão-de-obra chinesa e o debate sobre a integração étnica”.

procriar sem pensar no futuro, alegando estar tal homem incurso em crime contra “a natureza e a humanidade”. Sem espaço entre as “nações ilustradas” do globo, o Brasil era um país candidato ao desprezo mundial.<sup>138</sup>

Havia de fato esse problema das relações internacionais. Após ter levado o cativo até o limite de ser o último país do hemisfério americano a sustentar-se com o trabalho escravo, o Brasil, quando enfim aboliu a escravatura, estava isolado mundialmente. A decisão de antecipar o fim de um regime que devia ser, de acordo com a classe senhorial, desfeito de forma lenta, gradual e segura, se deitou por terra o moral dessa mesma classe, cuidou das aparências nacionais, na tentativa de rebocar a sua imagem no exterior, maquiando o problema do convívio com as nações assim chamadas de civilizadas, na Europa e América da Norte.

Era, eu penso, aceitável os holandeses apelarem à livre locação dos serviços dos *coolies* nas vastidões de seus domínios coloniais. Os holandeses não haviam praticado a escravidão negra nas ilhas da Indonésia – não tinham o problema dessa difícilíssima dominação de classe em suas mãos – e, em segundo lugar, os holandeses podiam livremente pintar de “negras cores” a liberdade dos *coolies* em Sumatra, porque Sumatra era colônia, e não um Estado livre e soberano como o Brasil era, desde 1822. Uma gritante diferença entre os sábios homens brancos do Brasil e os da Holanda estava no fato de o Brasil ser uma nação e os holandeses estarem apenas no além-mar, e não na Europa. Tendo mapeado “corrente de opinião nas camadas dominantes”, na primeira metade do século XIX, cujos botões falavam “seriamente na deportação maciça da população negra”, adquiriu transparência – ao mesmo tempo – o pressuposto de o Brasil só ser viável se tivesse uma base social homogênea, impedindo a expressão e o choque das diferenças sociais. O desejo da desafricanização levava a preconceituosamente situar na população operária africana – escravizada e forra – o ser bruto, inaproveitável à grandiosa obra verde-amarela.<sup>139</sup> E, por isto mesmo, foi o africano o primeiro imigrante radical, bem antes dos italianos... Proclamada a República em 1889, o alto teor de albumina para esse imaginado Brasil abasteceu, em segundo lugar, o debate sobre o fornecimento de mão-de-obra, mantendo viva a controvérsia sobre importar, ou não importar, proletários asiáticos. Internamente ou externamente, uma República que se espelhou em Paris não seria segura e atrativa se se abarrotasse de *coolies*. Havia chegado a hora decisiva. Mesmo assim, em 1907, um postal remetido de Santos e redigido em inglês repicava o alarma: “este é um lugar amedrontador. É conhecido como a sepultura do homem branco”.<sup>140</sup>

Se havia o problema da política externa, havia igualmente o problema do convívio com as classes perigosas. *Avant la lettre* ou em sintonia com o tempo e o mundo, as elites políticas ou as

---

<sup>138</sup> *The Rio news*, v. 15, nº 32, 15/11/1888.

<sup>139</sup> Cunha, *Negros estrangeiros*, op. cit., p. 106 e ss.

elites letradas da Bahia aderiram, como foi dito, a uma República adesiva, carente de apoio para se estabelecer. A Bahia, por isto mesmo, emplacou o médico Manoel Vitorino na chapa que levou o primeiro civil a ocupar a Presidência do Brasil, o fazendeiro paulista Prudente de Moraes. Homens da Bahia, em geral da lavoura (afora J. J. Seabra) figuraram com destaque e comando nas três composições ministeriais dos paulistas Prudente, Campos Sales e Rodrigues Alves. Quando o café paulista quis bancar um quarto para a sucessão, os mineiros contornaram essa possibilidade e levaram, pela primeira vez, o estado de Minas Gerais à Presidência, encabeçada por Afonso Pena (1906-1910). Sabedor da aliança de Seabra com a pré-candidatura dos paulistas que havia conseguido fritar e sepultar, o novo “*Deus ex machina*” do palácio do Catete deu régua e compasso à Bahia, e esta então formou sua primeira aliança presidencial com o Partido Republicano Mineiro (PRM), sendo Miguel Calmon nomeado ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, cargo que ocupou até 1909.<sup>141</sup> Desejoso de se afastar das três administrações paulistas anteriores, Para desempenhar função de proa nas suas pastas, Pena recrutou a escol da mocidade masculina brasileira. Formou-se logo o “Jardim da Infância”.<sup>142</sup>

#### COOLIE IS THE NEW ÍNDIO?

Muita coisa se passava na Bahia (e fora da Bahia) – no Brasil e no mundo – no final do século XIX. Em 1889, um bilhete postal reclamava de “capadócios” que empinavam arraias. Diz deles que quebravam as telhas das casas, em suas batalhas aéreas pelo céu de Soterópolis. Num *carte-de-visite* de Gaensly e Lindemann, o mimoso gato Ernani, na companhia de sua dona, aparentemente uma atriz italiana de opereta (vestida de baiana), ofereceu a Stellina a sua fotografia. Infelizmente, o felino Ernani era tão adorado que não foi deixado no papelãozinho o nome da remetente... Contudo, além do ano, 1896, o lugar foi grafado: era o Rio (não a Bahia). (Nascia Carmen Miranda?) Já uma carta-bilhete de 1897, em alemão, dá conta de uma “revolução” no sertão baiano. Talvez falasse mesmo dos penitentes do Belo Monte, também chamado Canudos. Longe de Salvador, uma série de cartões postais – *Ethnographia brasileira* – trazia impressos retratos, tanto de busto quanto de corpo inteiro, de homens adultos Bakairi e Bororo. Impressa no Pará, foi editada e vendida pela Papelaria Silva, firma de Alfredo Augusto Silva, em Belém.<sup>143</sup>

---

<sup>140</sup> Cartão postal, 1907. Coleção do autor.

<sup>141</sup> Cartão postal, 28/2/1903. Coleção do autor.

<sup>142</sup> Para tal, ver: Viscardi, *O teatro das*, op. cit., p. 161 e ss.

<sup>143</sup> Negro, Antonio Luigi, “*Ethnographia brasileira. Colecionismo e tentativas de classificação dos subalternos da modernidade, em cartões postais*”. Comunicação apresentada no XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília, 24-28 de julho de 2017.

Tanta queixa, notícia, novidade, ou achado científico, nos trópicos, era inscrita em uma mídia de tamanho pequeno, mas, para a sua época, eficaz, versátil e expressa. Impulsionadas pela sistematização, de alcance global, prescrita pela International Postal Union em 1869, as comunicações tinham escolhas agrupáveis em duas possibilidades básicas, a carta-bilhete e o cartão postal. Havia variações (inclusive no nome da coisa), mas, basicamente, ou se mandava uma curta mensagem, mesmo usando-se papel de carta, ou se mandava uma mensagem que não era tão breve, e aí era explorado quase todo o espaço de um pequeno pedaço de papelão. Progressivamente, viajar, para “a classe média e os ricos”, significava “turismo”, e este era “essencialmente um produto da estrada de ferro, do barco a vapor” e da nova escala e rapidez dos meios postais de correspondência. Mais e mais, por outro lado, o planeta entre a era do capital e a era dos impérios vinha passando pelo incremento do fenômeno da migração entre regiões, países, ou continentes. Na esteira do paulatino sumiço do tráfico negreiro, o “transporte” de trabalhadores endividados – “sobretudo proveniente da Índia e da China” – abriu um processo amplo e complexo que, posteriormente, seria sucedido, entre outras experiências, pela “emigração eslava, judaica e italiana para as Américas, a partir de 1880”.<sup>144</sup>

Hobsbawm assinala que foi nessa passagem do século XIX para o XX que a aspirina, em 1899, “o telefone e o telégrafo sem fio, o fonógrafo e o cinema, o automóvel e o avião passaram a fazer parte do cenário da vida [dita] moderna”; isto sem falar no aspirador de pó, de 1908.<sup>145</sup> O bilhete postal e a carta-bilhete, são, por um lado, uma criação dessa etapa e, por outro, documentam e celebram esse assim chamado “progresso”. Perceptivo, Gilberto Freyre escreveu que o cartão postal “às vezes ilustrado a cores – brilhante de cores até – correspondeu a uma época de euforia e de extroversão na vida nacional” (o início do século XX). Ao mesmo tempo, era boa propaganda do Brasil lá fora, combatendo a sua imagem de cemitério para o homem branco europeu. Imigrantes ou viajantes podiam remeter notícias de boa saúde; também parecia pipocar uma pequena Paris, aqui e ali, em todo o país.<sup>146</sup>

O fato de a “modesta bicicleta” e a “modesta banana”, para não falar da borracha, terem caído no gosto do mercado de consumo dos países ricos em datas próximas uma da outra caracteriza essa economia mundial “cujo ritmo era determinado por seu núcleo capitalista desenvolvido”, o que, embora tenha redesenhado o planeta, manteve a divisão pela qual ““avançados”” dominavam os ““atrasados””, dividindo-o em impérios e colônias. “Expressão mais espetacular da crescente

---

<sup>144</sup> Hobsbawm, Eric, *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 216, 208, 209. Hobsbawm usa o termo “*indentured*” labour.

<sup>145</sup> Hobsbawm, Eric J., *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo, Paz e Terra, 1988, p. 81.

<sup>146</sup> Freyre, Gilberto, “Informação, comunicação e cartão postal”. In: *Alhos & bugalhos: ensaios sobre temas contraditórios, de Joyce à cachaca; de José Lins do Rego ao cartão postal*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978, p. 152, 159.

divisão do planeta em fortes e fracos”, essa repartição determinou sua divisão “numa parte menor, onde o ‘progresso’ nascera e outra, muito maior, onde chegara como conquistador estrangeiro, ajudado por minoria de colaboradores locais”. Perspicaz analista dos efeitos desiguais do desenvolvimento capitalista, Hobsbawm afirma que, inclusive nos países de economia forte, nem “na mitologia retrospectiva das classes operárias” a dita *belle époque* foi “uma idade de ouro”.<sup>147</sup>

Nesse ínterim, o Brasil, que havia levado a sua adição à escravatura até os limites, tanto do isolamento internacional, quanto do perigo de uma insuportável tensão de classes, uma vez convertido à República, evitava a importação dos *coolies*, conseguia introduzir o “trabalho livre” nas fazendas de café do Oeste paulista e emulava, nas suas cidades, uma pequena Paris prestigiada por circunspectos homens de ciência, em geral absorvido pelo tema da salvaguarda da supremacia branca, agora que, no pós-abolição das elites, não havia mais o código legal que assegurava ao patrão a supremacia da sua vontade de classe. Evidentemente, o país dispunha as suas próprias hierarquias entre forte e fracos, entre progresso e atraso, entre civilização e barbárie, entre fanatismo e ilustração. De novo, nessa atitude de por as coisas no seu devido lugar, ou de ser parceiro local do estrangeiro, é possível perceber a sintonia das elites da Bahia, bem, como um pouco mais que isto, a sua influência.

Como bem elaborou Regina Abreu, na constelação da ordem e progresso, brilhava Miguel Calmon, exibindo “educação refinada, origem aristocrática, acesso regular à Europa, introjeção dos modernos ideais do ocidente, notadamente civilização e progresso”.<sup>148</sup> Em duas delicadas ocasiões quando o PRM, ao subir ao Catete, precisou de alguém da Bahia para fazer frente ao ladino e vigoroso J. J. Seabra, foi ele, Miguel, nomeado ministro: (a) da Indústria, Viação e Obras Públicas, de 1906 a 1909, e (b) da Agricultura, Indústria e Comércio, de 1922 a 1926. Calmon foi também, em 1908, o produtor da Exposição Nacional, realizada no Rio e celebratória da abertura dos portos às nações amigas, medida tomada na Bahia. Sendo um regente da encenação do moderno, da elegância, do progresso econômico e do avanço científico, Calmon foi destaque em concorrido e seletto teatro das oligarquias, com sua peça sobre o Brasil do futuro.

Se Rui Barbosa e J. J. Seabra foram dois animais políticos – águia e raposa – que se destacaram dos flancos do baianismo, após 1889, para assumir a sua vanguarda, Miguel sempre esteve a uma curta distância, de ambos. No falecimento de Rui, ela mais uma vez fez a ponte entre a tradição do baianismo e a conjuntura da política republicana, tendo assumido lugar de grande visibilidade nos funerais, ao lado da viúva de Rui. Quando, após sua morte em 1935, sua viúva Alice Porciúncula doou volumosa coleção com parte de seus objetos pessoais ao Museu Histórico Nacional (MHN), o diretor, o cearense Gustavo Barroso, mandou instalá-la em dependências

---

<sup>147</sup> Hobsbawm, *Era dos impérios*, op. cit., p. 81, 82, 87, 53, 91, 85.

reservadas exclusivamente para tal. Um funcionário baiano graduado, o historiador Pedro Calmon (sobrinho de Miguel), supervisionou a recepção do legado familiar.<sup>149</sup> Estava selada a transferência da vida de um grande homem para a casa encarregada de biografar a nação.

Tanto na cabeça do integralista Gustavo Barroso quanto na do liberal Pedro Calmon, seu qualificado subalterno, a visitação ao MHN era para ser inteirada dos homens ilustres que, em verde e amarelo, conduziam o país, a nação, e seu povo, até superior posição de uma sociedade moderna e civilizada, parelha aos Estados Unidos ou França, ou Inglaterra, ou Alemanha... A casa era lugar de memória para a biografia de uma entidade chamada Brasil, que nasce, cresce e avança até a plenitude de sua maturidade, com sábios homens brancos à frente. Óbvio que uma deliberação tão estreita como essa inclui pouco e exclui muito mais. Outros sujeitos em geral ocultados por essa história presidida pela ideologia da uniformidade sociocultural da nação, a exemplo dos povos originários, eram muito cuidadosamente custodiados ou exibidos.<sup>150</sup> As fotografias que compõem os álbuns da coleção Calmon retratam a subalternidade dos silvícolas, cercados de bois, bíblia e balas, e o papel de estadista de seu primeiro dono, o ministro Miguel Calmon, no sangrento processo de efetivação, no Brasil Central, da doutrina republicana de progresso e modernidade, no início do século XX.<sup>151</sup>

Aqui vale a pena indicar cinco álbuns: (a) da construção de linhas telegráficas sob o comando militar de Rondon, (b) dois sobre a Exposição Nacional de 1908, (c) outro sobre a missão dos salesianos em região próxima, e, por fim, (d) um que registra a lavoura do mate. Tal qual os bilhetes postais que Gilberto Freyre examinou, as imagens aí contidas são para transmitir – contagiosamente – “o narcisismo brasileiro de que o cartão postal foi veículo” (ou vetor), o que prova que as classes superiores eram, elas mesmas, vetores de males doentios. Quer sob o sol escaldante do sertão – a hinterlândia –, quer à beira-mar da capital carioca, os álbuns ostentam a mesma “modernice ostensiva” impressa nos postais, não tendo sido aprontados para dar a ver uma “europeização nem sempre feliz” ou uma “ianquização nem sempre saudável”.<sup>152</sup>

---

<sup>148</sup> Abreu, Regina, *A fabricação do imortal*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996, p. 51-52.

<sup>149</sup> Abreu, *A fabricação do*, op. cit..

<sup>150</sup> Há experiências e práticas que também não cabem dentro da gaveta da típica e da folclórica “cultura popular” (festas, tradições, visões de mundo, etc.), bem como “greves, sindicatos e partidos” são apenas aspectos dos mundos do trabalho, dentre outros igualmente de relevo. Ver: Wissenbach, “Da escravidão à”, op. cit. Hobsbawm, Eric, “História operária e ideologia”. In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

<sup>151</sup> Ver: Diacon, Todd, *Rondon: O marechal da floresta*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006. Em particular, o capítulo 3, “O trabalho e a vida na linha solitária”, que trata do recrutamento forçado para o trabalho forçado.

<sup>152</sup> Freyre, “Informação, comunicação e”, op. cit., p. 152.

MHN. *Construção das linhas telegráficas no estado de Mato Grosso*. MCab3. *Exposição Nacional de 1908*. MCab6. Musso, Luís, *Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro, Musso & Cia., 1908. MCab7. *Missão em Mato Grosso, 1908*. MCab10. *Álbum de vistas do Brasil: aspectos urbanos e rurais*, 1922c. MCab12.

O que Freyre questiona – teria sido sempre feliz a europeização?; teria sido sempre saudável a ianquização? –, os álbuns de fotografia de Miguel Calmon não põem em dúvida. Pacificando o sertão do Brasil Central e em rota até as florestas amazônicas mais ao norte, não obstante suas diferenças, distâncias e atritos, tanto as obras telegráficas (diretamente comandadas por Rondon), quanto as missões religiosas, flanqueavam, em movimento de pinça, o difícil enfrentamento dos povos originários com o latifúndio, encarnado em pretensiosos donos de terras, alguns deles ostentando patentes militares de uma força, a Guarda Nacional, que não existia mais. Os assim chamados índios – pacificados, de vergonhas tampadas, tendo conhecido as palavras de Deus e da nação – podiam ser deportados para ser reduzidos a um pedaço de terra, ou confinados a acomodações, terreiros ou terrenos, de variáveis tamanhos, na retaguarda de cada uma dessas três frentes de contato da civilização com seus silvícolas, sob a tutela, ou do latifúndio, ou da Igreja ou do Estado. Longe dessa tórrida paisagem, a Exposição Nacional de 1908 celebrou a elegância chique da população urbana. Também festejou desde a disponibilidade de vastas imensidões de terras, cobertas de florestas com madeiras de lei, até o avançado estágio da industrialização, com suas fábricas ditas modernas. Sábios homens brancos tiveram seus nomes e retratos amplamente divulgados em cartão postal. Em Paris, a Mission Brésilienne de Propagande mostrou ao mundo Afonso Pena e seu Jardim da Infância (Miguel Calmon está no canto superior direito).

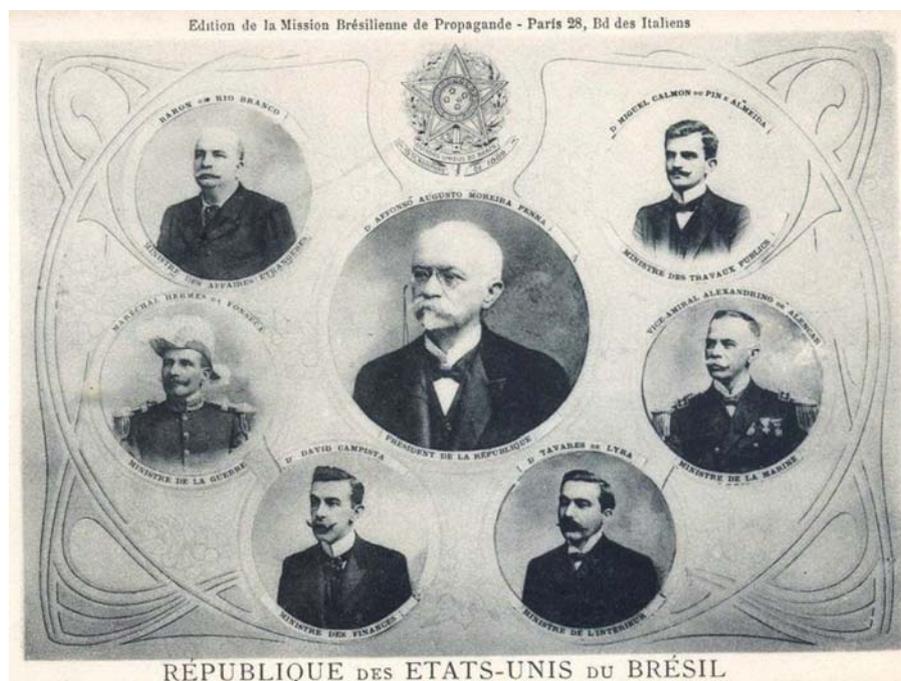


Imagem 1 - Mission Brésilienne de Propagande

Como informado anteriormente, Calmon foi chamado para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, pasta fornida com bem dotado orçamento, inclusive para custear a Missão Brasileira de Propaganda, em Paris. A ele coube supervisionar grandiosos projetos de hercúleas

obras, ferrovias por exemplo, e, que é o que vai aparecer aqui, a construção de linhas telegráficas. Dentre os planos ou os inícios da efetiva construção de ferrovias, constam a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a Madeira-Mamoré. De traçados distintos, ambas eram linhas de ligação internacional, entre o Brasil e a Bolívia. Mas esticavam o olho para mais além, a depender de sua continuidade, na conexão entre os portos do Rio e Santos, no oceano Atlântico, com Lima, capital peruana no Pacífico. Além do transporte de carga (não só da borracha, da qual o Brasil ainda era um grande exportador), uma lei federal de 1907, regulando e *incentivando a ocupação do solo brasileiro*, “devida ao ministro Calmon”, tratava em específico da *colonização* por meio das companhias de transporte, nada mais nada menos que as firmas organizadas para construir e gerar as estradas de ferro. “Vantagens” eram dadas às empresas “ou capitalistas” (talvez, aventureiros) propensos a assentar “núcleos coloniais” às margens das linhas férreas.<sup>153</sup>

Sem causar surpresa, a diretriz parece seguir velha orientação monarquista. Sendo seu chefe de gabinete um mineiro indicado por Afonso Pena, Calmon estendeu a linha que vinha do Catete, comandado por presidente também mineiro. Em 1884, com a manifesta intenção de propiciar terras férteis do assim chamado solo brasileiro aos “nacionais”, o então ministro Afonso Pena ordenou a atração e o aldeamento de “milhares de Pojichás e Urucus que por aí vagueiam”, no vale do Itambacuri.<sup>154</sup> Calmon permaneceu à frente do Ministério da Viação até 1909, quando faleceu Afonso Pena. Devotado a promover o tráfego mútuo das ferrovias e das linhas do telégrafo nacional, abrangendo os atuais territórios do estado do Mato Grosso do Sul, beirando a fronteira da Bolívia, do Mato Grosso, até Rondônia, Calmon entregou o comando dessa empreitada a Cândido Rondon em 1907, nomeando-o engenheiro-chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Homens e mulheres que nos seus costumes de tecelagem, olaria, caça e pesca, e manufatura da borracha, podia ser admiráveis em sua engenhosidade, mas, sem tutor, não podiam vaguear ao léu, perambulando nus em vales, rios e serras. Era necessário locar trabalhadores nacionais.

---

<sup>153</sup> Sobre o caráter movimentado e o estratosférico orçamento da pasta comandada por Calmon, ver, de seu chefe de gabinete (indicado por Afonso Pena), o seguinte relato: Xavier, Lindolfo, “O Ministério da Viação do tempo de Machado de Assis e Arthur Azevedo”. Rio de Janeiro, *Mensário do Jornal do Comércio*, tomo VII, v. 1, julho de 1939, p. 63-64. É dele a informação de que a pasta de Calmon financiou a missão brasileira em Paris.

Sobre a promoção da ocupação do solo, ver: Lloyd, Reginald. *Impressões do Brasil no século vinte: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos*. Londres, Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913, p. 208. Sobre as exportações de borracha do Brasil e a concorrência asiática, afora as condições insalubres da construção da Madeira-Mamoré, ver: Fiocruz, *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1992, p. 114-116. Obras como as da estrada de ferro Madeira-Mamoré comportaram, de acordo com Verónica Secreto, os “mais altos índices mundiais de morte de trabalhadores em ferrovias”. Em citação a Bonilla, a autora anota o dado do óbito de cerca de 40 mil indígenas na Colômbia, durante a primeira década do século XX, recrutados para mão-de-obra em seringais e nas obras da linha férrea. Secreto, María V., *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 37.

Positivista, militar, mestiço, desenvolvido do sertão à capital litorânea, Rondon era homem de carreira ascendente e conseguia sobreviver a sucessões presidenciais e suas trocas de ministros. Ladino como um arguto caçador, ele não só conhecia o teatro das oligarquias como também atuava com destreza em seus meandros. Em 1911, foi feito diretor do então recém-criado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN).

A transparência do nome da primeira agência republicana da política indigenista brasileira não deixa dúvidas quanto ao que se queria: era um serviço do governo para proteger os índios e, em seguida, localizar os trabalhadores nacionais. No encontro da República com os donos de cobiçados torrões pátrios, os povos originários deviam ser atraídos, pacificados e convertidos à civilização, tornando-se nacionais. Com isso, era possível saber onde estavam os trabalhadores nacionais, os homens e mulheres cujos braços faltavam à lavoura. Localizá-los era locá-los para o dispor de outrem. De acordo com Carlos A. da R. Freire, os Kaingang em São Paulo estão entre os primeiros povos nativos a ser atraídos e pacificados. Com terras próximas à passagem da estrada de ferro Noroeste, à medida que os Kaingang se situavam de modo sedentário junto ao posto do SPILTN, mais “eram deslocados de suas terras originais por fazendeiros”.<sup>155</sup> Para piorar, o caráter pacífico de seu contato com os funcionários degradingolou em doenças contagiosas rapidamente letais, o que os tornou dependentes de assistência do posto.

À cura do setor de arquivo do Museu Histórico Nacional, o álbum *Construção das linhas telegráficas no estado de Mato Grosso* comporta belas imagens da “pré-História” desse processo pelo qual linhas de comunicação entrelaçaram-se à História de povos originários que já vinham lidando com a presença de fazendeiros e missionários.<sup>156</sup> Não havendo dúvidas de ter sido entregue ao ministro Calmon para deixá-lo sabido sobre o assunto, é um artefato ricamente encadernado e mimosamente adornado com pinturas e enfeites feitos à mão. Com suas fotografias datadas (quando o são) entre 1902 e 1906, há inequívoca coincidência cronológica entre esse intervalo com o funcionamento da Comissão de Linhas Telegráficas em Mato Grosso, operante entre 1900 e 1906, da qual, aliás, Rondon era chefe.<sup>157</sup> Já aí ele tinha o mando sobre a difícil operação de imergir linhas subfluviais e ligá-las a linhas aéreas, elevadas em postes cuja fixação e conservação

---

<sup>154</sup> Moreira Neto, Carlos Araújo, *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Rio Claro, tese de doutorado em Antropologia (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro), 1971, p. 92

<sup>155</sup> Freire, Carlos A. da R., *Rondon. A construção do Brasil e a causa indígena*. Brasília, Abravideo, 2009, p. 78.

<sup>156</sup> Sobre as imagens da comissão Rondon, ver Maciel, Laura, *A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da 'Comissão Rondon'*. São Paulo, Educ, 1998.

<sup>157</sup> Freire, *Rondon. A construção*, op. cit., p. 22-37.

exigiram, antes de mais nada, abertura ou limpeza de picadas e estradas em áreas densas de vegetação, habitadas por povos nativos originários. Também pediam passagem em fazendas.

Em boa medida, desde esses anos iniciais, Rondon contava com apoio direto dos recursos do poder, não apenas financeiros, logísticos ou materiais. Assim como Petrópolis – a “Viena brasileira” – teve sua imagem imediatamente reconfigurada pela impressão de bilhetes postais com os símbolos e as armas da República, assim como logradouros, na Bahia, foram rebatizados com os nomes de Floriano ou Deodoro, havia um rio Benjamin Constant no Brasil Central. Uma lancha que navegava rios e pantanais também se chamava Floriano Peixoto. Cabos e linhas somados, eram, em terra, levados às estações, por vezes próximas de igrejas, delegacias, ou seja, nos centros históricos dos pequeninos assentamentos urbanos da região, nesse início de século. Cartas, cartas-bilhetes, e cartões postais, confluíam para os Correios, ao par de telégrafos e trens, na encruzilhada da “modernidade” com o arraial, a missão religiosa, e a vegetação de mato grosso, onde vivia uma nova população caçadora, os povos originários. No mapa a seguir, vê-se o traçado, em laranja, da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas. Em marrom, está marcado o caminho da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Basicamente, ambos estão no território do atual estado do Mato Grosso do Sul, em fronteira com São Paulo, Paraguai e Bolívia.



Mapa 1 - A Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso (cor laranja) e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (cor marrom)<sup>158</sup>

---

Ver também: Erthal, Regina, *Atrair e pacificar: a estratégia da conquista*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em Antropologia (PPGAS-UFRJ), 1992. Bigio, Elias, *Linhas Telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon*. Brasília, dissertação de mestrado em História (UnB), 1996.

<sup>158</sup> Freire, Rondon. *A construção*, op. cit., p. 35.

Acidentes geográficos – serras, barrancas, nascentes ou corredeiras, rios e afluentes; sol e chuvas – marcam a aplicação das tarefas da comissão. São mais de cem fotos em preto-e-branco de tamanhos diversos. Além da abertura de picadas, dos acampamentos da comissão em áreas indígenas, assim como o bivaque no meio do nada, há fotos das estações e suas inaugurações, como as de Corumbá, Aquidauana, dentre outras. Explorando a selva no caminho entre esses lugarejos, estavam em atração ou pacificados os Terena, os Uaquiri, os Bororo, e os Kejaré. Em contato com a comissão, eles e elas aparecem de diferentes maneiras. São diferentes entre si, e há diferenças internas. Além das diferenças de hierarquia, idade e vestimenta (ou nudez), os homens são mais recorrentes nos retratos. Na exploração da parte alta do rio São Lourenço, homens adultos e crianças trazem o pescado prestigiando a comissão e sua tropa, mas sua etnia não é discriminada; mas são com certeza os Bororos. Dois deles, adultos jovens, estão fardados. Já os Terena têm dois velhos “caciques” que posam vestidos de farda militar, talvez da Guarda Nacional, talvez de uma banda de música. Os dois chefes ladeiam as mulheres, que estão vestidas e sentadas, com as crianças. De pé, no fundo, os homens também estão vestidos. Noutra fotografia, como peões, diversos Terena vão e voltam engajados a uma turma de medição.



Imagem 2 - Índios na aldeia de Ipeque; Terenas

Cerca de nove adultos e um menino (todos em estado selvagem, isto é, nus) foram capturados na limpeza de um “picadão”, em Itiquira. Também em Itiquira, na inauguração da estação, é retratada a formatura dos Bororo. Enquanto os homens estão alinhados, as crianças estão sentadas no chão, contritas, duas delas aos pés de dois homens brancos civis. Se havia civis, militares e religiosos entre as autoridades brancas, entre os trabalhadores, afora as diferenças étnicas

dos povos originários, havia trabalhadores negros, na própria tropa de Rondon (civis e militares), mas também entre os empregados de fazendeiros em cujas propriedades passava o fio do telégrafo e seus postes. Por fim, a tropa de transporte de mate em viagem faz ver como a erva era levada até os pontos de onde depois seria em carga de trem ou vendida em mercados.



Imagem 3 - Limpeza do picadão pelos índios. Itiquira



Imagem 4 - Formatura dos índios Bororós, na inauguração da Estação Itiquira



Imagem 5 - Tropa de transporte de erva mate em viagem

Servida pela via férrea Noroeste, a empresa Mate Laranjeira, então com cerca de 40 anos de História (resultou de uma concessão de Pedro II a Tomás Laranjeira, pelos serviços prestados na Guerra do Paraguai) possui presença marcante na lavoura de Mato Grosso.<sup>159</sup> Diversas outras propriedades compõem o álbum, a exemplo das terras dos coronéis H. Paes de Barros e Bento Xavier, respectivos donos da Pindahival e Boa Vista. O álbum, sintomaticamente, é encerrado com reprodutores não-humanos; no caso, zebus da fazenda União, em Vacaria.

---

<sup>159</sup> Ferreira, Eva, *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Mate Laranjeira (1902-1952)*. Dourados, dissertação de mestrado em História (UFGD), 2007, p. 28-31.



Imagem 6 - Exploração dos rios Itiquira, Tequiry e Correntes. Fazenda do Pindahival, propriedade do coronel H. Paes de Barros



Imagem 7 - Fazenda da Boa Vista, propriedade do coronel Bento Xavier



Imagem 8 - Reprodutores zebus da fazenda da União

Se a proteção aos índios era secundada pela localização de trabalhadores nacionais – em seguida locados para o aluguel –, o gado de criação chegava depois dos animais de tropa, primeiramente trazidos para mover pesos pesados ou equipamentos delicados. Com efeito, além de postes e da aparelhagem para as linhas, Rondon mandava carregar projetor de fotografias e gramofone. Imagens e músicas gravadas em mídias eram divulgadas com sisuda solenidade: junto com o hasteamento da bandeira era tocado o hino.<sup>160</sup> Com uma só cajadada, formas de sujeição ideológica e formas de coerção política eram manipuladas em uníssono, impondo a nação a recém-convertidos brasileiros (se é que haviam aceito sua conversão). Embora estivessem ao alcance do regime republicano, não eram nacionais no mesmo patamar dos colonos, sobretudo os assentados próximos ou dentro de suas terras. Também não eram nacionais como a família Paes de Barros, cujos membros, além do coronelismo e da propriedade de terras, eram donos das usinas da Conceição e Itaicy. De acordo com o jornal *A reação*, órgão do Partido Republicano de Mato Grosso, cuja redação era no Paraguai por falta de garantias no estado, os Paes de Barros intimidavam não só seus opositores, mas também seus coligados.<sup>161</sup> À medida que as eleições federais de 1902 se aproximavam, aqueles eleitores “pouco dispostos a acompanhá-los” eram ameaçados, ou de “serem agarrados para alistar-se na polícia”, ou acabar “remetidos para o Itaicy ou ao Pindahival”, o que deixa claro quanto as eleições, para homens eleitores, podiam representar o risco do recrutamento forçado para o alistamento militar ou para o trabalho compulsório na

---

<sup>160</sup> Diacon, *Rondon: O marechal da*, op. cit., p. 37.

<sup>161</sup> *A reação*, 20/11/1902.

fazenda Pindahival, ou na usina Itaicy. Quer dizer, eleições também serviam para localizar trabalhadores e obrigá-los ao serviço.

Quando não conseguia obter o favor do providencial suplemento de força de trabalho dado pelos povos nativos, cuja generosidade era certamente negociada com suas lideranças (aqueles chefes que recebiam uniformes), as obras dispunham apenas de trabalhadores ditos “livres”, militares ou civis. De acordo com Freire, os soldados “deslocados dos batalhões” para os penosos e arriscados “serviços nas linhas telegráficas eram considerados os piores do seu contingente”, sendo transferidos para o comando de Rondon por sua suposta indisciplina, o que na prática era um desterro como punição por seu comportamento. Entre os civis, a mão-de-obra era alugada aos jornaleiros ou aos empregados de fazendas, quando estes não eram simplesmente cedidos por seus patrões. Prisioneiros políticos ou comuns eram recrutados e remetidos às linhas, as quais receberam, por exemplo, deportados da Revolta da Vacina, ocorrida em 1910. A exploração, a insalubridade, o rigor disciplinar, a comida pouca e ruim, e o sol abrasador, contribuíram para bebedeiras, rebeliões, fugas, deserções e conflitos. Rondon respondia com sua tesa autoridade e castigos físicos, que ele insistiu em usar, talvez não por muito tempo; mas sem desistir de buscas e capturas, e penas de serviços forçados.<sup>162</sup> É claro que nada disso está no álbum, pois sua finalidade era fazer um registro elogioso da presença civilizatória do Brasil diante de povos não-brasileiros. Com uma liderança indígena, Rondon palestra enquanto se serve do chimarrão de erva mate. Noutro retrato, criança Uaquiri foi instruída com cuidado para uma pose esmerada, com arco e flecha, parecendo cartão postal. Na falta do pano de fundo providenciado pelo retratista de estúdio profissional, as árvores. Na falta da cabeça de onça para o pé ficar em cima, foi usada uma pedra mesmo. As onças, de fato, que se cuidassem, pois a pele de uma delas foi parar no assento do banco de campanha do coronel Rondon, patente do Exército regular com a qual nenhum coronel de Guarda Nacional poderia olhá-lo de cima para baixo.

---

<sup>162</sup> Freire, *Rondon. A construção*, op. cit., p. 62, 63.



Imagem 9 - Conferência com o jovem cacique da aldeia



Imagem 10 - Criança da tribo Uaquiri. Rio Taboco

NOS CENTENÁRIOS: DIA DA INDEPENDÊNCIA, EXPOSIÇÃO NACIONAL, SALESIANOS

Quando o sol raiou em 7 de setembro de 1908, Rondon e sua tropa ouviram logo pela manhã o hino ao som do gramofone. Hastearam solenemente a bandeira. Em seguida, explodiu-se dinamite

no vale do Juruena. Talvez, além de servir para rebentar o mato grosso, antes de ser roçado pelas turmas de peões, a dinamite tenha sido usada para marcar o dia comemorativo do Brasil independente. Quando o sol já tinha se posto, Rondon mandou projetar *slides* de Afonso Pena, Miguel Calmon, e outras autoridades, fazendo todos desfilar na escuridão da noite amazônica. Passada a jornada cívica, o comandante constatou, em outubro, já serem em número de 28 os trabalhadores fugitivos. Para piorar, os trabalhadores remanescentes perceberam a alteração na correlação de forças e se regateavam como podiam a execução das tarefas cotidianas. Frustrado em suas expectativas de prosseguir com a construção da linha, Rondon ordenou retirada.<sup>163</sup> Mais adiante do caminho suspenso, os Nhambiquara deixaram de ser atraídos e pacificados.

Neste mesmo dia 7, no trajeto entre a sua morada num palacete em Botafogo e o aprazível bairro da Urca, onde tinha lugar o magnífico parque expositivo, que era banhado pelas águas tanto da baía da Guanabara quanto pelo Atlântico, Miguel Calmon cruzou de carruagem o caminho e chegou banhado de sol. Quando encontrou o presidente Afonso Pena, começou a chover. Entre 11 de agosto e 15 de novembro de 1908, a agenda do ministro da Viação com certeza esteve cheia. Dentre outros afazeres, a imprensa o buscava constantemente a fim de ter o que falar em suas notícias sobre o evento. Se Rodrigues Alves dividia louros presidenciais com o prefeito Pereira Passos quando o assunto era as obras de melhoramento do Rio, quando o assunto eram os cem anos da abertura dos portos às nações amigas, com festa na Cidade Jardim, Afonso Pena também cedia espaço a Miguel Calmon. Da praça Mauá, pela avenida Central, ao palácio Monroe; e daí, pela avenida Beira-Mar, passando-se por Flamengo e Botafogo, até a Urca, a capital federal era bela e segura, como aliás observa Gilberto Freyre em livro. Ao perceber o afluxo nos hotéis cariocas de turistas “ávidos” por conhecerem os pavilhões da Exposição Nacional de 1908, o pernambucano dá conta do fascínio exercido pelas “maravilhas de *art nouveau*”. Acabavam-se “os quiosques”, alargando ruas para abrir avenidas, derrubavam-se “os chamados pardieiros”, substituindo sobrados por vistosos edifícios de estilo eclético.<sup>164</sup>

---

<sup>163</sup> Diacon, *Rondon: O marechal da*, op. cit., p. 37, 38.

<sup>164</sup> Freyre, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo, Global Editora, 2004, p. 716.



Imagem 11 - O ministro Miguel Calmon chega para o Dia da Independência, comemorado na Exposição.  
Foto de Augusto Malta



Imagem 12 - O ministro Calmon e o presidente Afonso Pena, ambos ao centro e de guarda-chuva. Foto de Malta

Duas preciosas peças da coleção Calmon no MHN foram por mim diversas vezes pedidas no seu setor de arquivo: são os dois álbuns produzidos pelos retratistas Augusto Malta e Luís Musso. Quer tais álbuns, quer outros aspectos da exposição, já estão estudados e pesquisados a contento. Em particular, as imagens estão reproduzidas em publicações em papel, na nuvem da internet e nos

portais Brasileira Fotográfica e do Arquivo Nacional.<sup>165</sup> Bem menos conhecida é a dupla dinâmica pela qual o nome de Miguel Calmon foi ventilado, escolhido e aceito, atravessando fases seletivas das barganhas palacianas. Em 1906, assim como em 1922, seu nome era a Bahia ocupando lugar merecido nas principais pastas ministeriais. Mais importante que isso, para a facção ruísta das briguentas elites políticas do estado, Calmon era um nome ruísta da Bahia em pleno Rio e serviu de anteparo, nas duas ocasiões, às pretensões do “cara-de-bronze” J. J. Seabra, atuante no lado perdedor. Igualmente, em ambas as ocasiões, o PR da Bahia subiu ao poder com o PRM de Afonso Pena ou Artur Bernardes, a quem Calmon serviu até o fim de seus mandatos. Se Machado de Assis comandava a principal seção de seu Ministério da Viação em 1908 (ano em que faleceu), em 1922, Miguel mandou vir da Bahia – o primo pobre – Pedro Calmon, que o chamava de tio, para ser seu secretário da particular. Desta vez, a exposição era internacional, abrindo-se o Brasil ao mundo para celebrar seu centenário de independência perante Portugal. De novo, os baianos teriam muito a dizer, pelo que seriam ouvidos.

Ao despedir-se da terrinha, Pedro Calmon parou diante da vitrina da Catilina, livraria sita no centro histórico da antiga e colonial cidade da Bahia. Calculando não ter a sua família o dinheiro e a posição do tio Miguel, o bom moço devaneou ao olhar um livro que estava exposto. Ele imaginou ver o seu nome na capa de couro do calhamaço, em grandes letras doiradas. Era a cara da Bahia. Pedro era branco e seu pai estava quebrado financeiramente (em consequência de maus negócios com o engenho da família no Recôncavo). Mas sua mãe brincara com os netos do rei Pedro II, quando menina. Pedro sabia que as letras eram o seu tesouro (afora um bom casamento), e ele chegou lá, depois de sonhar. Não só é recordista em idade mais jovem ao ser eleito membro da Academia Brasileira de Letras, como também foi presidente do IHGB e reitor da UFRJ. Antes disso, havia o livro e, depois do livro, com um pouco de sorte (e ajuda do sobrenome), a chance de ingresso no serviço público. Sorte mesmo ele teve no dia do Sete de Setembro de 1922, quando trocou patriótico aperto de mão com moça de “qualidades” logo reveladas (a formação religiosa, o pai industrial absorvido pelos negócios), descendente de boa família paranaense europeizada, o que ajudou Pedro a conservar a palavra senhor.<sup>166</sup>

Se o primo Pedro chamava Miguel de tio – desfazendo a igualdade geracional e botando o tio no seu lugar mais alto –, a Lima Barreto Miguel Calmon não deu ousadia. Consta que, quando

---

<sup>165</sup> MHN. *Exposição Nacional de 1908*, fotos de A. Malta. MCab6. *Exposição Nacional de 1908*, fotos de L. Musso. MCab7.

Neves, Margarida de Souza, *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro, PUC, 1986. Borges, Maria E. L., “A Exposição Nacional de 1908 e a produção da identidade nacional brasileira”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 40, 2008. Levy, Ruth, *Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro, EBA, 2008. Pereira, Margareth (org.), *1908: um Brasil em exposição*. Brasília, Casa Doze, 2011. Lago, Bia Correa do (org.), *Saudades de um Brasil antigo*. Rio de Janeiro, Capivara, 2011.

<sup>166</sup> Calmon, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, p. 30, 95

era estudante de engenharia no Rio, foi tomado pela influência de Auguste Comte na Escola Politécnica, cujo catecismo positivista era ministrado por professores. Consta ainda “que chegou a ingressar no Apostolado Positivista”, ainda “nos tempos de estudante”. Anos mais tarde, Lima criticou duramente o seu contemporâneo de estudos superiores. “Ele nada fez, nem naquilo que estudou, nem naquilo que pretendeu”, escreveu o letrado em crônica no semanário *ABC*. Também atacou “a idéia que, no Brasil, se tem das coisas da inteligência” e, em acréscimo, censurou os “diplomados, distintos e enfeitados com medalhinhas de solenidade de escola”. Antes dessa publicação, quando procurado por Lima, Miguel não lhe deu a devida atenção.<sup>167</sup>

#### A MISSÃO DOS SALESIANOS E OS BORORO

Se Miguel Calmon ainda cria na filosofia positivista em 1908 é difícil saber. Mas era católico o evangelho da missão dos salesianos entre os Bororo; e é isto o que dá a ver o seu álbum em Mato Grosso, também datado em 1908, mas com instantâneos tirados em 1907. Cronologicamente clara e organizada, a documentação visual aponta para a presença dos Bororo nas colônias do Sagrado Coração, da Imaculada Conceição do Rio das Garças e de São José. Inspecionadas pelo padre Antonio Malan, ele visitou as várias atividades desenvolvidas com os (ou apenas pelos) índios: plantações, colheitas, oficinas de ferraria e de curtume, capelas e altares, ensino, música. Talvez receosos de algum sincretismo dos Bororo, os altares não estão montados com santos. Quanto aos Bororo em si mesmos, logo de cara aparece um vestido à la ocidental, por causa de sua posição no grupo. Em foto de estúdio, de camisa de colarinho, paletó e vistosos sapatos, é o garoto Bororo Miguel, filho do capitão “Major”. Enquanto reconhece os nomes individuais das lideranças coletivas que mais preferem, os salesianos, em belíssimos retratos que captam a singularidade dos Bororo em sua liberdade, ecoam o padrão classificatório da antropologia, bem como do cartão postal, e dizem ser “tipos”.<sup>168</sup>

---

<sup>167</sup> “O ideal do Bel-Ami”, 25/11/1916. Citado em *Miguel Calmon: uma*, op. cit., p. 19. A desavença entre Miguel e Lima está ao menos registrada, na bibliografia, por outros autores, que aqui não menciono por motivos de espaço. Pedro Calmon, no livro aqui referido, desvenda a intenção de Lima, ao aproximar Miguel Calmon do bel-ami, o belo amigo, de Guy de Maupassant.

Ver também: Brandi, Paulo, “Calmon, Miguel”. Verbete. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 24/8/16.

<sup>168</sup> MHN. *Missão em Mato Grosso, 1908*. MCab10.



Imagem 13 - Padre Antonio Malan. Inspetor da Missão Salesiana e o bororo Miguel, filho do capitão Major



Imagem 14 - Tipo.

Diferentemente do apressado positivismo de Rondon, que rasgava o sertão com estradas abertas por dinamites e grandes turmas de braçais (que no entanto definhavam de saúde e disciplina), os salesianos não parecem estar assim tão interessados na conquista e expansão aceleradas de territórios. Lembram mais uma política de colonização, de assentamento agrícola. As

colheitas de uva, arroz, mandioca e algodão, afora o primeiro mamoeiro carregado, mostram que havia um projeto visando à sedentarização do grupo originário, o que também era visado com a pregação catequética, o ensino das letras, e o ensino de artes e ofícios. Se o álbum da Comissão Construtora de Linha Telegráficas acaba com reprodutores zebus, indicando o que estava por vir, o dos salesianos termina com a formação do grupo “especial do capitão Lobo, chefe supremo dos Bororos, descobertos na última excursão do Padre A. Malan, em 1907”. Ainda a realizar o sonho da conquista do sertão pela Europa civilizada, o Brasil Central era uma fronteira ignota. Porém, mesmo à distância de 400 quilômetros das aldeias já conhecidas pelos salesianos, esta foi uma descoberta possivelmente programada, pois me parece certo que os capitães Lobo, Major e Joaquim tivessem contatos e redes no entorno das terras pretendidas pelos padres para sua missão evangelizadora. Todos os Bororos descobertos posam consensualmente tapados de suas vergonhas. Três deles, afora estarem dois padres, no centro, já vestem uma manta que os distingue dos demais. Às mulheres não foi pedido que cobrissem os seios.



Imagem 15 - “A turma especial do capitão Lobo, chefe supremo dos Bororos descobertos na última excursão do Padre A. Malan, em 1907”

Em adição a essa tal de descoberta, a missa logo rezada não deixa de ter, no modo como foi capturada, um quê de primeira missa em Pindorama. Foi uma “descoberta” liturgicamente celebrada, com registro documental, inclusive a fotografia/ nesta caso particular, batida no instante da elevação da hóstia aos céus. Os instantâneos cuidadosamente capturados pelo retratista incluem, afora outras funções, as dependências das irmãs e dos padres missionários, querendo atestar a sua geral prosperidade. Sendo as três imagens iniciais sobre o padre Malan e sua tropa de viagem no

sertão, a foto 4 retrata orgulhosamente “aldeamentos e alicerces para casas definitivas”, tendo-se em mente a sedentarização de uma comunidade numa vila com rua e moradas sólidas. Inspeccionada primeiro, a colônia do Sagrado Coração, que estava a cargo das irmãs de Nossa Senhora Auxiliadora, recebeu o padre com festa ainda na estrada, no portão das terras. Malan avistou sem demora um grupo de meninas Bororo “já batizadas e cursando regularmente as aulas”.



Imagem 16 - “No momento da Elevação” (detalhe)



Imagem 17 - Aldeamentos e alicerces para casas definitivas

De chapéu e tela para o rosto, Malan inteirou-se também das derrubadas, do preparo do solo e das colheitas. Esta era a lida, a propósito, de que as Bororo e os Bororo se ocupavam, sem participação dos brancos. Havia arroz, mandioca, e algodão, para colher, gruta para lavar roupa, oficina de ferreiro, oficina de curtume. Além da primeira colheita de uvas, o primeiro pé de mamão estava carregados de suas frutas. A banda de música, escola, a fanfarra para exercícios ginásticos e militares, não ficaram de fora. A pequena Isabel depois do batizado, e Gabriel e Clara, no dia da primeira comunhão, insinuam, não só a pacificação pelo catolicismo, mas ausência de mortalidade infantil, algo que, claro, podia acontecer (e não apareceria no álbum, lógico).



Imagem 18 - Colheita: mulheres Bororo e seus aturás (cestos levados às costas e firmados sobre a cabeça)



Nada, no que toca às duas outras colônias, serviu para arranhar essa imagem de fé e industrioso trabalho, ordem e progresso.

Em contraste com o álbum que Calmon recebeu de presente atestando o bom andamento do trabalho missionário, uma rápida consulta à bibliografia ou à documentação disponíveis na plataforma de internet do Museu do Índio põe outros elementos em evidência. Em primeiro lugar, a questão religiosa, isto é, além da adesão, a efetiva conversão ao catolicismo. Em sua dissertação de mestrado, Ninarosa Manfroi examina as anotações de viagem do médico italiano Sarotri. Este admite para si mesmo não ter conseguido obter uma “idéia exata do pensamento dos indígenas sobre a divindade”. Na companhia de um menino Bororo (educado e batizado pelos salesianos), por mais consultas que lhe tenha feito, não lhe foi possível captar com clareza “que conceito possuía de divindade”. Ouviu do Bororo que “na capivara, na anta, no veado, se abrigava um ‘quê de espírito’”. Disso decorria que os Bororo não comiam essa caça sem antes o Bary despachar o espírito.<sup>169</sup> Aparentemente, seus costumes em comum estavam aquém do comungado nas missões.

Um segundo elemento que contradita a harmonia das imagens do álbum está no poder de mobilidade – o costume da liberdade – dos Bororo em seu próprio território. Em publicação sobre sua incursão ao território Bororo em 1900, W. A. Cook fotografou duas mulheres adultas carregando grandes e volumosos cestos de palha, firmados por alças na cabeça, os aturás. Sendo um povo de estatura alta e gente corpulenta, os cestos eram de tamanho grande, o que lhes dava a possibilidade de carregar seus pertences de uma hora para outra, com presteza. Sobre uma daquelas duas mulheres, aliás, viajava uma arara, e bem junto dela há uma criança.<sup>170</sup> Com as atuais possibilidades hoje abertas pela digitalização dos documentos e sua disponibilização para pesquisa, não foi difícil encontrar o instantâneo que Cook capturou, atualmente sob a curadoria do Smithsonian, o que permite, abaixo, a sua reprodução. Outrossim, sua qualidade me permitiu ver, não só que são duas mulheres, mas também a já citada criança junto de uma delas.

---

<sup>169</sup> Manfroi, Ninarosa, *História dos Kaingang da terra indígena Xapecó (SC), nos artigos de Antonio Selistre de Campos: jornal A Voz de Chapecó 1939/1952*. Florianópolis, dissertação de mestrado em História (UFSC), 2008. p. 164.

<sup>170</sup> Cook, W. A., “The Bororo Indians of Matto Grosso”. In: *Quarterly issue*, v. IV, nº 1789. Smithsonian Miscellaneous Collections, v. L. Washington, 1908, p. 52.



Imagem 20 - Duas mulheres Bororo e seus aturás (detalhe). Photo. Lot 97 DOE So Amer Brazil Mato Grosso. Bororo, Cook Coll 04402500, National Anthropological Archives, Smithsonian Institution

Nessa mesma navegação à procura da supracitada fonte, encontrei no portal Europeana dois retratos fotográficos usados na – também já citada – série *Ethnographia brasileira*, de pitorescos cartões postais impressos em Belém do Pará. Em 1907, o remetente escreve para seu correspondente em Nápoles, Itália, que deseja receber tipos, em troca do bilhete do Borro enviado. No mesmo ano de 1907, o segundo apenas manda abraços uma madame em Lisboa. Em ambos os casos, o editor dos postais os situa no Amazonas, mas o lugar indicado pelos arquivo alemão é o Mato Grosso.



Imagem 21 - Ethnographia brasileira. Índio Bororo. Chefe Amazonas. “Desejo tipos”



Stiftung Preussischer Kulturbesitz Paul Ehrenreich, Bororo-Hauptling, Ident. Nr.: VIII E Nls 120 © Foto: Ethnologisches Museum, Staatliche Museen zu Berlin

Imagem 22 - Ethnologisches Museum, Staatliche Museen zu Berlin. VIII E Nls 120. (Carte-de-visite)

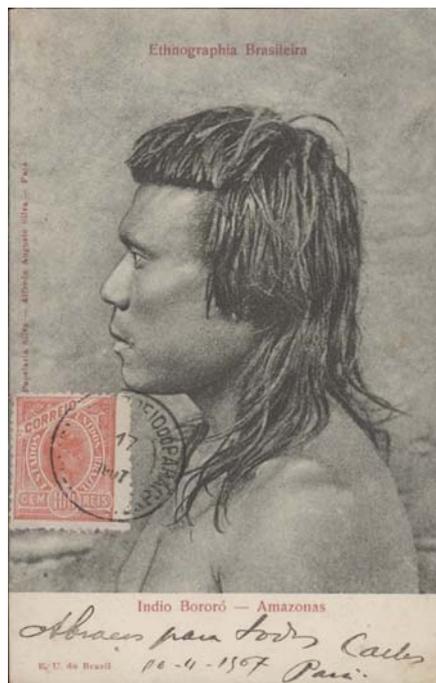


Imagem 23 - Ethnographia brasileira. Índio Bororo – Amazonas

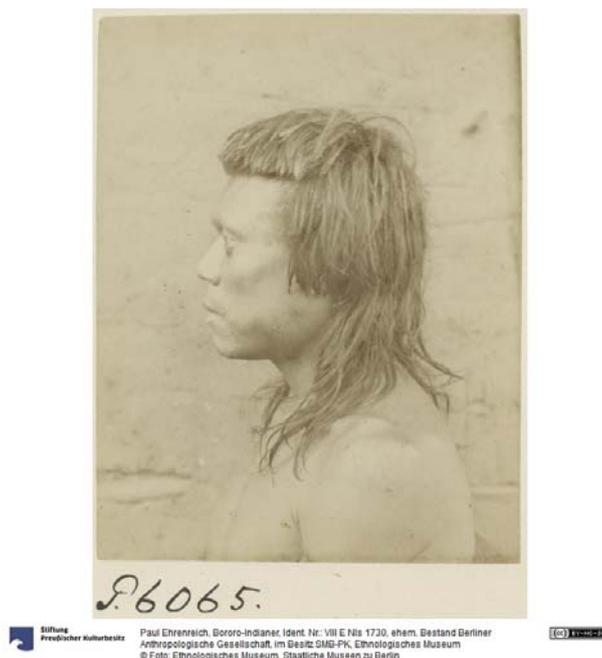


Imagem 24 - Ethnologisches Museum, Staatliche Museen zu Berlin. VIII E NIs 1730

Vários anos depois da passagem de Cook, além de manter o costume de pernoitar em lugares que os funcionários do SPILTIN chamavam de acampamentos provisórios, os índios pareciam sumir, perdendo-se no sertão com suas perambulações, ou no reservado de suas festas. Em 1914, um funcionário anota em relatório que os Bororo evitavam a Povoação Indígena São Lourenço, estando, “em sua maioria”, espalhados “em aldeias nos vales dos rios S. Lourenço e

Cuiabá, em estabelecimentos particulares”. Também vagueavam “pelo vasto sertão à leste de Cuiabá”. Ele pondera ainda que “a despeito do seu constante trato com a civilização”, eram preservados “os seus primitivos hábitos”, até mesmo por aquelas crianças que haviam vivido “entre famílias civilizadas e de trato distinto”. Quando regressavam, “uma vez no sertão, alternam o vestuário secular, com os enfeites com que se adornam os selvagens”. Quase dez anos depois, em 1923, após ser observado que os rios abrigavam farto pescado e por toda parte serem encontradas palmeiras de côco comestível, de onde também extraíam líquido – óleo ou leite – para a beberagem da “chicha”, é comentado que os Bororo se entregavam a “intermináveis” festas, “que precedem e sucedem as caçadas ou pescarias”, estas também assaz longas e fugidias.<sup>171</sup>

Quando acrescidas dos ritos funerários, festas e cerimônias empatavam qualquer funcionamento regular de lavoura rotineira e faminta de braços. Conforme película etnográfica de 1917, as cerimônias fúnebres, ademais de terem partes vedadas aos brancos, também estavam blindadas ao catolicismo das missões<sup>172</sup> Outra fonte descoberta na pesquisa deste tese, datada em 1914, dá detalhes sobre os obstáculos quanto a conhecer os paradeiros dos Bororo. Em portaria, o engenheiro e diretor dos trabalhos de construção e conservação da Povoação Indígena em São Lourenço assinala informes trazidos por um diarista. Este começou dizendo – na volta de sua incursão pelas aldeias do alto São Lourenço – que não fôra até Jardori-Pobori porque “um índio” da aldeia Coguei-a-paro lhe falara de seu abandono, o mesmo sucedendo com a de Aradjari. Estavam todos, segundo lhe foi dito, na colônia salesiana de Taxos. Os Bororo de Coguei-a-paro haivam estado em Taxos, apurou ele, mas lá não se mantiveram por “serem mal pagos pelos salesianos”. Ainda em 1943, um funcionário do SPI aponta para a dificuldade em saber com precisão o total exato dos Bororo, já que suas “viagens constantes” não permitiam uma estimativa certa. Tanto em Córrego Grande quanto em São Lourenço, dava-se falta de “muitos índios”, pois “grande parte” podia estar “em caçadas”. Em Piebaga, é registrado, fotografou-se “acampamento provisório dos Bororos”.<sup>173</sup>

Se a lavoura não podia funcionar sem escravizados, era claro, ao mesmo tempo, o estado de disponibilidade que os povos originários podiam representar para os fazendeiros, daí a necessidade

---

<sup>171</sup> Relatório, 1914. Relatório, 1923. Serviço de Arquivos do Museu do Índio. Microfilme 379, fotogramas 1076, 1458. Esta fontes estão transcritas em: Guimarães, Heitor, *Índios na História do Brasil republicano. O território étnico-indígena Paresí e o território estatal-indigenista Utariy (1907-1932)*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em História (PUC), 2011, p. 104, 121.

Ambos os relatórios se encontram, talvez, no acervo digitalizado do SPI, pelo Museu do Índios, em IR6, 120 São Lourenço, caixa 424, planilha 123.

<sup>172</sup> *Rituais e festas Borôro*, 1917, de Tomás Reis. Canal Museu do Índio. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ei6eKqMBtE>. Acesso em 29/5/2018.

Produzido pela Comissão Rondon, e rodado entre os Bororo, é considerado um dos primeiros filmes etnográficos da História do cinema mundial.

de conhecer o seu paradeiro, os seus costumes, saber quantos eram, localizando-os. Cercados, podiam ser convertidos em trabalhadores.

#### O BANDO LIVRE E A EXPLORAÇÃO DA BANDA

De modo semelhante à população operária caipira, os Bororo fazem da sua mobilidade uma arma na sua luta por autonomia sociocultural (e não melhores salários). Nas bordas, brechas e desvãos das valiosas propriedades dos fazendeiros, missionários e do Estado, sua presença era difícil de ser percebida com clareza. Logo, à tutela protetora custava muito esforço forjá-los como trabalhadores nacionais. Lobrigava; tanto quanto locava. Versáteis, eram atores expertos nos cenários dos religiosos, funcionários e terratenentes, podiam trocar de ferramenta ou instrumento, roupa, fé, e fala, segundo a personagem em cena. Em constante deslocamento, não eram sedentários, e logo não se incomodavam com seu pousio provisório, cuja grande qualidade, como elucida Cristina Wissenbach (para o caso dos caipiras), estava na falta de prejuízo em abandoná-lo. Carregavam suas coisas para lá e para cá com a cestaria produzida pelas mulheres e com a força moral e o vigor da dieta que conseguiram sintetizar (frutas, mandioca, peixes, cocos, caças, a exemplo do tatu canastra, vegetais, etc.). A cestaria talvez fosse sinônimo de uma gente exigente e irritante. E móvel. A queixa azeda que Heitor Guimarães recolheu em sua pesquisa – sobre estarem acostumados ao péssimo regime de ser presenteados, sobre seu hábito de olhar como coisa sua toda remessa do governo entregue no posto do SPI – talvez se materializasse nas cestas e bolsas que traziam consigo, evadindo-se na seqüência.<sup>174</sup> Sua mobilidade, no entanto, mais do que expressão de suas habilidades, podia ser uma necessidade de sobrevivência, dada a mortalidade decorrente do contato com homens brancos. Enquanto tiveram forças físicas e grupais, é possível que tenham acentuado ou reelaborado o recurso ao seu vai-vem a fim de se distanciar dos muitos prejuízos que o assédio dos nacionais trazia consigo. Para tal, facas, anzóis, ferramentas, é claro, iam junto de suas coisas próprias, nos aturás. E, afora pássaros e macacos, cães passaram a lhes fazer companhia, somando-se à defesa do território livre.

A menção acima ao ensaio de Cristina Wissenbach não desempenha função apenas explicativa. Desta seminal publicação, desdubro aqui sua observação sobre a importância de pontuar as intersecções “entre a mobilidade e a sobrevivência de brancos pobres, mestiços e forros”. Eram suas “transumâncias”, seu seminomadismo, que lhes conferiam a “maleabilidade”, a resiliência, necessária para contornar a penúria ou a fome, a violência e o mandonismo, e também

---

<sup>173</sup> Portaria, 5/1/14. Museu do Índio, arquivo do SPI. IR6, 120 São Lourenço, caixa 228, planilha 13, fls. 1. Cuiabá, 14/5/43. Museu do Índio, arquivo do SPI. IR5, 666 Sede da inspetoria, caixa 30, planilha 289, fls. 2.

<sup>174</sup> Wissenbach, “Da escravidão à”, op. cit. p. 59. Guimarães, *Índios na História*, op. cit., p. 128.

os recrutamentos forçados. Conforme se lê nas fontes, eram um “bando” que “vagueava” em terras férteis. Não trabalhavam, dizia-se. Eram facinorosos, acusava-se. No final das contas, eram perigosos bandoleiros.

É exatamente este o meu desejo aqui: a prática da mobilidade – adestrada, fisicamente, por homens e mulheres, nas suas intermináveis jornadas festeiras (recomendo o filme de 1917, já citado) – era uma arma na sua relação com os agentes do Brasil autodenominado civilizador. Sua força também estava na coesão e ação grupais. Em coletivo, eram mais poderosos do que dispersos em famílias nucleares, como já documentam, no início do século XX, os cartões postais de índios civilizados. Em síntese, os povos originários, enquanto não estivessem, como estão hoje, cercados por grandes projetos agroindustriais, suas águas e suas terras, enquanto delas pudessem dispor, lhes garantiriam certa independência de escolha, inclusive a de representar a sua pia conversão ao catolicismo. No bilhete abaixo, remetido em 1906, homens e mulheres, em grupo, em número e em várias idades – ditos “índios Coroados” (por vezes os Coroados são sinônimo de Bororo) – já estão, segundo o texto manuscrito, “semi-civilizados”. Mas a mim parecem ter ocorrido ao Museu com alguma finalidade, em busca de algo...



Imagem 25 - Índios Coroados (no Museu Paranaense), Curitiba. Coleção do autor

Sylvia C. Novaes analisa em *Jogo de espelhos* o choque dos salesianos com o comportamento de meninos e meninas que, segundo imaginavam, eram frutos viçosos de sua ação apostólica. Todavia, logo após o sacramento da primeira comunhão, podiam desviar da retidão traçada e voltar ao convívio primordial, dito selvagem. Por outro lado, intacto – e acima de todas as confrontações que tinham –, a missão dos salesianos, a proteção estatal e os fazendeiros estavam de

acordo quanto a um ponto. Como apurou a mesma autora, para o inspetor das missões salesianas entre os Bororo, o padre Malan – e ele o disse na Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro em 1908 –, não podia ser visto como trabalho seus costumes de coleta, caça e pesca, tudo feito com nudez, fruição e festa. Os selvagens não trabalhavam. E cabia aos sábios homens brancos fazê-los ascender na escada evolutiva, (a) inculcando o trabalho rotineiro e morigerado, (b) localizando-os para trabalhar como nacionais, (c) obrigando-os a trabalhar. Já a gastança de recursos e a matança de animais da expedição montada para o ex-presidente Theodore Roosevelt se divertir na selva foi uma indiscutível façanha civilizada. A fim de legitimar a obra missionária de sua ordem, Malan conseguiu fazer parte da programação da Exposição Nacional de 1908. Trouxe para o Rio 21 Bororos integrantes de uma banda de música. Ao menos três faleceram, mas os salesianos não foram isentados pelos outros 18.<sup>175</sup>



Imagem 26 - Padre Malan e grupo Bororo, com a infantil banda de música, a 15 de novembro de 1907 (detalhe)

Em sua dissertação de mestrado, Carlos A. da R. Freire, não só analisa as controvérsias entre o catolicismo missionário e o positivismo da ação indigenista de Rondon, como também teve acesso a outro livro encomendado pelo padre Malan para circular na Exposição Nacional de 1908.<sup>176</sup> Neste, de acordo com Freire, Malan narra acontecimentos de sua viagem de inspeção. Em

---

<sup>175</sup> Novaes, Sylvia C., *Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo, Edusp, 1993, p. 168-170. Rondon, Cândido, *The Roosevelt-Rondon Scientific-Expedition and the telegraph line commission*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1916.

<sup>176</sup> Freire, Carlos, *Indigenismo e antropologia. O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1955)*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em antropologia (PPGAS-UFRJ), 1990, p. 123-130.

“pormenores”, “tragédias horrorosas” são de autoria dos Bororo, “monstros traiçoeiros”, “ladrões e vis assassinos”. A estas acusações se contrapõe Alípio Bandeira, do SPI. Segundo ele, esse povo originários já estava, fazia tempo, “pacificado”. Não era violento nem criminoso, portanto. A isso é acrescida a denúncia de os salesianos, em excursão com a banda de música pelo sul do país, terem sido irresponsáveis e negligentes ante os óbitos dos meninos, falecidos após contraírem doenças nas cidades percorridas. Ainda foi afirmado que, se a excursão era para levantar fundos para os salesianos, a viagem estava paga pelo governo, possivelmente o Ministério da Viação, o de Miguel Calmon.

Esses indícios todos de aliciamento, óbito por doença, excursão, exibição de exóticos selvagens – inclusive crianças –, levantamento de fundos privados, entretenimento e deleite dos ditos civilizados, e a condução pastoral nas mãos de um sábio homem branco, me induzem a apontar para as experiências de rapto e cativo a que os povos originários foram submetidos por europeus, com vistas à sua exposição ao público pagante. E, nisto – de novo –, não só há continuidade entre a República e o século XIX, como também há sintonia e protagonismo da parte das elites políticas baianas. Um dos casos atualmente mais conhecidos foi levantado pelo historiador chileno Christian Báez. Em parceria com Peter Mason, revelaram de novo retratos de Fueguino e Mapuche, autóctones do extremo sul do continente ameríndio. Após sua captura, os seqüestrados foram transferidos para Paris e outras capitais européias, sendo enjaulados nos infames zoológicos humanos. Além do – assim chamado – “repatriamento” e enterro dos restos mortais, produziu-se um documentário, *Calafate*.<sup>177</sup>

A passagem da banda de música Bororo pelo Rio de Janeiro causou sensação na cidade frívola e burguesa. Não escapou também a João do Rio. Ao saber, desejou vê-los logo. Grassava um disse-me-disse com a notícia de um “padre inexoravelmente civilizador” ter conseguido domesticar “meia dúzia de guris bravios, ensinando-os a tocar bombardão e flautim”. Confessa o literato que a sua alma – “se é que temos” – “confrangeu-se”. E emendou enigmático: “há caricaturas lúgubres” – não sei se das almas civilizadas, ou se faz referência a alguma charge publicada na imprensa. Sincero e direto na sua própria caricatura, os curumins faziam “um desses esgares jocosos dos macacos, esgares que dão vontade de chorar”. Além da parecença com os símios, eram “passeados como ursos amestrados” em São Paulo, ao som metálico do triângulo da banda e dos comandos de Malan, que os tangia às redações dos jornais, onde eram motivo de estardalhaço.<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> Báez, Christian; Mason, Peter, *Zoológicos humanos: fotografías de fueguinos y mapuche en el Jardín d'Acclimatation de París, siglo XIX*. Santiago, Pehuén, 2010.

Ver também: Peydron, Laurence, *Exhibitions l'invention du sauvage*. Issy-les-Moulineaux, Beaux arts éditions, 2011.

<sup>178</sup> João do Rio, “Impressões Bororos”. In: *Cinematographo. Cronicas cariocas*. Porto, Livraria Chardron, 1909, p. 349-355.

Ao ter notícia pelo telégrafo da capital paulista que, antes de chegar na Cidade Jardim, “os bororos murchavam e feneciam”, João do Rio mudou de ares. Quando leu sobre a morte do primeiro menino da banda, “foi um choque”. Em outra cidade, outra morte. Perante elas, o cronista anteviu o salesiano a chegar só, sem mais ninguém na comitiva. Desconfiado das intenções do padre, ele também anteviu a subsequente atitude de Malan. Este, “para não perder o benefício”, diria: “eu sou aquele que de um bando de bororos fez uma banda”. Afinal, nem todos os Bororo vieram a falecer, e o missionário não chegou só ao Rio. Mas continuou a explorar os vivos, já que, talvez pelos desfalques, ou para ganhar mais, transformara os pequenos músicos em cabotinos, atores risíveis e ambulantes. Quando finalmente veio a conhecer a banda, o cronista – nem é preciso descrever – não gostou do toque musical. Mais importante é sua descrição sobre se um desses garotos se perdesse do bando e vagasse solitário pelas ruas. “Ninguém para ele olharia” a não ser para botar reparo na sua vulnerabilidade: “com a farda e o número de um asilo oficial de proteção à infância”. Mas logo o autor alheou-se de seu pensamento e deu-se conta de que o padre, aproveitando estar no gabinete da Presidência da Câmara dos Deputados, se distribuía instrumentos musicais nas “tabas bárbaras” do sertão, passava, naquele exato instante, compêndios da língua tupi aos congressistas. Estimulado pela cena, o autor entendeu que “todo aquele pessoal falava a língua dos Bororo”, os quais, outrossim, “além de pais da pátria, eram pais dos Bororo”. Ao primeiro vozeirão na tribuna, João do Rio foi-se dali, e subiu ao “elétrico” – coisa moderna – “bororo-mente alucinado”.

Se João do Rio tentou botar uma pedra no assunto com seu trocadilho, alguém depois desdobrou a menção que ele mesmo fizera a uma certa “professora Daltro” e seus índios civilizados, em plena capital parisiense. Croniqueta do semanário humorístico *O riso* ri da ida ao Espírito Santo de astrônomos argentinos e chilenos, para conhecerem “aldeamentos de índios”. Era do parecer da croniqueta que não carecia de ir longe. A fim de “apreciar os nossos bugres”, cumpria apenas levá-los até a avenida Central e então os veriam nos choferes, nos esbarrões dos homens de maus modos, na “maneira por que são empregados os cassetetes quando é preso um pobre diabo qualquer”. Em último caso, que se fosse com os estrangeiro na casa da “professora Daltro, onde, segundo nos consta, também os há” – para não falar da Câmara, onde havia “cada Bororo”. No ano anterior, 1911, na seção das “Trepações”, observa-se que uma tal Leonor Bororo vinha sendo “constantemente” vista na Lapa, no horário noturno; diria. Perguntou-se em seguida: “andarà à procura do menino?”.<sup>179</sup> Na dúvida quanto à experiência de gênero de Leonor Bororo à procura de um menino, para mim, está mais ou menos claro que a professora Daltro pensaria duas vezes antes de trazer para junto de si qualquer pequeno músico da banda de Malan. Seus rapazes eram índios

---

<sup>179</sup> *O riso*, nº 75, 1912, p 1. “Croniqueta”, *O riso*, nº 29, 1911, p. 19.

civilizados e, com certeza, fazê-los conviver com garotos doentios podia ser ruim para os negócios. Porventura algum petiz virou pupilo (da professora), passou por alguma quarentena. Desse trem da morte rumo à civilização, é possível compreender quando qualquer Bororo que tirasse a roupa, ao reaparecer na tribo, e procurasse acolhida em meio ao seu povo original.

Quer em bandos, vagando sozinhos com a sua própria lei para acompanhá-los, quer no garoto solto pelas ruas, tal qual órfão desgarrado de sua instituição protetora, afora o condutor do carro-de-aluguel, para não falar daqueles que apanham da polícia por serem pobre diabo qualquer, mais os rapazes da professora Daltro ou o menino de Leonor Bororo, os povos originários e seus descendentes eram classificados como elementos pertencentes às classes perigosas. É exatamente por isto que o chefe de gabinete de Miguel Calmon divide a pasta ministerial em três partes: Viação, Agricultura e Trabalho.<sup>180</sup> Os braços para a lavoura precisavam ser localizados. Em seus três departamentos, o Ministério de Calmon tinha por fim situar os povos originários. Localizá-los era pacificá-los dos perigos inerentes à sua classe. A viação os localizaria, a agricultura os empregaria e o trabalho os redimiria. Era a salvação.

#### A LAVOURA É UM CERCAMENTO

Quando fui ao Museu do Índio pela primeira vez (na segunda metade da década de 1980; eu era assistente de pesquisa), surpreendeu-me a quantidade de correspondência recebida e guardada por Rondon com solicitações de emprego. Lembro que minha reação foi a de menosprezo pela prática do pedido. Hoje minha compreensão é outra: penso que tantos rogos feitos a Rondon, não só queriam melhores condições de vida, mas também buscavam diminuir as possibilidades de o beneficiado ser agarrado para trabalhar a força em usina ou fazenda; ou como recruta alistado também obrigatoriamente. Cerca de duas décadas depois de 1888, os trabalhadores ditos livres lidavam, em seus cálculos, com a variável do trabalho degradado e reduzido à condição análoga à de escravidão. Para os de cima, é claro, os pedidos eram funcionais, pois alimentavam a dependência dos de baixo para com relações paternalistas. Mais uma vez, entre a dependência e a exploração, os trabalhadores não dispunham de confortável desenvoltura para fazer escolhas.

Com esta última peça da coleção Calmon, serão brevemente pinceladas características protuberantes da Companhia Mate Laranjeira, em atividade na região, como foi dito, desde pelo menos o fim do século XIX. Também oferecido ao então ministro da Agricultura, o álbum data de 1922, ano em que, coligado ao PRM de Artur Bernardes, o engenheiro baiano ocupou pasta ministerial pela segunda vez em sua vida. São 158 fotos preto e branco de tamanhos diversos. Por um lado, são vistas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Olinda, Corumbá, Cuiabá

e Salvador. Traços característicos da extração do babaçu, da borracha, da plantação da erva-mate, cana de açúcar, e outras culturas, se destacam por outro lado.

No que toca à Companhia Mate Laranjeira, sua localização na parte sul de Mato Grosso, incidiu sobre o território nacional dos Kaiowá e dos Guarani. Já citadas, tanto Isabel Guillen quanto Eva Ferreira pesquisaram a sua experiência operária, em sua relação com o latifúndio. Em virtude disso, eu aponto para dois aspectos apenas. Primeiro, dispensando o aturá, a ampliação da carga. E o porte ostensivo de arma de fogo, em segundo lugar. A primeira fotografia mostra um peão e seu aturá, apenas para carregar erva-mate, o dia inteiro, para lá e para cá, dia após dia, da rua da roça ervateira às instalações de beneficiamento da folha, na sede da companhia. Posteriormente, dois carregadores levam enormes fardos às costa, sem o uso do aturá. Na seqüência, três homens brancos estão armados de revolver na cintura.



Imagem 27 - “Colhendo mate” (detalhe). Carregador de aturá na cabeça

---

<sup>180</sup> Xavier, “O Ministério da”, p. 64.



Imagem 28 - “Conduzindo mate” (detalhe)



Imagem 29 - “Saboreando o mate” (detalhe)



Imagem 30 - “Erva-mate em estado de ser colhida” (detalhe). O homem à direita leva um revolver no lado direito da sua cintura

A substituição de um pelo outro, ou a simples alternância entre o aturá e o fardo, confirma a contumaz observação sobre a profunda dependência da força de trabalho braçal de parte da lavoura brasileira. Aponta-se, em geral, haver investimento em ciência e inovação, tecnologia e maquinário, apenas onde isso era imponderável. Até mesmo a lavoura de fumo dos holandeses em Sumatra, era adicta do abuso do apelo ao trabalho manual, deixando de investir seus fartos recursos em avançados, e disponíveis, meios mecânicos, anotou Calmon. Afinal de contas, Sumatra e a lavoura eram o tipo de coisa pela qual povos avançados demonstravam sua superioridade sobre os atrasados. Mas quando a supremacia de classe, com abastecimento ininterrupto de força de trabalho, estava em plenamente em vigor, a tecnologia podia ser deixada de lado, talvez.

Por um lado, dada a superexploração, o proletariado era descartável. Para impor o ritmo almejado, os empregadores precisavam ser guarnecidos com farto e contínuo recrutamento de força de trabalho. Assim, com o exemplo do descarte e com a prática do rodízio de mão de obra, podiam impor as suas condições. Sem “chicote” para espevitar os “brios do trabalhador nacional”, era a necessária mão invisível. Por outro lado, os patrões também tinham apego à imobilização dos trabalhadores, isolando-os de suas relações de força, para fragilizá-los. Ou pela distância, ou pela imobilização, ou ambas, buscavam cortar as relações pelas quais os trabalhadores tiravam a sua força. Para impor a superexploração, precisavam de empregados presos à terra, sem lugar para onde ir, sem liberdade de ir e vir, sem possibilidades de escolhas. Por fim, as finas roupas daqueles três

homens – o couro bom, polido e lustrado de suas botas, cintos e cartucheiras, mais o porte de arma à vista de todos – exibiam a prosperidade e a autoridade patronal da Companhia Mate Laranjeira.<sup>181</sup>

Palmilhando o Brasil Central e em rota rumo à Amazônia, as linhas de telégrafo cujas obras e zeladoria Rondon comandou foram o seu cabedal para ser alçado à direção do SPILTN. Por diferentes maneiras, sua ação, assim como a obra missionária, flanqueou os territórios dos povos originários. Embora negassem ser esta a sua intenção, tanto a igreja católica quanto a proteção estatal tiveram por resultado a fragilização dos grupos indígenas. Por isso, enquanto tiveram saída, a mobilidade era essencial à liberdade e bem-estar dos povos originários. Quando ficavam reduzidos à falta de opções ou à dependência, a imobilização pelo latifúndio foi um outro, e subsequente, resultado. Nessa posição, estavam enfim cercados.

No aceso debate sobre o papel de Rondon e sua política indigenista no noroeste do Brasil (os atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia), Todd Diacon polemiza com o que chama de historiografia revisionista. Em particular, ele discorda da tese de Antônio Carlos de Souza Lima segundo a qual um “grande cerco” foi montado de modo a sitiar os povos originários até deles obter a sua rendição. Diacon pondera que Souza Lima exagera “flagrantemente o poder de fato exercido pela Comissão Rondon no sertão brasileiro”. Enquanto aponta para as evidentes dificuldades em submeter o poder dos fazendeiros à autoridade da política indigenista do Estado, eu gostaria de apontar também para as dificuldades do indigenismo em atrair, pacificar e civilizar os povos originários, notáveis por sua capacidade de resiliência e mobilidade. Quer dizer, de fato, Rondon e, depois dele, o SPILTN não atuaram sozinhos todo o tempo, conforme quiseram, na hora que quiseram, sempre conseguindo o que queriam. Não foi assim. Além de seus atritos com missões religiosas, os fazendeiros, assim como os povos originários, se fizeram presentes e deixaram suas marcas nos documentos produzidos pela ação indigenista, queixosa perante missionários, fazendeiros, e índios, apontando para seus embaraços, quando não para sua fadiga ou frangalhos.<sup>182</sup>

É importante, como faz Diacon, chamar a atenção para a necessidade de situarmos adequadamente a política do serviço federal de proteção aos índios em seu contexto histórico. Ele deixa claro que as práticas indigenistas inspiradas por Rondon deviam ser respeitosas, sem ter a violência e o imediatismo como características definidoras suas, havendo “propostas piores”; bem piores com certeza. Mais do que isto, para o autor, Rondon defendeu de fato a tolerância religiosa e o direito dos povos originários à demarcação de suas terras, reconhecendo sua soberania. O seu positivismo, nesse sentido, não estava marcado pela ansiedade da marcha acelerada do progresso.

---

<sup>181</sup> Acervo de fotografias da companhia é composto por 1.282 fotos, reunidas na Coleção Companhia Mate Laranjeira, Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

<sup>182</sup> Diacon, *O marechal da*, op. cit., p. 144, 147.

Ver também: Souza Lima, Antônio C. de, *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1995.

Com perspicácia, Diacon também apontou para a “contradição fundamental entre política de proteção acentuadamente esclarecida para sua época e uma política desenvolvimentista”. Por onde passou, tanto construindo linhas telegráficas, que desde logo se revelaram tecnologicamente obsoletas, dispendiosas e de pouco uso ou serventia, quanto oferecendo proteção aos povos originários, Rondon e a política indigenista atraíram, quase que ao mesmo tempo, quer os nativos ameríndios, quer seringueiros, agricultores ou usurpadores latifundiários, o que, lógico, não era nem um pouco de benefício à segurança alimentar, à sobrevivência ou à soberania dos grupos autóctones. Somando-se a isto o etnocentrismo e o paternalismo tutelar que estavam na base da doutrina e da prática protecionistas, é bem certa a avaliação do autor quanto ao desejo (e orgulho quanto à chegada) de mais progresso, em somatório ao próprio SPILT, nas áreas indígenas onde estava inserto. Os funcionários do serviço federal, diante do movimento de aproximação do desenvolvimento econômico, ou extravasavam sua satisfação, ou, ao atrair e pacificar os índios, preparavam o terreno (involuntariamente ou não) para a maximização dos lucros da empreitada desenvolvimentista. Não por acaso, quando o SPI foi extinto em 1967, eram inúmeros os abusos e a exploração dos índios pelos servidores da República.<sup>183</sup>

Antes de enfim passar à conclusão, é aqui que posso especular sobre o visível gesto de aplainamento de tensões, tanto nos álbuns de fotografias, quanto no nome original do SPI, que por extenso era Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Como já disse, os álbuns oferecidos a Calmon – inclusive o da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas – não enxergam (e portanto não expõem) contradição alguma entre atrair e pacificar os povos originários e registrar o assédio de fazendeiros e suas boiadas, bem como a presença da poderosa Companhia de Mate Laranjeira. Assimilação de um lado. Ordem e progresso de outro. E nada nesta relação destoava em desarmonia. A iconografia dos dois álbuns da Exposição Nacional de 1908 não chega a mostrar o interior dos pavilhões, mas nestes, afora fábricas, não faltaram as riquezas naturais e a agricultura. Uma pavilhão dos Correios e Telégrafos servia ao público pagante. Uma estação telegráfica que Rondon mandou construir no sertão tinha desenho arquitetônico semelhante. Não era mera coincidência. Também não é simples acaso o álbum da missão salesiana não mencionar Rondon, do mesmo modo que esses religiosos não aparecem no álbum das linhas telegráficas, cuja construção foi a experiência para Rondon apurar seu tirocínio no contato com os nativos. Não é fortuito, igualmente, o fato de o álbum dos salesianos valorizar a data do 15 de novembro. Por fim, o quinto e último álbum não ostenta nada em contrário a homens que levam enormes fardos de erva-mate às costas, obedientes a homens que portam revólveres, na cintura, para ver e ser vistos armados.

---

<sup>183</sup> Diacon, *O marechal da*, op. cit., p. 153, 155, 157.

Uma outra especulação é sobre a convivência dos propósitos de proteger índios e localizar trabalhadores nacionais no mesmo e único nome de um serviço público federal. Não pretendo ineditismo ao percebê-la, pois me falta o devido tempo para ler a bibliografia adequadamente. Por isto mesmo, também posso estar errado. Mas não vou deixar de frisar que o SPILTN era uma agência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Outrossim, Jair Ramos informa que “ao SPILTN cabia, em princípio, a fixação tanto de populações indígenas quanto dos mestiços, ex-escravos e seus descendentes – conjunto que forma os ‘trabalhadores nacionais’”.<sup>184</sup> Em 1918, ainda que tenham apartado as duas funções – proteger uns e localizar outros –, me parece provável que a Companhia Mate Laranjeira, por exemplo, havia tido a chance de se servir da força física de povos originários como proletários braçais. Apesar de isto não ser a intenção de Rondon e da política indigenista que ele liderou, a presença tutelar e etnocêntrica de um comandante positivista e seus seguidores – invariavelmente derivada na sua manifesta simpatia por evolução e progresso –, o SPILTEN efetuou assédio sobre os territórios indígenas. Deixando de lado possíveis abusos, a propagação de doenças nada teve de benéfico, servindo apenas para ocasionar uma dependente subalternidade, dos índios assistidos para com seus homens protetores. Quando o SPILTN passou a ser SPI, atrair, pacificar, assistir, assimilar, e proteger os índios, não deixou de pressupor, em primeiro lugar, a sua localização. Este ato de reconhecimento era o início de um processo para o que a sua mobilidade era um irritante problema e a sua fixação, uma notícia bem-vinda.

## CONCLUSÃO

Este ensaio é ponto de chegada de prática de docência iniciada na UFBA em 2002. Não é uma tese tamanho família. É uma tentativa de dar mais um aproveitamento ao ensino em sala de aula, bem como continuidade a pesquisas e estudos feitos ao longo de todo esse tempo, com apoio do CNPq e da Fapesb. Vividos 16 anos em Salvador, com dois afastamentos para realização de estágio pós-doutoral no Cpdoc, voltei à sala de aula para dar início ao curso noturno de História do Brasil III, em 30 de abril de 2018. Corri contra o imbatível fator tempo e, cada vez mais, ao ter cada vez menos tempo, contava o número de palavras e o número de páginas. Iniciada em fevereiro, esta tese foi concluída no início de junho.

Eu me entreguei à provocação sobre o pós-abolição das elites, na perspectiva de uma História marxista a partir de cima. Após manter distância dos relatos de viagem de Miguel Calmon à Ásia, mudei de idéia e me detive na análise tanto de seu olhar sobre a culisada quanto de sua negativa a respeito do debate sobre importar coolies para o Brasil. Estando ele encantado com a

---

<sup>184</sup> Ramos, Jair de Souza, “O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar nas políticas de imigração e colonização do Serviço de Povoamento do Solo Nacional” In: *Horizontes*

prosperidade holandesa, que era impraticável sem os *coolies*, quis entender o motivo utilizado, a defesa da preservação das qualidades viris da raça, vista como superior, à qual pertencia ele, claro. Creio ter demonstrado haver uma continuidade entre o racismo monárquico de senhores de escravos e o liberalismo cientificista e republicano do engenheiro Calmon, na juventude influenciado pelo positivismo.

Outrossim, ficou novamente demonstrado que os senhores de escravos julgavam-se abatidos pela abolição do 13 de maio. Essa alegada queda expunha dois sensíveis nervos: (a) os senhores se viram traídos quando se deram conta da falta que lhes fazia a indenização, ressarcimento em dinheiro ao qual a monarquia estava obrigada a pagar-lhes (sem com isso pensarem em indenizar os escravos). O direito à mobilidade que o fim da escravatura amplamente ocasionou foi um segundo tiro no seu poder de mando, pois os trabalhadores passaram a se movimentar ainda mais, agora que estavam legalmente sancionados, reconhecidos em sua liberdade. O “trabalho” – era dito a partir de cima – estava “desorganizado”. O aludido desfalque da coroa no bolso dos senhores foi retribuído com indiferença, com falta de socorro ao rei, quando a República foi proclamada por um golpe de Estado, no Rio, em 1889. (b) Sem dinheiro para tratar a fratura na supremacia de classe – sua voz de comando deixou de ser inviolável –, a sua supremacia racial não podia se sentir ameaçada. Para tal, homens de ciência saíram a campo e garantiram em alto e bom som, sem dissimulações, que os subalternos eram perigosos demais para ser deixados em paz. Era necessário ter controle sobre o seu amontoamento e hereditariedade. Os senhores também debateram com vivo empenho a necessidade de um código rural, mas este talvez nunca tenha existido ou funcionado conforme queriam. (No final das contas, as coisas parecem ter se ajeitado, pois, quando Getúlio Vargas editou as leis trabalhistas e quis estendê-las ao campo com vistas a organizar o trabalho, o patronato agrícola rejeitou essa manobra inclusiva.)<sup>185</sup>

Do início ao fim, divergi da tese segundo a qual houve uma transição da escravidão à liberdade e busquei alinhamento com a historiografia que se debruça sobre as várias formas de exploração do trabalho, não havendo trabalho livre após 1888 (nos termos convencionais), mas, sim, antes de mais nada, mundos do trabalho, como afirma Flávio Gomes. (Sabemos, por conseguinte, que parte importante da experiência desses mundos do trabalho era a defesa da liberdade.) Também do início ao fim, divirjo da tese segundo a qual o mundo caminha ou deve caminhar rumo à modernidade, simplesmente porque modernização é um termo enganoso, usado vezeiramente com fins ideológicos. Dito modernizante, o fenômeno denominado de introdução do trabalho livre no mercado de trabalho significou, para os africanos, a busca, da partes das

---

*antropológicos*, v. 9, nº 19, p. 34, 2003.

<sup>185</sup> Ver: Welch, Clifford, “Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945)”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 36, nº 71, 2016.

autoridades, de sua expulsão de nichos do mercado de trabalho onde conseguiam prosperar, fortalecendo a “cidade negra”. No limite, significou sua deportação induzida de volta para a África, ou sua deportação para o eito, sendo este último um destino que provavelmente os escravizados em unísono rejeitavam. Para os imigrantes italianos, a sua introdução nas fazendas de café significou exploração pura e simples, talvez trabalho forçado. No Recôncavo da Bahia ou no longínquo Mato Grosso, a teoria das classes perigosas seria igualmente útil, na aplicação da suspeição permanente quanto a comunidades livres e móveis. Ou sem autoridade que por elas respondesse. Em escala global, quando Hobsbawm aponta para o início do transporte maciço dos coolies em rotas transnacionais, no lugar de liberdade, essa experiência, conforme cogita Kamala Kempadoor, talvez estivesse na abertura do processo contemporâneo do tráfico humano e da escravidão de hoje em dia.

Os recém-nascidos senhores de escravos brasileiros poderiam certamente ter apelado à maciça importação dos *coolies* se não calculassem estar, não só quebrados pela não-indenização, mas também frágeis ou inseguros demais para entrar numa imprevisível empreitada de ter dominar uma outra mão-de-obra estrangeira racialmente diferenciada, pululante, astuciosa e resiliente. Talvez rebelde. Além disto, os trabalhadores negros e as trabalhadoras negras já constituíam fator suficiente de suspeição e neurastenia. Com sua incrível capacidade para a ação, já haviam levado seus senhores, em inúmeras ocasiões, a situações desconcertantes e imprevistas; ou à mais pura fadiga de nervos. Séculos de domínio escravista no Brasil terminaram em 1888 com a percepção de que fugas em massa dos escravos e indisciplina generalizada eram com certeza uma revolução – uma desobediência civil – diferente e pior do que o revolucionário 13 de maio. Tendo italianos para chamar de seus e podendo pagar baixíssimos salários, esse foi certamente o caso dos fazendeiros de café do Oeste paulista, que não tiveram dúvidas de ser mais proveitoso apoiar a libertação imediata dos escravos, preferindo não correr os riscos de uma desordem ameaçadora.<sup>186</sup>

Como já foi dito, quando enfim veio a libertação, tais fazendeiros renunciaram à sua indenização ao mesmo tempo em que recebiam doses cada vez mais generosas de sua cota racial, fornecida pelo tesouro público, patrocinador da viagem dos imigrantes europeus e de sua primeira hospedagem em terra firme paulista. O número de trabalhadores em quantidade superior à adequada foi a mão invisível que trouxe inteiras famílias de braços até as fazendas, e das fazendas para o Deus dará, haja vista ser o rodízio da força de trabalho – o *turn over* – um componente crucial para impor a política de domínio patronal aos novos proletários do país, o que assegurou a necessária supremacia, o *high ground* que os proprietários fora de São Paulo não logravam escalar. Tendo conseguido introduzir o trabalho livre em suas plantações, a cafeicultura do Oeste paulista manteve-se lucrativa, bem como em expansão, enquanto o desmonte da escravidão, Brasil afora, não

---

<sup>186</sup> Hall, Michael, “Os fazendeiros paulistas e a imigração”. In: Silva, Fernando T. da et al. (org.), *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba, Editora da Unimep, 2003, p. 159.

conseguia evitar a “desorganização” do trabalho, fracassando em seu “reaparelhamento e econômico”. Com ambas as complicações em mãos, é possível que o debate sobre importar mão-de-obra asiática tenha portanto se reanimado.

Na seqüência, os fazendeiros de café de São Paulo cacifaram as suas fichas ainda mais com a República federalista, amplamente sensível à província cafeeira como a locomotiva nacional (finamente). Se introduzir o trabalho livre significara desfazer a presença dos africanos em nichos onde labutavam admiravelmente, agora, com a chegada dos imigrantes, introduzir trabalho livre nas fazendas de café do Oeste paulista significou a façanha de organizar o abastecimento da mão-de-obra, escancarando o eito ao trabalhador branco. Isto explica o motivo desta cafeicultura ter sobrevivido à abolição sem passar pela complicação do trabalho “desorganizado” e do desaparecimento econômico.

Esta situação foi, note-se, particular.

Brasil afora, diante do primeiro imigrante radical que foi o africano (para não falar do nativo radical que foi o índio),<sup>187</sup> a lavoura se acautelou e deixou de lado a possibilidade de abastecer-se de *coolies*. Em carta remetida em 1899, o senhor de engenho Joaquim da Costa Pinto, de Santo Amaro, dá conta da “adulação” que carecia de fazer aos negros, sem a qual as tarefas executadas no engenho Carapiá lhe seriam ainda mais arriscadas ou onerosas. João Ribeiro de Araújo Pinho, o destinatário da missiva, separou-a para arquivo.<sup>188</sup> Por esse indício, os senhores aparentavam (mais outra vez) estar no seu limite, haja vista sua indisposição em tratar os trabalhadores de modo lisonjeiro. Ou temiam por sua sorte, em caso de não fazê-lo. Quando punha o ponto final nesta tese, em conversa com Wlamyra Albuquerque, fiquei a saber de livros de notas onde há registros de alforrias num dia e contrato de locação de serviços na seqüência, firmado com o sujeito forro. No pós-abolição das elites, se isto era uma adulação, ou seja, se isso era um sinal de que a relação podia pender, mais do que antes, em favor dos trabalhadores, é indício de possível mau funcionamento da política de dar liberdade para criar dependente, complicação que só a seqüência das pesquisas poderá dirimir. O fato é que, se o eito era o último lugar para se introduzir o trabalho livre, era por conseguinte o último lugar onde se buliria com o senhorio escravocrata. Exatamente por isto, é possível procurar no minudente e diligente registro da alforria seguida de contrato e na queixa de negros adulados o rigoroso passo a passo senhorial, na constituição de um mercado livre. Nesse ritmo, embora a Zona da Mata pernambucana (segundo Eisenberg, lido por Barickman) já fosse um “contraste marcante” com o Recôncavo baiano, “a passagem do trabalho escravo para a mão-de-

---

<sup>187</sup> Sobre essa radicalidade, ver: Santos, Jamille, *Ecos de liberdade. A santidade de Jaguaripe entre os alcances e limites da colonização cristã (1580-1595)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBa), 2015.

<sup>188</sup> Carta, 28/7/1899. Fundação Pedro Calmon, Centro de Memória da Bahia (CMB), fundo AP.

obra livre nos engenhos” seguiu também a lógica gradual e segura.<sup>189</sup> Se a lavoura era o último lugar para o Brasil encerrar com a escravatura, a cafeicultura do Oeste paulista foi o primeiro setor a fazê-lo de modo expresso, o que aumentou o sentimento de complicação que se tomou conta da açucarocracia, de se sentir por terra.

A reiterada fadiga de nervos dos senhores baianos – alegação deles sobre eles mesmos – não significou marginalidade política. Apesar de São Paulo com a República ter conseguido subir ao proscênio do teatro das oligarquias, as elites políticas baianas encontraram seu lugar ao lado dos paulistas. Em boa medida, as elites políticas da Bahia, idolatrando seu passado, não deixavam de adorar o *status quo* e assim aderiram, sem problemas, a uma República adesiva. Além de fornecer nomes ao leme e à proa do novo regime, a Bahia dispunha de literatos e cientistas. Seus juristas eram aliás a confluência das cultivadas letras com a ciência do Direito. Ante a necessidade de garantir a sua supremacia racial para não perder sua posição de classe, as elites da Bahia, assim como as demais dos outros estados, dominavam com destreza a ferramenta acusatória das “classes perigosas”, vagabundos pululantes e indisciplinados, contagiosos e viciosos, degenerados e criminosos. Aqui, além do mais, gostaria de sublinhar o fato de que Pereira Passos – “o mágico” (o homem que fez sumir cortiços, para dar lugar a bulevares parisienses) – ter atuado sob a jurisdição do ministro da Justiça J. J. Seabra, baiano, o mesmo que lidou com a Revolta da Vacina.<sup>190</sup>

Ao cunhar o termo “culisada”, Miguel Calmon imprimiu a sua digital nesse modo de pensar e agir compartilhado por homens como ele: a percepção dos trabalhadores como uma classe social – “classe perigosa”. O seu desassossego ante os proletários asiáticos nas ruas e, em contraste, seu revigorante estado de relaxamento e familiaridade quando recebido pelas boas famílias das casas-grandes que visitou, nas plantações de fumo em Sumatra, são indícios da cautela, mais geral, quanto a uma nova empreitada racialista de dominação de classe, num território que não era colônia de além-mar, num território que era nacional, brasileiro. Quando a República chegou em 1889, no ano seguinte à abolição, o isolamento internacional do Brasil foi ligeiramente rompido, havendo aí uma das razões para promoverem o esquecimento do passado escravista a toque de caixa. Nem senhores reclamantes de indenização nem estrangeiros humanitários deviam ter chances de revolver a memória e macular – com “cores negras” – a honra de país tão nobre, onde é difícil acreditar ter havido cativo, um dia. Em ritmo notável, enquanto isso, Antônio Calmon, irmão de Miguel, especializou-se em ser o “prestigioso e popular chefe eleitoral da Bahia”, cuja “clientela” era

---

<sup>189</sup> Barickman, “Até a véspera”, op. cit., p. 180.

<sup>190</sup> Sobre tal revolta, ver: Pereira, Leonardo, *As barricadas da Saúde. Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

segundo os adversários uma “negrada”. No *Carrossel da vida*, Antônio Calmon é por isto “precursor da política populista”.<sup>191</sup>

À medida que consultei as coleções arquivísticas de Miguel Calmon, Afonso Pena e Wanderley Pinho no MHN, de Pereira Passos no Museu da República, afora surtidas ao IHGB, à coleção de Afonso Pena no Arquivo Nacional, e, outrossim, além das consultas à base de dados e bibliográfica do Museu do Índio, isso tudo entremeado de visitas regulares ao portal Internet Archives, creio ter adequadamente elaborado a hipótese de os povos indígenas terem sido alvo de política de dominação de classe similar a que se viu com os *coolies*, valendo-me do paralelo oferecido por Miguel Calmon, com seu olhar sobre os holandeses em Sumatra colonial. Se o Brasil era um Estado-nação, os povos originários cairiam bem como trabalhadores nacionais. No país independente colonial, havia selvagens a civilizar. Pelo trabalho, lógico. E talvez isso fosse menos amedrontador de fazer, quando cotejado com a hercúlea tarefa de importar *coolies*.

Vale a pena lembrar que “índios” é termo eurocêntrico, cunhado para nomear as populações originárias das Américas, termo anteriormente referido à carreira das Índias, territórios asiáticos pretendidos pela conquista europeia no século XVI. Jeffrey Lesser, a propósito, já analisou em sua pesquisa a correlação que Perdígão Malheiro fez entre povos originários e mão-de-obra chinesa: os *coolies* eram os “índios da Ásia”.<sup>192</sup> Senti essa hipótese confirmada quando descobri a narração de um encontro real, contada pelo comendador Luiz Ribeiro de Souza Resende. Em 1875, durante Exposição Nacional no Rio de Janeiro, o comendador participou da exibição apresentando a sericultura ao público. Quando Pedro II o distinguiu com uma abordagem imperial e lhe perguntou do que carecia para sustentar a indústria da seda, ouviu de seu súdito uma réplica sintética, quase altaneira demais; eu diria. “Braços”, ele retrucou “cheio de convicção”. Ali presente, o conselheiro e ministro José Bento da Cunha Figueiredo – cheio de “tom dogmático” – aduziu que os “lavradores e industriais” não sabiam se valer “dos braços que existiam no Brasil; que no Amazonas e Pará havia muitos gentios, muitos índios”, que os lavradores não cuidavam “de utilizar!”. A tréplica do comendador da sericultura provavelmente tocou dali a comitiva real e a pôs de novo em movimento. O rei deve ter visto motivo para retirar-se ao ouvir do roceiro a tréplica (talvez obtusa) de não ser um “missionário”.<sup>193</sup> Monarca e conselheiro quiçá lamentaram a incompreensão do homem dos bichos-da-seda, por não captar a mensagem – dissimulada – transmitida *in situ*. Desde que o faça, faça. O que quiser. O que puder. A coroa não vai abrir os olhos; índios são *coolies*. O

---

<sup>191</sup> Calasans, José, *Miguel Calmon Sobrinho e sua época 1912-1967*. Salvador, Museu Eugênio Teixeira Leal / Memorial do Banco Econômico, 1986, p. 37. Pinho, *Carrossel da vida*, op. cit., p. 90.

<sup>192</sup> Lesser, *A negociação da*, op. cit., p. 45.

Souza, Adriana B. de, Silva; Ângela Moreira Domingues da; Moraes, Luís Edmundo de Souza; Chirio, M. (org.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo, Alameda, 2017.

conselheiro tentou deixar o comendador à vontade, mas este atuou como se não tivesse entendido. Se ouvisse tom enigmático – e não dogmático – nas palavras do conselheiro real, sua tréplica teria sido menos peremptória. Mas ele, o roceiro, não estava habituado a ser questionado, aparteado; talvez nem mesmo por quem o superava na hierarquia.

Quero portanto afirmar que não era tão inaudito assim aquilo que – na atitude de importar *coolies* – parecia uma novidade: (a) recrutar mão-de-obra racialmente diferente, para se servir de sua força de trabalho, ao mesmo tempo que (b) duas igrejas, a católica e a positivista (por assim dizer), contribuía para sua sujeição ideológica e material, inclusive formando chefias étnicas intermediárias, ao lado (c) dos simultâneos plenos poderes dos fazendeiros, cientistas e militares. O cerco empreendido pelos *fronts* da bíblia, dos bois e das balas subtraía a ligação dos nativos com seus territórios originários e visava civilizá-los, submetendo-os à tutela, ou religiosa, ou terratenente, ou da proteção do Estado. Em poucas palavras, isolavam de sua força original e fixavam numa posição de vulnerabilidade, criando dependência.

É com tal hipótese em mente que leio imagem publicada, em 1923, em livro celebrativo da independência do Brasil; “obra de propaganda geral”. Em aquarela de Jurandir dos Reis Pais Leme, três índios são retratados em frente a pano de fundo de estúdio fotográfico carioca. Acompanhados de sugestiva legenda – “últimos representantes de uma raça no estado da Bahia” –, estão todos calçados e inteiramente vestidos, inclusive de paletó. Inserta entre as páginas 14 e 15, tudo aí é expressivo. Na dita terra mãe do Brasil – a Bahia –, indígenas são uma raça, uma raça em extinção. Não possuem lugar demarcado (estão entre as páginas 14 e 15!) e, com idades variadas, figuram no início de vultuosa obra nacional da qual irão fatalmente desaparecer, uma vez que seus representantes são os derradeiros. O cenário de sua liquidação é moderno: foram até estúdio fotográfico carioca para ser registrados ainda em vida, civilizados. Sua iminente e decorativa liquidação genética é registrada no livro que celebra o centenário do Brasil separado de Portugal, mas ainda não-livre de seus silvícolas.<sup>194</sup>

---

<sup>193</sup> Congresso Agrícola. *Coleção de documentos, 1878*. Rio de Janeiro, FCRB (edição fac-similar), 1988, p. 200.

<sup>194</sup> Coelho, José, *Estado da Bahia. Obra de propaganda geral*. Rio de Janeiro, Empresa Brasil Editora, 1923, p. 14-15.



Imagem 31 - “Últimos representantes de uma raça em extinção”

É incorreto aceitar de pronto a sugestão de que os índios estavam em extinção. É claro que podiam estar ou que estavam, numericamente e etnicamente também, em extinção. Mas também é possível entender, a partir desse retrato, que os índios estavam em extinção porque tinham perdido o acesso aos seus territórios originários e eram convertidos ao catolicismo, além de ser convertidos a caboclos braçais, a proletários, a jornaleiros. Para ser aproveitáveis à civilização, sua extinção consistia, em primeiro lugar, em esbulho de suas terras em proletarização. Se não fossem aproveitáveis, sua extinção seria possivelmente o seu genocídio.

Nesse mesmo ano de 1923, temos Miguel Calmon, em outra aquarela, de autoria de Carlos Ries.<sup>195</sup> É “difícil imaginar um trabalhador manual que envergasse gravata tão bem enlaçada”, comentou Regina Abreu. Nada mais improvável que o homem de ciência e ministro da Agricultura empunhasse, de fato, uma charrua. Além da pose com o fito propagandístico de encorajar seus pares, afora o desejo de fortalecer a liderança de Calmon, a imagem paradoxal de um senhor da classe dominante e uma charrua como uma coisa só e harmônica induz a especular, não apenas sobre a depressão que abateu os senhores do açúcar, mas também o abandono em que se viram após a abolição, quando trabalhadores livres não se viam mais aferrados a seus antigos patrões, podendo exercer o seu arbítrio. Em outras palavras, sem italianos, sem *coolies*, pouco restou a alguns senhores da açucarocracia além de sua mentalidade e da charrua nua do braço operário, negro. Porém, onde a região possuísse a possibilidade de apelar à “pacificação” dos índios, atraindo-os

---

<sup>195</sup> MHN, MCav4.

para a civilização, eles talvez pudessem ser tratados como *coolies*. Onde isto foi possível, não o foi reconhecido numa aquarela.

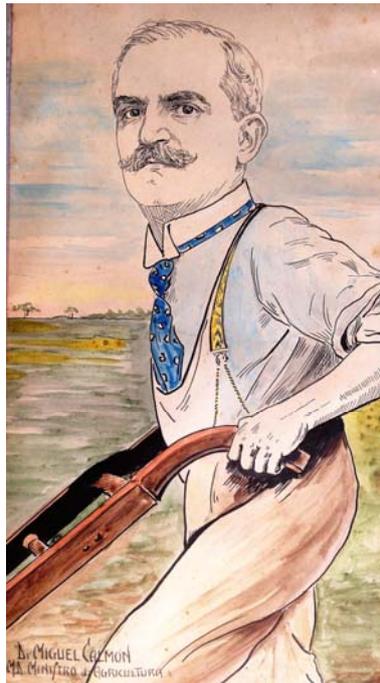
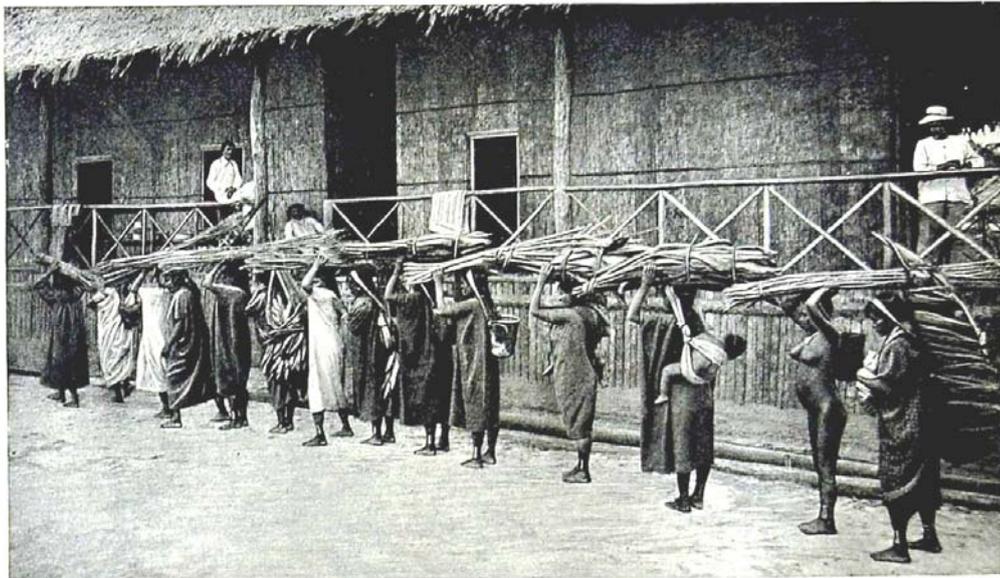


Imagem 32 - “Dr. Miguel Calmon, D. D. ministro da Agricultura” (detalhe)

Assim, embora seja difícil, no presente momento, documentar com pesquisa abundante o recurso à proletarização degradante das população indígenas originárias, é o que deixa claro o livro *Peoples of all nations*.<sup>196</sup> Abaixo, além da contundente imagem falar por si, suas legendas não dão margem para dúvidas. “Mulheres trabalhadoras contratadas retornam das plantações de tabaco no Brasil”, é informado. Essa “procissão de mulheres trabalhadoras” evocava “dias passados, quando desamparados escravos eram levados para e trazidos dos campos pelos chicotes de impiedosos feitores”. Diferentemente, chegados os tempos modernos, “os trabalhadores nativos do século XX oferecem com entusiasmo os seus serviços, em troca dos tentadores salários”. Com a chegada da colheita, a “necessidade de braços” aumenta, se torna “intensa” e, por conseguinte, ocorre o recrutamento de “trabalhadores nativos de todos os lados”. Informa-se, ainda mais, que “as mulheres são as principais no campo”.

---

<sup>196</sup> Hammerton, J. A. (org.), *Peoples of all nations. Their life today and story of their past*. V. VII. Londres, The Amalgamated Press, 1923, p. 478.



HIRED WOMEN LABOURERS RETURNING FROM THE TOBACCO PLANTATIONS IN BRAZIL

This procession of women-workers is reminiscent of bygone days when helpless slaves were driven to and from the fields by the whips of pitiless taskmasters. "Other days, other ways," and the native workers of the twentieth century eagerly proffer their services in return for the tempting wages paid by the planters. During the harvesting the need of hands is severely felt, and native workers are gathered in from all sides. The women are generally foremost in the field

Photo, Gaumont Co., Ltd.

Imagem 33 - Hired women labourers returning from the tobacco plantations in Brazil

Páginas adiante, uma “folha chamada mate” é objeto de atenção dessa mesma fonte, igualmente publicada em 1923. Bebida em certas regiões do Sul da América Latina tal qual britânicos consumiam chá, o seu cultivo não era muito exigente. Arrancada de arbustos altos, desidratada e vendida em folhas ou em pó, a erva-mate tinha sua inclusão na dieta alimentar fortemente recomendada pela Sociedade Francesa de Higiene. Tropas espanholas haviam sido abastecidas com ela no Marrocos e tinham então conhecido os seus benefícios. Mais importante ainda, é a legenda da fotografia de uma trabalhadora com seu neném recém-nascido, levado na tipóia. Usada para ilustrar o texto, a foto retrata a dupla jornada de trabalho em um dia apenas. Mas o faz como uma reportagem de *Caras*. Assim como na figura acima, há motivos para sorrir. “Curvada pelo peso de seu precioso fardo”, a moça índia leva seu rebento para o eito. “O labor conjuga com salário; salários são comida”, raciocina o autor da fonte, para quem era “bastante óbvio” não faltar comida ao neném. Afinal de contas, seu peso – sua barriga cheia – faziam a mãe se curvar.<sup>197</sup> O expressivo está em que, antes de virar operária braçal, mães índias amamentavam sua prole sem precisar catar erva para Companhia Mate Laranjeira.

<sup>197</sup> Hammerton, *Peoples of all*, op. cit., p. 509.



Imagem 34 - “All in a day’s work”

As fontes acima preenchem cinco vazios dessa hipótese ainda em aberto, sobre a possibilidade dos povos originários terem sido – ou serem – um livre proletariado, desembaraçado de suas terras, que viviam de si, daquilo que podiam tirar de um dia ao ganho. (a) Elas amostram mulheres trabalhadoras lactantes e, assim, a extinção dos assim chamados “nativos” está negada pela sua fertilidade e hereditariedade. (b) Nem sempre a charrua estaria sem trabalhadores. Havia braços alugáveis, inclusive os braços das mulheres proletárias. (c) No lugar de *coolies*, poderia haver trabalhadores na própria região, de etnias variadas, e eles e elas podiam vender a sua força de trabalho em troca de uma paga que lhes assegurasse a sobrevivência. De novo, lutavam pela vida, contra sua extinção. (d) Dada a fome de braços de determinadas lavouras, as mulheres eram contratadas para servirem também no eito. (e) Na falta, aqui e agora, de fecho melhor, ambas as fontes preenchem um quinto e último vazio, que é o fim a ser dado a este ensaio. As índias e os índios tiveram importante papel na História do Brasil, como trabalhadoras e trabalhadores.

## ARQUIVOS E ACERVOS

Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, coleção Companhia Mate Laranjeira.

Fundação Pedro Calmon, Centro de Memória da Bahia (CMB), fundo Araújo Pinho.

Museu Histórico Nacional, coleção Miguel Calmon.

Museu Histórico Nacional, coleção Wanderley Pinho.

## FONTES IMPRESSAS

Calasans, José, *Miguel Calmon Sobrinho e sua época 1912-1967*. Salvador, Museu Eugênio Teixeira Leal / Memorial do Banco Econômico, 1986.

Calmon du Pin e Almeida, Manoel Bernardo, *Degenerados criminosos*. Salvador, Litho-Typo e Encadernação V. Oliveira & C., 1898.

Calmon, Miguel, “A depreciação da borracha”. In: *Fatos econômicos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1913.

Calmon, Miguel, “A influência da solidariedade na agricultura nacional”. In: *Fatos econômicos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1913.

Calmon, Miguel, “A política e o desenvolvimento econômico”. In: *Fatos econômicos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1913.

Calmon, Miguel, “Dos métodos de produção do fumo no Oriente”. In: *Fatos econômicos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1913.

Calmon, Miguel, “O plantio da seringueira no Oriente e na Amazônia”. In: *Fatos econômicos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1913.

Calmon, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995.

Coelho, José, *Estado da Bahia. Obra de propaganda geral*. Rio de Janeiro, Empresa Brasil Editora, 1923.

*Congresso Agrícola. Coleção de documentos, 1878*. Rio de Janeiro, FCRB (edição fac-similar), 1988.

Cook, W. A., “The Bororo Indians of Matto Grosso”. In: *Quarterly issue*, v. IV, nº 1789. Smithsonian Miscellaneous Collections, v. L. Washington, 1908.

Fiocruz, *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1992

Geiger, Theodore, *US business performance abroad. The case study of General Electric Company in Brazil*. Washington, National Planning Association, 1961.

Góis Calmon, Francisco, prefácio a *A economia brasileira no alvorecer do século XIX*, de Rodrigues de Brito. Salvador, Livraria Progresso, 1923.

Hammerton, J. A. (org.), *Peoples of all nations. Their life today and story of their past*. V. VII. Londres, The Amalgamated Press, 1923.

João do Rio, *Cinematographo. Cronicas cariocas*. Porto, Livraria Chardron, 1909.

Lloyd, Reginald. *Impressões do Brasil no século vinte: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos*. Londres, Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913.

Menezes e Souza, João C., *Theses sobre a colonização do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875.

Martin, Percy, “Causes of the collapse of the Brazilian empire”. In: *The Hispanic American Historical Review*, v. IV, nº 1, 1921.

- Nabuco, Joaquim, *Minha Formação*. Brasília, Senado Federal, 1998.
- O'Donnell, Julia; Jogaib, Lara (org.). *A cidade. João do Rio*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2017.
- Peydron, Laurence, *Exhibitions l'invention du sauvage*. Issy-les-Moulineaux, Beaux arts éditions, 2011.
- Reis, Fidélis, *O problema imigratório e seus aspectos étnicos na Câmara e fora da Câmara*. Rio de Janeiro, Tipografia Revista dos Tribunais, 1924.
- Rondon, Cândido, *The Roosevelt-Rondon Scientific-Expedition and the telegraph line commission*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1916.
- Simonds, John C; McEnnis, John, *A panorama of the world; an historical review of the social, political and industrial condition of the people of all nations. The steps that have marked the progressive march of the human race from the earliest period to the present time. A study in political economy and a comparison of the civilizations of the old world and the new*. Chicago, The Home Library Association, 1888.
- Xavier, Lindolfo, “O Ministério da Viação do tempo de Machado de Assis e Arthur Azevedo”. Rio de Janeiro, Mensário do Jornal do Comércio, tomo VII , v. 1, julho de 1939.

#### FONTE VISUAL

*Rituais e festas Borôro*, 1917, de Tomás Reis.

#### IMPRESA

*The Rio news*, 1880-1888.

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Regina, *A fabricação do imortal*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.
- Albuquerque, Wlamyra, *Algazarra nas Ruas. Comemorações da Independência na Bahia 1889-1923*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.
- Albuquerque, Wlamyra, *O Jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- Albuquerque, Wlamyra, “Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919)”. In: *Revista Brasileira de História*, nº 69, 2015.
- Alencar, José A., “Os telegramas de Haia”. In: Viscardi, Cláudia; Alencar, Jose A. de (org.), *República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2016.
- Alvim, Rosilene, *A Sedução da Cidade. Os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro, Graphia, 1997.
- Araújo, Mariele, *A medida das raças na mistura imperfeita. Discursos racialistas em Pedro Calmon - 1922/1933*. Simões Filho, Editora Kalango, 2015.
- Avelino, Camila, *Trajetórias, sociabilidade e trabalho em Sergipe após a abolição (Cotinguiba 1888-1910)*. Santo Antônio de Jesus, dissertação de mestrado em História (Uneb), 2014.
- Báez, Christian; Mason, Peter, *Zoológicos humanos: fotografías de fueguinos y mapuche en el Jardín d'Acclimatación de París, siglo XIX*. Santiago, Pehuén, 2010.
- Balachandran, Gopalan, “Making coolies, (un)making workers: ‘globalizing’ labour in the late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries”. In: *Journal of Historical Sociology*, v. 24, nº 3, 2011.
- Barickman, B. J., “Até a véspera. O trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)”. In: *Afro-Ásia*, nº 21-22, 1998-1999.
- Barickman, B. J., *Um contraponto baiano. Açúcar, fumo mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- Barros, Aldemir, *Aldeando Sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no agreste alagoano*. Maceió, Edufal, 2013.
- Bigio, Elias, *Linhas Telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon*. Brasília, dissertação de mestrado em História (UnB), 1996.
- Borges, Maria E. L., “A Exposição Nacional de 1908 e a produção da identidade nacional brasileira”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 40, 2008.
- Brito, Jailton, *A abolição na Bahia, 1870-1888*. Salvador, CEB, 2003.
- Brito, Jonas, *A Bahia dos Calmon. Um ás no jogo político da I República (1920-1926)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2014.
- Cardoso, Fernando H., *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1975.
- Carvalho, José M. de, *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ – Relume Dumará, 1996.
- Carvalho, Marcus de, “Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. In: *Revista Brasileira de História*, nº 45, 2003.
- Carvalho, Philipe, *Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)*. Salvador, tese de doutorado em História (UFBA), 2015.
- Castellucci, Aldrin, *Industriais e Operários Baianos numa Conjuntura de Crise (1914-1921)*. Salvador, Fieb, 2004.

- Castellucci, Aldrin, *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador, Editora da Uneb, 2015.
- Chalhoub, Sidney, “A enxada e o guarda-chuva: a luta pela libertação dos escravos e a formação da classe trabalhadora no Brasil”. Palestra apresentada no XXI Simpósio Nacional da Anpuh. Niterói, 2001.
- Chalhoub, Sidney, “Classes Perigosas”. In: *Trabalhadores*, nº 6, 1990.
- Chalhoub, Sidney, *Visões da liberdade. Uma História das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- Chalhoub, Sidney, *Machado de Assis: historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- Chalhoub, Sidney, *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- Chalhoub, Sidney, “Cidade negra. Escravidão e liberdade no Rio de Janeiro (1830-1880)”. Conferência no XV congresso da International Planning History Society (IPHS). São Paulo, 15-18 de julho de 2012.
- Chalhoub, Sidney, “População e sociedade”. In: Carvalho, José M. (coord.), *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012.
- Cerqueira, Alan, *As regras do jogo: locação e serviço dos expostos pertencentes ao asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1871)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2016.
- Cunha, Manuela C. da, *Negros estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- Cunha, Sílvio H. P., “Resolve-me ou te devoro! Uma discussão sobre a falta de braços do Recôncavo baiano”. In: *Bahia Análise & Dados*, v. 10, 2000.
- Diacon, Todd, *Rondon: O marechal da floresta*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- Eisenberg, Peter, *The sugar industry of Pernambuco, 1850-1889*. N.Iorque, doutorado em História (Columbia University), 1969.
- Eisenberg, Peter, “As conseqüências da modernização para os engenhos de açúcar do Brasil no século XIX”. In: *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989.
- Eisenberg, Peter, “Falta de imigrantes. Um aspecto do atraso nordestino”. In: *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989.
- Erthal, Regina, *Atrair e pacificar: a estratégia da conquista*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em Antropologia (PPGAS-UFRJ), 1992.
- Estrella, Alejandro, *E. P. Thompson, democracia y socialismo*. México, UAM, 2017.
- Faria, Sheila de Castro, “Açucarocracia”. In: Vainfas, Ronaldo (org.), *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.
- Felício, Nilceanne, *As fábricas têxteis do rio Una: História sobre trabalho e indústria em Valença-Bahia, (1844-1888)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2018.
- Ferreira, Eva, *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)*. Dourados, dissertação de mestrado em História (UFGD), 2007.
- Fontes, Paulo; Macedo, Francisco, “Entrevista com Michael Hall”. In: *Estudos históricos*, v. 29, nº 59, 2016.
- Fontes, Paulo; Fortes, Alexandre; Negro, Antonio, “Peculiaridades de E. P. Thompson”. In: Negro, A., Silva, S. (org.), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- Fraga Fº, Walter, *Encruzilhadas da Liberdade. Histórias de Escravos e Libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2006.
- Freire, Américo, *Uma capital para a República. Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX*. Rio de Janeiro, Revan, 2000.
- Freire, Carlos A. da R., *Indigenismo e antropologia. O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1955)*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em antropologia (PPGAS-UFRJ), 1990.

- Freire, Carlos A. da R., *Rondon. A construção do Brasil e a causa indígena*. Brasília, Abravideo, 2009.
- Freyre, Gilberto, “A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno”. In: *Revista brasileira de estudos políticos*, v. 1, nº 1, 1956.
- Freyre, Gilberto, *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.
- Freyre, Gilberto, “Informação, comunicação e cartão postal”. In: *Alhos & bugalhos: ensaios sobre temas contraditórios, de Joyce à cachaça; de José Lins do Rego ao cartão postal*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.
- Freyre, Gilberto, *Interpretação do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- Freyre, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo, Global Editora, 2004.
- Freyre, Gilberto, *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1936.
- Gomes, Flávio, “No meio das águas turvas (racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte, 1888-1889)”. In: *Estudos afro-asiáticos*, nº 21, 1999.
- Guillen, Isabel, “O trabalho de Sísifo. ‘Escravidão por dívida’ na indústria extrativa da erva-mate (Mato Grosso, 1890-1945)”. In: *Varia Historia*, v. 23, nº 38, 2007.
- Grinberg, Keyla, “José Maurício Wanderley”. In: Vainfas, Ronaldo (org.), *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.
- Guimarães, Heitor, *Índios na História do Brasil republicano. O território étnico-indígena Paresí e o território estatal-indigenista Utiarity (1907-1932)*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em História (PUC), 2011.
- Hall, Michael, *The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914*. N.Iorque, doutorado em História (Columbia University), 1969.
- Hall, Michael, “Immigration and the early São Paulo working class”. In: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, band 12, 1975.
- Hall, Michael, “Trabalhadores imigrantes”. In: *Trabalhadores*, nº 3, 1989.
- Hall, Michael, “Os fazendeiros paulistas e a imigração”. In: Silva, Fernando T. da et al. (org.), *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba, Editora da Unimep, 2003.
- Hobsbawm, Eric, “História operária e ideologia”. In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- Hobsbawm, Eric, *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- Hobsbawm, Eric J., *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- Holanda, Sérgio B. de, *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- Holanda, Sérgio B. de., *Do Império à República*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, v.5, nº 7. São Paulo, Difel, 1972.
- Izecksohn, Victor, “Os desafios da segunda escravidão”. In: *Afro-Ásia*, nº 54, 2016.
- Kempadoo, Kamala “‘Bound Coolies’ and other indentured workers in the Caribbean: implications for debates about human trafficking and modern slavery”. In: *Anti-Trafficking Review*, nº 9, 2017.
- Lago, Bia Correa do (org.), *Saudades de um Brasil antigo*. Rio de Janeiro, Capivara, 2011.
- Lears, Jackson, “The concept of cultural hegemony: problems and possibilities”. In: *American historical review*, nº 3, 1985.
- Leite Lopes, José S., “A Formação de uma Cultura Operária”. In: *Tempo & Presença*, nº 220, 1987.
- Leite Lopes, José S., *A Tecelagem dos Conflitos de Classe*. São Paulo, Marco Zero, 1988.
- Leite, Rinaldo, “A ‘baianidade’ das elites nas primeiras décadas republicanas”. In: Bellini, Lígia; Negro, Antonio; Souza, George (org.), *Tecendo Histórias*. Salvador, Edufba, 2009.

- Leite, Rinaldo, *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santana, UEFS Editora, 2012.
- Lesser, Jeffrey, *A negociação da identidade nacional imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo, Unesp, 2001.
- Levi, Giovanni, “Un problema di scala”. In: VVAA, *Dieci interventi sulla storia sociale*. Turim, Rosenberg & Sellier, 1981.
- Levi, Giovanni, “O pequeno, o grande e o pequeno. Entrevista com Giovanni Levi”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 37, nº 74, 2017.
- Levy, Ruth, *Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro, EBA, 2008.
- Lima, Henrique E., “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. In: *Topoi*, v. 6, nº 11, 2005.
- Lynch, Christian, “‘A multidão é louca, a multidão é mulher’: a demofobia oligárquico-federativa da Primeira República e o tema da mudança da capital”. In: *História, ciências, saúde. Manguinhos*, v. 20, nº 4, 2013.
- Maio, Marcos C., “Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: Maio, Marcos; Santos, Ricardo, V. (org.), *Raça como questão: História, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2010.
- Mac Cord, Marcelo, “Chineses na América Latina oitocentista: trabalho compulsório em escala global”. Resenha de *The coolie trade*, de Arnold Meagher. In: *Mundos do trabalho*, v. 8, nº 16, 2016.
- Mac Cord, Marcelo, “Mão-de-obra chinesa em terras brasileiras nos tempos joaninos: experiências, estranhamentos, contratos, expectativas e lutas”. In: *Afro-Ásia*, nº 57, 2018.
- Macedo, Francisco B. de, *O (re)fazer-se da historiografia: a obra de E. P. Thompson na produção discente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (1982-2002)*. São Paulo, tese de doutorado em História (USP), 2017.
- Maciel, Laura, *A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da ‘Comissão Rondon’*. São Paulo, Educ, 1998.
- Manfroi, Ninarosa, *História dos Kaingang da terra indígena Xaçupé (SC), nos artigos de Antonio Selistre de Campos: jornal A Voz de Chapecó 1939/1952*. Florianópolis, dissertação de mestrado em História (UFSC), 2008.
- Marquese, Rafael, “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. In: *Revista de História*, nº 169, 2013.
- Mata, Iacy, *Os Treze de Maio: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)*. Salvador, mestrado em História (UFBA), 2002.
- Mattos, Ilmar, *Tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987.
- Mattos, Marcelo B., “Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro”. In: *Mundos do Trabalho*, v.1, nº 1, 2009.
- Mattoso, Kátia, *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992. Mayer, Arno, *A Força da tradição. A persistência do Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- Mendonça, Joseli, “Liberdade em tempos de escravidão”. In: Chaves, Cláudia; Silveira, Marco (org.), *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte, Argumentum, 2007.
- Moreira Neto, Carlos Araújo, *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Rio Claro, tese de doutorado em Antropologia (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro), 1971.
- Negro, Antonio L., “Microstorie. Com o pouco fareis muito”. Relatório de monitoria do curso Historiografia: movimentos sociais (Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp), apresentado ao professor Michael Hall. Campinas, Serviço de Apoio Didático, 1993.

- Negro, Antonio L., “Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa”. In: *Revista brasileira de História*, v. 16, nº 31/32, 1996.
- Negro, Antonio L., *Linhas de montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. Campinas, tese de doutorado em História (Unicamp), 2001.
- Negro, Antonio L., “Rodando a Baiana e Interrogando um Princípio Básico do Comunismo e da História Social: o Sentido Marxista Tradicional de Classe Operária”. In: *Revista Crítica Histórica*, nº 5, 2012.
- Negro, Antonio; Brito, Jonas, “Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na I República para além do café-com-leite”. In: *Varia Historia*, v. 29, nº 51, 2013.
- Negro, Antonio; Brito, Jonas, “A I República muito além do café com leite”. Resenha de *O teatro das Oligarquias. Uma revisão da política do café com leite*, de Cláudia Viscardi. In: *Topoi*, nº 26, v. 14, 2013.
- Negro, Antonio L., “Rui Barbosa e J. J. Seabra: a Bahia na I República”. In: *Locus*, v. 36, nº 1, 2013.
- Negro, Antonio; Gomes, Flávio, “As greves antes da ‘grève’: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX”. In: *Ciência e Cultura*, vol. 65 nº 2, 2013.
- Neves, Margarida de Souza, *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro, PUC, 1986.
- Novaes, Sylvia C., *Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo, Edusp, 1993.
- Oliveira, Lucas, Coerção e consenso. *A questão social, o federalismo e o legislar sobre o trabalho na Primeira República (1891-1926)*. São Paulo, dissertação de mestrado (Ciência Política, USP), 2015.
- Paoli, Maria C., “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros”. In: Leite Lopes, José S. (org.), *Cultura & identidade operária*. São Paulo, Marco Zero, 1987.
- Paraíso, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho. A conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste*. Salvador, Edufba, 2014.
- Paula, João A. de, “O processo econômico”. In: Carvalho, José M. (coord.), *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012.
- Paz, Adalberto, “Free and Unfree Labor in the Nineteenth-Century Brazilian Amazon”. In: *International review of Social History*, v. 61, 2017.
- Pereira, Leonardo, *As barricadas da Saúde. Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- Pereira, Margareth (org.), *1908: um Brasil em exposição*. Brasília, Casa Doze, 2011.
- Pinho, Demóstenes Madureira de, *Carrossel da vida*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1974.
- Pinho, Wanderley, *História de um Engenho do Recôncavo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982.
- Ramos, Jair de Souza, “O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar nas políticas de imigração e colonização do Serviço de Povoamento do Solo Nacional” In: *Horizontes antropológicos*, v. 9, nº 19, p. 34, 2003.
- Rebouças, Daniel, *Indústria na Bahia: um olhar sobre sua História*. Salvador, Caramurê, 2016.
- Reis, João, *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- Reis, João, “A greve negra de 1857 na Bahia”. In: *Revista USP*, nº 18, 1993.
- Reis, João, “O escravo-coisa”. Resenha de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*, de Fernando Henrique Cardoso. In: *Jornal de Resenhas*, 13 de setembro de 2003.
- Reis, João J., Discurso em agradecimento ao prêmio Machado de Assis, entregue pela Academia Brasileira de Letras, 20/7/2017.
- Rocha, Osvaldo P., *A era das demolições*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal da Cultura, 1986.

- Romo, Anadelia, *Brazil's living museum: race, reform, and tradition in Bahia*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2010.
- Salles, Ricardo, "A segunda escravidão". In: *Tempo*, v. 19, nº 3, 2013.
- Santos, Ademir P. dos, *Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades*. São Paulo, Versal, 2011.
- Santos, Jamille, *Ecos de liberdade. A santidade de Jaguaripe entre os alcances e limites da colonização cristã (1580-1595)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2015.
- Santos, Maria E. V. dos, *Os significados do 13 de maio: a Abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco, 1884-1893*. Campinas, tese de doutorado em História (Unicamp), 2014.
- Santos, Thiago A. A. dos, *A liberdade e outras ilusões: a militância de Ismael Ribeiro dos Santos (1880-1912)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2015.
- Sarmiento, Sílvia, *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador, mestrado em História (UFBA), 2009.
- Schwarcz, Lília, *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- Secreto, Verónica, *Fronteiras em movimento : o sudeste bonaerense e o oeste paulista na segunda metade do século XIX*. Campinas, tese de doutorado em História econômica (Unicamp), 2001.
- Secreto, María V., *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- Silva, Daniel, *A captura do prazer: homossexualidade masculina e saber médico na Bahia do século XIX (1850-1900)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2015.
- Silva, Eliseu, *O cotidiano do roubo no termo de Cachoeira (1880-1900)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2016.
- Silva, Maciel, *Nem mãe-preta, nem negra fulô: histórias de trabalhadoras domésticas (1870-1910)*. Jundiá, Paco Editorial, 2016.
- Silva, Paulo S., *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador, Edufba, 2011.
- Silva, Ricardo T. C., *Os escravos vão à justiça. A resistência escrava através das ações de liberdade: Bahia, Século XIX*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2000.
- Soares, Carlos E. L., *Zungu: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro, Aperj, 1998.
- Souza, Adriana B. de, Silva; Ângela Moreira Domingues da; Moraes, Luís Edmundo de Souza; Chirio, M. (org.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo, Alameda, 2017.
- Souza Lima, Antônio C. de, *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- Souza, Robério, *Trabalhadores dos trilhos. Imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2015.
- Thompson, E. P., *A Formação da classe operária inglesa*, v. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- Thompson, E. P., "Introdução. Costumes e cultura". In: *Costumes em Comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- Thompson, E. P., "As peculiaridades dos ingleses". In: Negro, A., Silva, S. (org.), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.
- Thompson, E. P., "Folclore, antropologia e história social". In: Negro, A., Silva, S. (org.), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.
- Trempe, Rolande, *Les mineurs de Carmaux*. Paris, Editions Ouvrières, 1971.
- Trindade, Cláudia, *Ser preso na Bahia, 1865-1890*. Salvador, tese de doutorado em História (UFBA), 2012.

- Van der Linden, Marcel, “O conceito marxiano de proletariado: uma crítica”. In: *Sociologia & antropologia*, v. 6, nº 1, 2016.
- Vargas, Jonas, *Pelas Margens do Atlântico: um estudo das elites locais e regionais na economia e política: charqueadores de Pelotas - RGS (século XIX)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História (UFRJ), 2013.
- Viscardi, Cláudia. *O teatro das oligarquias. Uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2011.
- Vitória, Maihara, *Os Filhos da Misericórdia: cotidiano e vivências dos expostos na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890)*. Salvador, dissertação de mestrado em História (UFBA), 2015.
- Welch, Clifford, “Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945)”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 36, nº 71, 2016.
- Wissenbach, Maria Cristina, “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”. In: Sevcenko, Nicolau; Novais, Fernando A. (org.), *História da vida privada no Brasil*, v. 3. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- Witter, José S., “Um estabelecimento agrícola da província de São Paulo nos meados do século XIX”. In: *Revista de História*, nº 98, 1974.